

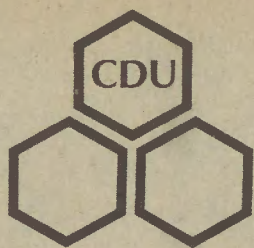


O comício em que usou da palavra o secretário-geral do PCP

EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA É PRECISO CONTINUAR A LUTAR A TRABALHAR, A SEMEAR E A COLHER

Reportagem da homenagem em Santiago do Escoural a Casquinha e Caravela com a participação de Álvaro Cunhal

Págs. 1, 2, 3, 4 e 5/Semana



AÇORES E MADEIRA

«O voto na CDU é o voto indispensável. É o voto que interessa para a defesa consequente da autonomia democrática. É o voto que corresponde ao desenvolvimento regional e aos interesses das populações. É o voto que mais claramente demonstra a oposição à política dos actuais Governos Regionais. É o voto que pode criar melhores condições de luta nas Assembleias Regionais, ampliando e desenvolvendo o papel altamente positivo que tem sido desempenhado, em cada uma delas, pelo deputado eleito.»

Da Nota da Comissão Política do CC do PCP sobre as eleições regionais

Págs. 6 e 7/Semana

inflação

PSD impede Cadilhe de ir à Assembleia da República explicar o que se passa com a inflação e a situação económica e Grupo Parlamentar do PCP pediu convocação do plenário do parlamento antes do início da próxima sessão

Pág. 9/Semana

XII congresso PCP

Em Foco

A partir do próximo número e até Dezembro o «Avante!» dedicará o seu caderno **Em Foco** integralmente à preparação do XII Congresso. O **Em Foco** será preenchido com artigos e materiais diversos sobre o debate das propostas do novo Programa e de revisão dos Estatutos do PCP, reportagens sobre reuniões dedicadas à discussão de propostas e eleição de delegados, etc.



«A dois meses de distância, a preparação e organização do XII Congresso tornou-se uma tarefa prioritária do PCP.

«A dinâmica do Congresso domina e galvaniza já uma parte essencial da actividade e das atenções das organizações e militantes do Partido.

«Depois da publicação dos projectos do novo Programa e de alterações aos estatutos e do seu lançamento solene na Festa do «Avante!»; com a aprovação pelo CC do Regulamento para os debates daqueles dois documentos básicos a submeter à instância máxima do Partido e dentro em pouco também das Teses do Comité Central assim como para a eleição dos delegados, está em plena execução uma etapa decisiva da preparação e organização do Congresso.»

Editorial • Agenda

Devido ao feriado de 5 de Outubro, o «Avante!» da próxima semana será publicado na sexta-feira, 7 de Outubro

XII Congresso tarefa prioritária

Inserir-se e influir decisivamente no combate diário pela elevação das condições de vida dos trabalhadores e do povo. Dar resposta cabal aos agudos problemas da hora presente. Assumir-se consequentemente como campeão da luta contra a política antipopular, antidemocrática e antinacional e contra o plano de restauração dos monopólios;

Simultaneamente, como força insubstituível na construção do futuro do nosso País e do nosso povo, definir as linhas mestras da resposta revolucionária para toda uma época em brusca transição, preparar-se como instrumento decisivo das mudanças históricas na sociedade portuguesa e como força política à altura das suas responsabilidades — eis a natureza e a complexidade das tarefas que no momento actual impendem sobre os comunistas portugueses.

Saber dosear a sua capacidade de intervenção nos acontecimentos, definir prioridades de acção e mobilizar esforços nessa múltipla resposta às exigências actuais e históricas são questões que reclamam e põem à prova a inteligência, a operosidade e a capacidade individual e colectiva dos membros do nosso Partido.

A dois meses de distância, a preparação e organização do XII Congresso tornou-se uma tarefa prioritária do PCP.

A dinâmica do Congresso domina e galvaniza já uma parte essencial da actividade e das atenções das organizações e militantes do Partido.

Depois da publicação dos projectos do novo Programa e de alterações aos estatutos e do seu lançamento solene da Festa do «Avante!»; com a aprovação pelo CC do Regulamento para os debates daqueles dois documentos básicos a submeter à instância máxima do Partido e dentro em pouco também das Teses do Comité Central assim como para a eleição dos delegados, está em plena execução uma etapa decisiva da preparação e organização do Congresso.

Uma intensa actividade organizativa programada para esta fase dos trabalhos está actualmente em curso:

Preparação e convocação de reuniões e assembleias plenárias de células, de organizações locais e concelhias, de sectores específicos de organização;

Criação de estruturas que permitam o debate aberto, informado e vivo de toda a problemática do Congresso;

Formas de recolha rápida de opiniões e contribuições concretas para a elaboração definitiva e atempada dos documentos e propostas a submeter ao Congresso.

É uma fase conclusiva dos trabalhos preparatórios da reunião do órgão supremo do Partido e nela, no pleno exercício dos seus direitos estatutários, todos os militantes que tenham uma contribuição a dar para a elaboração da linha do Partido expressa no Programa e da lei orgânica fundamental expressa nos Estatutos dispõem desde já dos mecanismos, do terreno e das formas apropriadas para o cumprimento de todo um dever imprescindível para o alcance dos objectivos supremos do Congresso.

O XII Congresso do PCP vai realizar-se numa situação nacional complexa e numa conjuntura internacional onde importantes factores de mudança ganharam vulto.

No plano nacional a ofensiva contra-revolucionária sob a égide do governo cavaquista para o aniquilamento das conquistas fundamentais de Abril entrou numa fase de aceleração que agrava de maneira substancial os perigos e ameaças para o regime democrático e põe na ordem do dia a necessidade urgente de uma vigorosa resposta política de massas e de uma convergente acção e unidade das forças democráticas no terreno institucional e político.

No plano internacional novos condicionalismos e factores de dependência económica e política do nosso País se adensaram no processo de integração na CEE ao mesmo tempo que inequívocas manifestações de alívio da tensão internacional e de avanços da causa da Paz no mundo com os progressos do desarmamento nuclear e o começo promissor de soluções pacíficas de alguns perigosos conflitos regionais armados, factores que, contudo, não alteram a natureza agressiva do imperialismo, atearam novas e legítimas esperanças de coexistência pacífica entre todos os povos do mundo e para a sobrevivência da humanidade.

Simultaneamente, impetuosos progressos nos domínios tecnológico e científico estão abalando as

estruturas obsoletas, estão abrindo perspectivas novas e ilimitadas às conquistas do Homem, estão exigindo o reajustamento de ideias e de conceitos ultrapassados às novas realidades.

O XII Congresso do PCP colocando como grande objectivo de luta a conquista de uma democracia avançada no limiar do século XXI propõe-se dar resposta às exigências de uma época em profunda transformação.

O necessário reajustamento de ideias e concepções ultrapassadas não significa porém, nem poderia significar para o PCP e para o seu XII Congresso o abandono de princípios essenciais e a rejeição da herança e do papel das conquistas revolucionárias do povo português.

O projecto de alterações aos Estatutos propondo a actualização da Lei interna do Partido às novas condições de acção e intervenção dos comunistas na sociedade portuguesa reafirma os princípios essenciais, o carácter de classe e a filosofia marxista-leninista do nosso Partido.

Da mesma forma o projecto de novo Programa do Partido apontando como meta neste limiar do século XXI a conquista de uma democracia avançada insere os valores das tradições progressistas, humanísticas e revolucionárias do nosso povo e a herança, a natureza e a importância das conquistas fundametais da Revolução de Abril nas perspectivas do futuro.

A reafirmação destes pressupostos e postulados não deixará de animar o debate interno do Partido, reforçará os vínculos ideológicos, políticos e históricos do XII Congresso, tornará o nosso grande colectivo partidário cada vez mais apto à realização e concretização das suas históricas tarefas.

Não se pode ignorar que o XII Congresso do PCP se vai realizar num momento de exacerbação interna da luta de classes, no auge da ofensiva restauracionista do Governo PSD/Cavaco Silva e de uma insidiosa campanha reacçãoária contra a força que mais consequentemente defende a democracia portuguesa e mais firmemente se opõe aos planos da contra-revolução — o PCP.

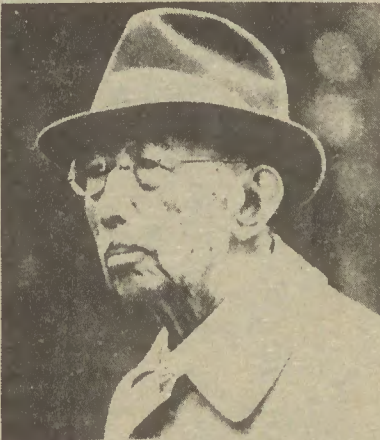
Resumo

21 Quarta-feira

O Sindicato dos Professores do Norte denuncia uma série de irregularidades quanto ao destacamento de professores para leccionarem no ensino especial ■ O ministro das Finanças afirma que o Governo «apoia inequivocamente a extirpação de comportamentos ilegítimos, partam de onde partirem ou terminem onde terminarem» na Guarda Fiscal ■ A União dos Sindicatos de Setúbal responsabiliza o Governo pela demora na implementação do plano integrado de desenvolvimento da região ■ As autoridades soviéticas declaram o estado de emergência em Nagorni-Karabakh devido a violentos confrontos entre arménios e azerbaijanis ■ O ministro argelino dos Negócios Estrangeiros é eleito para presidir à 43.ª sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas ■ A ginasta Sónia Moura tem a melhor prestação de sempre de atletas portuguesas em competições internacionais de ginástica, ao conseguir uma média de 9,13 pontos por aparelho.

22 Quinta-feira

A comissão parlamentar da Administração do Território é chamada de urgência pela Comissão Permanente da Assembleia da República para analisar problemas decorrentes da tragédia do Chiado. Em causa a prevenção de acções especulativas, os postos de trabalho, os direitos dos moradores ■ Em conferência de imprensa, a Juventude Comunista Portuguesa afirma que o novo regime de acesso ao Ensino Superior é inconstitucional ■ Também em conferência de imprensa, a CGTP anuncia que entregou às autoridades competentes uma proposta formal de 31 200\$00 para o salário mínimo ■ O ministro soviético dos Negócios Estrangeiros chega a Washington para debater com as autoridades norte-americanas as novas propostas de desarmamento de Mikhail Gorbachov ■ Na África do Sul, o secretário-geral das Nações Unidas discute com o presidente sul-africano a independência da Namíbia ■ O príncipe herdeiro do Japão assume formalmente



as funções atribuídas ao imperador Hirohito, gravemente doente.

23 Sexta-feira

Ouro em Seul. A atleta Rosa Mota vence categoricamente a prova femi-



nina da Maratona dos Jogos da XXVI Olimpíada e traz a primeira medalha de ouro conseguida por atletas portugueses nas provas olímpicas femininas. A vitória foi oferecida «a todos os que colaboraram na preparação» da atleta ■ O Plenário da Convenção de Oslo condena o projecto português de afundar no alto mar os salvados do cargueiro japonês «Reijin» naufragado na praia da Madalena ■ Começa a campanha eleitoral para as eleições na Região Autónoma dos Açores ■ A Associação Nacional de Municípios Portugueses declara-se «atenta e muito preocupada» com os casos de desmantelamento, selagem e confiscação de que têm sido alvo as antenas parabólicas instaladas por algumas câmaras ■ Golpe de Estado palaciano no Líbano. O presidente cessante, Amin Gemayel, entrega todos os poderes ao chefe das forças armadas, cinco minutos antes de expirar o seu mandato ■ O secretário-geral das Nações Unidas afirma que a Namíbia está mais próxima do que nunca da sua independência.

24 Sábado

A GNR revela que assinalou mais de seis mil delitos em todo o País durante o mês de Agosto. Ofensas corporais, tráfico de droga, violência e furtos foram alguns dos crimes ■ O PCP anuncia que o seu grupo parlamentar vai propor o prolongamento do prazo de atribuição de subsídios aos trabalhadores afectados pelo incêndio do Chiado ■ Na sua primeira conferência de imprensa, o chefe do golpe palaciano no Líbano afirma que «o governo sou eu» ■ A viúva do presidente chileno, Salvador Allende regressa ao seu país após 15 anos no exílio.

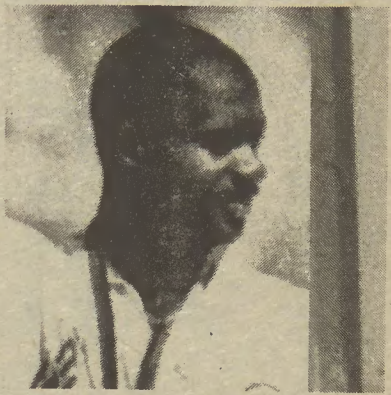
25 Domingo

O secretário-geral do PCP afirma em Santiago do Escoural que a Lei de Bases da Reforma Agrária é uma «lei de pirataria política. Milhares de pessoas homenagearam os trabalhadores Casquinha e Caravela assassinados há nove anos durante a entrega de uma reserva ■ Os bombeiros portugueses consideram profundamente injusta a legislação recente que reduz para 60 por cento a participação do Estado na construção de novos quartéis ■ É publicada a nova Lei de Bases da Reforma Agrária ■ O presidente norte-americano e o ministro soviético dos negócios estrangeiros anunciam grandes progressos no domínio das negociações sobre armas convencionais ■ Os trabalhadores ferroviários italianos entram em greve, iniciando

uma vaga de protestos que terá o seu culminar a 3 de Outubro.

26 Segunda-feira

Os tralhadores da Função Pública exigem uma revisão salarial intercalar da ordem dos 2,5 por cento ■ Na reunião da Câmara Municipal de Lisboa, Kruz Abecasis contestado. Comissão de Vereadores que deveria coordenar todas as acções de recuperação após o incêndio do Chiado não chegou a reunir, acusa a CDU ■ Mais um desmoronamento em Lisboa. Desta feita, foram as traseiras do prédio n.º 120 da Luciano Cordeiro ■ Inicia-se em Brazzaville a sétima ronda de negociações quadripartidas sobre o sudoeste africano ■ Um juiz italiano que condenara dois padrinhos da mafia a prisão perpétua é assassinado na Sicília, juntamente com o seu filho ■ As forças armadas do continente americano assinam um acordo que prevê operações contra o «movimento comunista internacional», anuncia a imprensa brasileira ■ Escândalo nos Jogos Olímpicos. O recordista mundial



dos 100 metros, Ben Johnson, é considerado dopado e é-lhe retirada a medalha de ouro.

27 Terça-feira

Os conselhos de ministros da Agricultura e dos Negócios Estrangeiros da CEE tomam decisões extremamente gravosas para a economia portuguesa, nomeadamente o bloqueio da proposta da Comissão Europeia para a liberalização das exportações de conservas de sardinha portuguesa e de um novo acordo entre a CEE e Hong-Kong que vem colocar as nossas exportações têxteis numa situação de concorrência desleal; perante isto, os ministros portugueses presentes, Álvaro Barreto e Deus Pinheiro, demonstraram uma completa impotência negocia! ■ É anunciado que a CDU apresentou ontem, no Funchal, o seu programa eleitoral para as eleições regionais do próximo dia 9 de Outubro ■ Segundo fontes palestinas, as tropas israelitas provocaram quatro mortos e pelo menos 93 feridos desde segunda-feira passada, nos territórios ocupados de Gaza e Cisjordânia ■ O Parlamento da Polónia nomeia o membro do Politburo do POUP, Mieczyslaw Rakowski, para o cargo de primeiro-ministro do país ■ Bruce Springsteen, Sting e Peter Gabriel, protagonistas dos concertos rock pela Amnistia Internacional, criticam no Japão, onde estão a actuar, as autoridades japonesas pela sua cumplicidade com o apartheid e com a violação dos direitos do homem dentro e fora do país.

Uma capciosa acção diversionista e ideológica tendente a mistificar a opinião pública portuguesa e mesmo internacional acerca da verdadeira força, natureza e papel do PCP na luta por uma autêntica democracia política, económica, social e cultural para Portugal e para o povo português procura influir no debate interno do Partido, nas decisões políticas do Congresso, na escolha dos futuros dirigentes, nas definições da estratégia e da tática do Partido, na sua política de alianças.

Seguindo uma linha conhecida já, praticada em relação a outros partidos comunistas irmãos da Europa capitalista, as forças da contra-revolução em Portugal procuram semear o descrédito, a desconfiança, a desunião interna, a confusão ideológica no seio do PCP e da sua base de apoio e de classe. Tentam minar a força dos seus laços com o povo, desnaturar a sua mensagem, reduzi-lo a uma força inoperante e manobrável.

Nesta insidiosa campanha um papel primacial é dado à comunicação social que controlam ou influenciam com destaque para os órgãos de maior audiência de massas.

Naturalmente que a realização de um Congresso de uma força política tão prestigiada como o PCP é e deveria ser obrigatória notícia de interesse para os portugueses.

Levar a «notícia» do Congresso aos órgãos de comunicação social na linha de interesses do PCP, defender a sua imagem política, tornar conhecidas as suas propostas e objectivos é naturalmente um dever dos comunistas. Seria também uma questão ética de uma comunicação social isenta e respeitadora da realidade nacional objectiva.

O debate está aberto no seio do Partido. Todos — mesmo os que de maneira irregular e à margem do Partido têm formulado críticas à sua direcção, à sua política e aos seus métodos — têm toda a possibilidade e latitude para defenderem as suas ideias e propostas.

O XII Congresso do nosso Partido é uma iniciativa e um acto suficientemente sério e responsável para que nenhuma contribuição útil possa perder-se na grandiosa batalha do futuro em que todos estamos empenhados.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º —
1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 — 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcarova de Baixo, 13 — 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 —
8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 —
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
— 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 — Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B — 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50
Porto — Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heská
Portuguesa — R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média do mês de Agosto: 23412 exemplares

Em defesa da Reforma Agrária

A publicação da «lei do latifúndio» com que o Governo Cavaco Silva/PSD pretende liquidar completamente a Reforma Agrária está a mobilizar os trabalhadores do Alentejo e Ribatejo para o recrudesimento da luta em defesa desta conquista de Abril. No passado fim-de-semana realizaram-se duas importantes iniciativas — uma Reunião Regional de Quadros do PCP sobre a Reforma Agrária, em Montemor-o-Novo, e um comício

em Santiago do Escoural integrado na homenagem aos camaradas Casquinha e Caravela, onde usou da palavra Álvaro Cunhal — iniciativas que traduziram a viva expressão da vontade dos trabalhadores em lutar em defesa da Reforma Agrária. Damos no interior deste caderno a reportagem da homenagem do Escoural, uma condensação do discurso do secretário-geral do PCP e as conclusões da Reunião Regional de Quadros.



Aniversário do assassinato de Casquinha e Caravela

Quando a homenagem aos mortos se faz com a luta dos vivos

«Estamos aqui hoje numa homenagem a Casquinha e Caravela, camaradas assassinados em defesa da Reforma Agrária. Eles são um símbolo da luta dos trabalhadores em defesa desta grande conquista de Abril. Haverá quem pergunte se o sacrifício dos dois camaradas assassinados foi em vão. Haverá quem pergunte, por vezes — quando se observa se valerá a pena lutar. Mas o sacrifício dos nossos camaradas não foi em vão e é necessário todos termos a consciência de que vale a pena lutar. Se não se tivesse lutado, há quanto tempo não teriam liquidado completamente a Reforma Agrária! Por isso não estamos aqui, ao prestarmos homenagem aos camaradas assassinados, para aceitarmos uma derrota da Reforma Agrária, mas para continuarmos a luta na sua defesa!»

Ao ouvir estas palavras proferidas por Álvaro Cunhal no domingo passado em Santiago do Escoural, iniciando o seu discurso no comício de homenagem aos camaradas Casquinha e Caravela, assassinados há

nove anos pelos disparos da GNR durante uma entrega de reservas, a enorme multidão que o escutava respondeu com um clamor gigantesco gritando que «a Reforma Agrária vencerá!». Não, ninguém estava ali para aceitar uma derrota. De uma ponta à outra do vasto recinto — o campo de futebol da localidade — os milhares de pessoas presentes deixaram bem clara essa determinação, não apenas pelas respostas vigorosas com que vestiram as palavras de ordem gritadas ao longo do comício, mas já antes, no acto simples que levou àquela homenagem uma tão grande multidão — sem dúvida a esmagadora maioria dos habitantes da região.

Ao assistir-se a tal manifestação de massas — invulgar dada a baixa densidade populacional da região — ficava-se rapidamente com a certeza de não se estar perante uma mera homenagem que se esgotava em si mesma ou se propunha cumprir apenas uma cerimónia já ritualizada; o que mais impressionava no acto de

domingo passado em Santiago do Escoural era a maneira atenta, concentrada, diríamos que em tensão, com que a generalidade da multidão participava quer no comício quer na romagem ao cemitério, transformando a homenagem num acto vivo e intenso, sem dúvida povoado da memória da tragédia mas, sobretudo, fazendo uma clara ligação à vida e aos problemas actuais. Uma ligação à luta de hoje — que continua hoje com particular urgência nos campos do Alentejo e Ribatejo, contra a lei do latifúndio com que o Governo de Cavaco Silva/PSD pretende aniquilar a Reforma Agrária.

Uma luta que já fez mártires. Uma luta que nem por isso esmorece, vindo como vem de tão longe e sabendo, como sabe, tão precisamente o que pretende, merece e é necessário. Na Reforma Agrária a melhor homenagem aos seus mortos foi e será sempre a luta dos vivos.

Desculpas de mau pagador

Quem os não conhecesse diria que o Governo passa por um período de desorientação. Provavelmente em resultado do calor que se tem feito sentir.

Provavelmente da falta de treino nestas coisas da governação, resultante (a falta de treino), da ausência para férias que os membros do Executivo cavaquista imerecidamente gozaram.

Mas quem os conhecesse dirá que esta aparente desorientação era inevitável, confrontado o Governo com as suas promessas, confrontada a sua prática com a propaganda, confrontada a realidade com as afirmações. Por muito que se repita uma fantasia ou uma mentira, ela não passará a ser verdadeira a não ser na aparência. E felizmente há muita gente a quem as aparências não iludem.

Não vamos fazer aqui o balanço dos falhanços do Governo de Cavaco Silva. Em apenas um ano, eles foram tantos que nem o espaço nem a paciência sobriariam. Mas recordemos, por exemplo a desconcertação social, o agudizar da luta de massas, o aumento vertiginoso da taxa de inflação para além da meta prevista, para verificarmos que, no que toca aos objectivos proclamados por Cavaco, estes estão cada vez mais longe de serem alcançados à medida que os meses se somam.

Era facilmente previsível.

Porque, no fim de contas, não se tratava de verdadeiros objectivos, mas de simples propaganda eleitoral.

Porque, mesmo antes da apresentação do programa de governo, a política anunciada pelo PSD de Cavaco Silva — e sobretudo aquela não anunciada, mas adivinhada a partir da prática dos sucessivos governos em que o PSD participa desde há quase uma dezena de anos — não iria nem permitir a paz social, nem melhorar as condições de vida da maioria da população portuguesa.

Os conflitos, é natural, estalam a cada momento entre o Governo e as mais diversas classes profissionais. Para salvar a face, o Governo insiste na sua propaganda e, bem ajudado, continua a afirmar que vai tudo bem. Quando, de vez em quando, ao filtro apertado da sua bem controlada comunicação social, escapa a notícia retumbante dos falhanços, o Governo inventa desculpas.

São desculpas de mau pagador.

Algumas delas tão usadas que se pode ver através dos buracos que o abuso lhes arrendou no tecido.

Uma das desculpas mais usadas — tão fanada por anos e anos de utilização que já se tornou transparente — é a de que a Constituição é que tem a culpa das coisas não irem tão bem como devia ser. Ainda há dias a ministra Beleza a brandiu perante jovens médicos. Ao receber uma delegação de dirigentes da Associação Nacional de Jovens Médicos, ainda não legalmente constituída, a ministra «explicou-lhes» que a

«implementação do projecto para a saúde que é defendido por ela própria e pelo Governo no seu conjunto vai depender da revisão da Constituição». Quanto ao «novo diploma das carreiras médicas» também estará pendurado pelos mesmos motivos... Entretanto — e sem que a Constituição tenha para aí metido prego ou estopa —, surge mais uma desculpa. A sua pura e simples ignorância dos factos. A mesma ministra ter-se-á mostrado surpreendida, no dizer da imprensa diária, ao ter conhecimento «pela primeira vez», da falta de pagamento dos 25 por cento referentes ao regime de exclusividade dos médicos do primeiro ano do internato complementar. E, como a ignorância não paga nada, a ministra apressou-se a «garantir» que «iriam sair desde já as normas para os hospitais de forma a que esse pagamento fosse efectuado de acordo com a lei»...

Com mais estas promessas, antecedidas daquelas desculpas, poderá alguém ficar descansado?

Terra



«Dominando o quadro impressionante, um grande e singelo pano mostrava o símbolo dos comunistas sobre duas espigas e explicava a solenidade em palavras simples: Com o PCP, reforçar a unidade, defender a Reforma Agrária»

Homenagem a Casquinha e Caravela

■ **Henrique Custódio**

A homenagem do passado domingo, em Santiago do Escoural, aos camaradas Casquinha e Caravela, não teve nada a ver com cerimónia ritualizada onde se cumpre um dever cívico ou se lavra protesto através de convencional presença. A enorme multidão de milhares de pessoas que mais uma vez se concentrou no local, nove anos depois da tragédia que chocou o País inteiro, demonstrou a quem ainda o não soubesse que as gentes da Reforma Agrária honram os seus mortos com a homenagem mais sentida de todas: a continuação da luta pela qual se bateram, já, muitas gerações, na qual já alguns tombaram, assassinados por quem serve a lógica e os interesses do latifúndio, com a qual muitos e muitos outros vão prosseguir. Foi sobretudo isto que se disse e demonstrou, no passado domingo, em Santiago do Escoural.

Santiago do Escoural fica a 12 quilómetros de Montemor-o-Novo, sede do Concelho, e as duas povoações estão ligadas por uma estrada pouco vulgar naquela zona do Alentejo — às curvas, com subidas, aqui e ali aflorada por vegetação que sugere a existência de cursos de água. Atentos à sinuosidade do percurso, só depois de ultrapassarmos alguns tractores com atrelados carregados de gente reflectimos sobre a provável relação entre eles e a homenagem que, dali a uma

hora, se iniciaria no Escoural. Voltámos atrás, conversámos um pouco e confirmámos o que, visto de perto, se tornava óbvio: eram todos operários agrícolas, homens e mulheres da Reforma Agrária que, alguns com os filhos pequenos, se encaminhavam para o comércio e a romagem.

«Qualquer dia marchamos é para Lisboa!», disseram-nos. E ficou tudo dito: a «lei do latifúndio» recentemente imposta pelo Governo do PSD é a nova preocupação das gentes da Reforma Agrária,



«Pouca coisa sugeria algo de extraordinário, para além do palco montado num dos lados do campo, uma concentração de máquinas agrícolas rigorosamente alinhadas e alguns grupos de pessoas abrigados nas escassas sombras dos muros do recinto desportivo»



Terra



«O vasto recinto seria em breve habitado por uma multidão de vários milhares de pessoas vindas quase não se sabe de onde, em caudais compactos e vagarosos, desaguando de ruas que vinham lá de dentro do coração do povoado e que em poucos minutos cercaram o palco de onde fariam os oradores»



«Voltámos atrás, conversámos um pouco e confirmámos o que, visto de perto, se tornava óbvio: eram todos operários agrícolas, homens e mulheres da Reforma Agrária que, alguns com os filhos pequenos, se encaminhavam para o comício e a romagem»

duramente experimentada na defesa das UCP's/Cooperativas contra uma ofensiva que há 12 anos semeia o confronto e a miséria nas terras ditas «do pão». Tal ofensiva vitimou há nove anos dois operários agrícolas, assassinados brutalmente em Santiago do Escoural quando, pacientes, pacíficos e firmes como sempre, os trabalhadores explicavam com a sua simples presença que o esbulho das terras da Reforma Agrária era uma ilegalidade com que não pactuavam. A homenagem para onde confluía a gente da região, já nove anos volvidos sobre o crime, era por isso muito mais que a expressão ritualizada dum protesto e duma revolta: nela se prosseguia e se continua a viver, intensamente, o combate que só terminará quando a terra for, toda, de quem a trabalha. Não somos nós a dizê-lo — embora o subscrevamos inteiramente. A afirmação esteve lá no Escoural — dramática, sublinhada e irrecusável — quando a imensa multidão que deu mais uma vez corpo ao acto foi exactamente isso: uma imensa multidão, nitidamente recortada no descampado alentejano.

Invulgar, na paisagem

Uma hora antes do comício, em Santiago do Escoural, só os olhares concentrados e persistentes que assomavam das portas, poiais e esquinas enfrentando o trânsito forasteiro que atravessava a povo-



«A homenagem mais sentida de todas: a continuação da luta que muitos e muitos outros vão prosseguir»

ação, punham uma nota de invulgaridade na paisagem eternamente discreta dos povoados alentejanos. Ao chegarmos ao campo de futebol da localidade — local marcado para o comício numa alteração que, segundo nos disseram no Centro de Trabalho, pretendia desafogar espaço dada a insuficiência comprovada do largo onde, em anteriores homenagens, se realizou o acto — pouca coisa sugeria algo de extraordinário, para além do palco montado num dos lados do campo, uma concentração de máquinas agrícolas rigorosamente alinhadas e alguns grupos de pessoas abrigados nas escassas sombras dos muros do recinto desportivo. Entretanto da excelente instalação sonora crescia a nota talvez mais invulgar do quadro — a contínua emissão de música de Beethoven e, depois, de Vivaldi. De qualquer modo a pouco mais de 30 minutos da hora marcada para o início do comício nada fazia prever que o vasto recinto seria em breve habitado por uma multidão de vários milhares de pessoas

vindas quase não se sabe de onde, em caudais compactos e vagarosos, desaguando de ruas que vinham lá de dentro do coração do povoado e que em poucos minutos cercaram o palco de onde fariam os oradores. Dominando o quadro impressionante, um grande e singelo pano mostrava o símbolo dos comunistas sobre duas espigas e explicava a solenidade em palavras simples: «Com o PCP, reforçar a unidade, defender a Reforma Agrária.»

«Foi neste ambiente...»

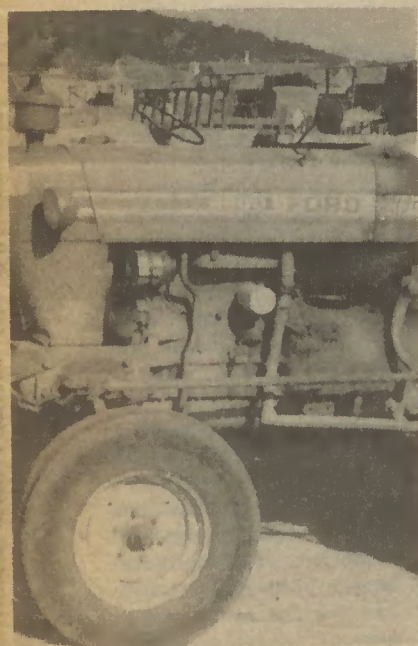
Foi neste enquadramento que se iniciou o comício, aberto com uma intervenção do camarada João Manuel, da Comissão Concelhia do PCP de Montemor-o-Novo, que nomeadamente ilustrou com exemplos concretos as dificuldades crescentes dos trabalhadores da região, vergastados ou mesmo escoraçados pelo desemprego que alguns latifúndios recém-reconstruídos voltaram a semear. A exposição seria completada

com a descrição de velhas arrogâncias patronais empinando-se outra vez contra direitos contratuais elementares, tão duramente conquistados nos campos do Alentejo e Ribatejo em lutas de décadas, em pleno fascismo. É esta, nua e crua, a «paz social» que o Governo de Cavaco Silva quer replantar na zona da Reforma Agrária; é este o «progresso» prometido em campanhas eleitorais sem princípios, mas com fins muito, muito precisos.

Antes da intervenção de Álvaro Cunhal (que condensamos noutra local) foram referidas dezenas de moções vindas de organizações de trabalhadores do campo e da cidade, associando-se à homenagem e solidarizando-se com a luta em defesa da Reforma Agrária. Foi neste ambiente de intensa solidariedade e evidente determinação que se organizou o cortejo, no final do comício, rumo ao cemitério onde repousam os camaradas Casquinha e Caravela, assassinados há nove anos por defenderem que a terra é de quem a trabalha.



«Foi neste ambiente de intensa solidariedade e evidente determinação que se organizou o cortejo, no final do comício, rumo ao cemitério onde repousam os camaradas Casquinha e Caravela, assassinados há nove anos por defenderem que a terra é de quem a trabalha»



Terra

Intervenção de Álvaro Cunhal

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, proferiu um discurso de improviso no comício de Santiago do Escoural, na jornada de homenagem aos camaradas Casquinha e Caravela e de solidariedade com a Reforma Agrária, que aqui condensamos.

Comentando a situação em que se encontra a Reforma Agrária após sucessivos ataques que pretendem destruí-la, Álvaro Cunhal recordou que já lá vão 12 anos de ataques roubando terras e gados, colheitas e instalações, destruindo obras sociais, mas apesar disso «nós continuamos todos aqui com disposição de continuar a luta na defesa da Reforma Agrária». Mas ao dizer-se que a luta continua, «devemos ter todos a preocupação de sermos dignos do sacrifício daqueles que, como Casquinha e Caravela, deram a sua vida na defesa da Reforma Agrária, de procurarmos sempre enfrentar os nossos inimigos com confiança, não termos receio das ameaças e termos confiança no futuro», sublinhando que tal disposição é essencial para que se possa fazer frente aos perigos que ameaçam esta e outras grandes conquistas da Revolução de Abril, como os direitos dos trabalhadores, as nacionalizações e o Poder Local democrático.

A permanente ofensiva, que já dura há 12 anos, tem sido «explicada» pela direita que a promove com argumentos que pretendem apresentar a Reforma Agrária como «um grande mal», como qualquer coisa que fosse contrária aos interesses do nosso Povo e que, por isso, houvesse que varrer da realidade nacional. Mas a verdade é que se querem destruir a Reforma Agrária «é precisamente porque esta foi e é um bem para os trabalhadores, a agricultura, a economia nacional, o nosso Povo e o nosso País», frisou o secretário-geral do PCP, que mais adiante considerou que será fácil ter-se uma ideia rápida e precisa se a Reforma Agrária foi um mal ou um bem para o nosso País, bastando para isso fazer algumas perguntas e saber das respostas.

Por exemplo: «Os trabalhadores que tomaram conta das terras deixaram-nas abandonadas ou, pelo contrário, cultivaram centenas de milhares de hectares que antes — e antes, sim — estavam abandonadas pelos agrários?» A resposta é sobejamente conhecida: com a Reforma Agrária os trabalhadores, dirigindo as UCP, e Cooperativas, levaram a cabo uma obra de desenvolvimento agrícola que jamais os agrários haviam realizado na região do latifúndios. Aliás antes da Reforma Agrária a situação no Alentejo caracterizava-se pela proliferação de terras abandonadas, de trabalhadores desempregados metade do ano e que muitas vezes, após uma vida inteira a labutar na terra, chegavam à velhice vendo-se forçados a andar pelas estradas sem terem um pouco de pão para comer.

Outra pergunta que se pode fazer é se as UCP's/Cooperativas aumentaram ou diminuíram a produção agrícola. A resposta também não dá margem para dúvidas e está à vista de quem o quiser confirmar: as UCP's/Cooperativas aumentaram a produção agrícola e pecuária, diversificaram as culturas, introduziram novas tecnologias, fizeram obras sociais, etc., etc. coisa que os agrários se haviam mostrado incapazes de realizar e continuam a ser incapazes, como facilmente se demonstra com o que está a acontecer depois da restituição de terras que lhe tem sido feita pelo Governo.

«Também se pode perguntar», prosseguiu, «se a Reforma Agrária manteve o desemprego ou aumentou, porventura, o número de desempregados». O que se assistiu foi ao fim do desemprego e à criação de dezenas de milhares de postos de trabalho.

«Estas são grandes verdades», frisou, «verdades que aqueles que desenvolvem a ofensiva contra a Reforma Agrária não desmentem nem podem desmentir».

Pirataria política

Continuando a caracterização da Reforma Agrária, o orador considerou-a «um bem para o povo e para o País» pois trata-se «de uma grande reforma democrática, de uma parte componente do regime democrático português alcançado com a Revolução de Abril. Só recusam esta conclusão aqueles que, por razões de classe, querem restaurar os interesses ilegíti-

mos dos grandes agrários e a exploração dos trabalhadores tal como existia antes do 25 de Abril».

De seguida Álvaro Cunhal abordou a questão da «lei do latifúndio» recentemente aprovada e que representa novos perigos para a Reforma Agrária. Trata-se de uma lei manifestamente inconstitucional, pois na Constituição da República proíbe-se taxativamente a reconstituição do latifúndio, que é o que esta lei tem claramente em vista, e não é pelo facto de o Tribunal Constitucional ter julgado o contrário que o deixa de ser. Aliás a decisão do TC foi tomada em condições que Álvaro Cunhal considerou bem estranhas, dado ter-se verificado um empate de três a favor e três contra, pelo que perguntou: «Como pode ser decidida uma lei desta importância, que põe em perigo uma conquista democrática como é a Reforma Agrária, que pode representar a vida ou a morte de uma grande realidade conquistada com Abril, quando três juizes votam a favor e outros três votam contra, e apenas pelo desempate do presidente se pode julgar que esta lei não é inconstitucional?» Daí o PCP, através do seu Grupo Parlamentar, ter solicitado de novo o juízo da constitucionalidade da lei, pois «nós temos a obrigação de esgotar todas as possibilidades, das mais pequenas às maiores, na defesa da Reforma Agrária». Trata-se de uma lei de «pirataria política, pelo que continuaremos a lutar contra ela, como continuaremos a luta em defesa da Reforma Agrária pelas várias formas que estão ao nosso alcance».

Os falsos amigos

Pormenorizando os reais objectivos da ofensiva contra a Reforma Agrária e as suas consequências socioeconómicas, Álvaro Cunhal definiu que, caso se concretize até ao fim, o que se irá verificar é a destruição da agricultura nesta zona, a proliferação da plantação de eucaliptos — que certamente não contribuirá para o desenvolvimento agrícola da região — é o alargar das coutadas de caça, o abandono de projectos de desenvolvimento tão importantes como o do Alqueva. O que estaria na calha, caso se concretizasse tal política, seria o atraso agrícola, o desemprego, a emigração, «seria, como já aqui foi dito, a desertificação do Alentejo».

Depois da aprovação da lei, a ofensiva vem de três lados, segundo Álvaro Cunhal: do Governo, dos agrários e dos falsos amigos, os tais que se chegam junto dos trabalhadores dizendo que «nós estamos convosco» e depois vão para Lisboa e, juntamente com o PSD, aprovam leis contra a Reforma Agrária. Referindo concretamente o PS, recordou que este está a entrar em negociações com o PSD para a revisão da Constituição onde, segundo o próprio projecto socialista, seriam riscadas as palavras «Reforma Agrária». Daí a necessidade de se saber distinguir os verdadeiros dos falsos amigos.

Isto também é válido não apenas em relação a outros partidos democráticos, mas igualmente ao PSD, que iludiu muita gente em 19 de Julho com as suas promessas. «Aqui mesmo no Alentejo houve quem se deixasse enganar pelo PSD em 19 de Julho, votando contra os seus interesses fundamentais» e julgando que o PSD e Cavaco Silva podiam resolver os seus problemas. «Já terão visto, pela realidade, que o seu voto foi errado».

Continuar a semear

Mas que fazer para defender a Reforma Agrária?

«A primeira coisa a fazer é termos a confiança que podemos lutar» e lutar com êxito, «é ninguém se deixar tomar pela ideia que eles estão a avançar e já pouco se pode fazer na defesa da Reforma Agrária», sendo necessário manter a confiança de que o povo tem muita força e, quando unido e organizado, pode resistir e impedir o avanço da ofensiva do Governo tal como ele quer. A propósito recordou a grande marcha da Reforma Agrária para Lisboa, realizada há pouco tempo e que foi uma poderosa expressão da sua força e razão, contribuindo para esclarecer muita gente. Há, por isso, que continuar a lutar.

Mas não chega a luta política, as manifestações e concentrações, «é necessário também continuar a trabalhar, a semear e a colher», apesar da ofensiva que se está a desenhar. Por outro lado importa também defender os bens das

UCP's/Cooperativas e dos seus trabalhadores. Outra frente a desenvolver é a compra e o arrendamento de terras, bem como a diversificação de culturas nos casos de redução importante de área cultivável, a continuação da batalha do esclarecimento público e o recurso aos tribunais, recordando, finalmente, que esta ofensiva contra a Reforma Agrária não é isolada, pois o Governo persegue igualmente as outras grandes conquistas da Revolução de Abril, agredindo amplas massas de trabalhadores com a sua política de restauração capitalista e monopolista, mobilizando por isso contra ele cada vez mais trabalhadores. Daí a importância da unidade de todos os democratas e as condições que se abrem, hoje, para essa unidade.

Nacional

Guarda prepara Congresso

Vivendo ainda sob o entusiasmo resultante do êxito político-cultural que foi conseguido na Festa do «Avante!» 88, as organizações do PCP, entregam-se já com vivo interesse e entusiasmo à preparação do XII Congresso. Acontecimento político do máximo interesse, não apenas para todas as organizações e militantes comunistas, mas também para todos os democratas e aqueles que reconhecem o papel positivo e a importância e validade das propostas do PCP para a sociedade portuguesa.

É inserido nesta fase preparatória do XII Congresso, que se vai realizar no próximo domingo dia 2 de Outubro, a partir das 10 horas no Centro de Trabalho do PCP na Guarda a reunião plenária da Comissão Distrital da Guarda do Partido Comunista Português.

Da ordem de trabalhos consta: abordagem e discussão dos projectos de alteração aos Estatutos e do novo Programa, e a discussão dos seus pontos essenciais; análise da situação política e social no distrito.

Nesta reunião vai ainda ser proposto o calendário para a discussão destes documentos nas organizações do distrito, bem como a realização de um conjunto de iniciativas inseridas na fase preparatória do Congresso.

Comunistas saúdam Rosa Mota e atletas portugueses

A Comissão Organizadora do Desporto da Festa do «Avante!» enviou no passado dia 23 à atleta portuguesa Rosa Mota e, em geral, à delegação olímpica portuguesa mensagens de regozijo e saudação.

A mensagem endereçada à delegação portuguesa (e ao cargo do prof. Celorico Moreira e Dr. Vasco Linco) dizia: «A Comissão Organizadora do Desporto da Festa do «Avante!», por vosso intermédio, saúda calorosamente todos os atletas portugueses pelo seu empenho em prol do desporto. Pela amizade e fraternidade entre

todos os desportistas. Saudações».

A mensagem dirigida a Rosa Mota dizia: «A Comissão Organizadora da Corrida da Festa do Avante/88 saúda calorosamente vitória de Rosa Mota em Seul. Pela amizade e fraternidade, em prol do desporto. Saudações».

Também no mesmo dia a Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) do PCP enviou à atleta Rosa Mota um telegrama, do seguinte teor: «Felitações calorosas. Magnífica consagração. Elevado mérito desportivo».

Terra



Reunião Regional de Quadros do PCP sobre a Reforma Agrária

A hora é de unidade e luta!

No mesmo dia da homenagem a Casquinha e Caravela decorreu em Montemor-o-Novo uma **Reunião Regional de Quadros do PCP sobre a Reforma Agrária**, que contou com as presenças do secretário-geral do PCP, **Álvaro Cunhal**, de **Ángelo Veloso** e **Bernardina Sebastião**, da Comissão Política do CC do PCP. Nessa reunião, onde se saudaram «todos os trabalhadores que, nas UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária prosseguem, com coragem e determinação a luta contra a aplicação da famigerada lei do latifúndio Cavaco/PSD e em defesa deste importante pilar do regime democrático que é a Reforma Agrária» foi elaborado um documento condensando as suas conclusões, onde se dá relevo à importância socioeconómica da Reforma Agrária e se apela «a todos os militantes e simpatizantes do Partido, a todos os trabalhadores e aos democratas, às populações para que se solidarizem com a justa luta que os trabalhadores da Reforma Agrária travam contra a política reaccionária do Governo Cavaco Silva/PSD». Os presentes saudaram ainda o 3.º Encontro Extraordinário da Reforma Agrária que se vai realizar no próximo dia 1 de Outubro no Teatro Curvo Semedo em Montemor-o-Novo, sob o lema «Defender as UCP's/Cooperativas — Reforçar a Solidariedade — Continuar a Reforma Agrária!», manifestando «desde já o seu apoio às conclusões que nele vierem a ser aprovadas».

Caracterizando a lei do latifúndio Cavaco/PSD como tendo por objectivo a destruição das UCP's/Cooperativas e a reconstituição do latifúndio e das grandes explorações capitalistas, a Reunião Regional de Quadros do PCP sobre a Reforma Agrária recordou que tal diploma contraria frontalmente o disposto na Constituição da República Portuguesa «pelo que os presentes, ao mesmo tempo que manifestam as suas preocupações pela forma como a lei passou no 2.º turno do Tribunal Constitucional, saúdam a decisão do Comité Central do PCP no sentido de requerer a fiscalização abstracta da constitucionalidade da lei através do Grupo parlamentar Comunista, na Assembleia da República».

E prossegue-se, a propósito da alegada «instabilidade» originada pela Reforma Agrária:

«Ao contrário do que têm propagandeado sucessivos Governos, para enganar o povo português, a destruição das UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária não traz a

agro-alimentar do País a crescer, trabalhadores desempregados ou a abandonar as suas terras, condições de vida a degradarem-se de forma acelerada, o envelhecimento e a desertificação».

Tal política é «criminosa, antipatriótica, que só o ódio vesgo contra os trabalhadores, a cegueira anticomunista e o servilismo face ao grande capital nacional e dos monopólios da CEE justificam». A verdade é que «a Reforma Agrária corresponde a uma necessidade histórica e é, a par das pequenas e médias explorações agrícolas, um factor fundamental para assegurar o desenvolvimento económico e social na zona do latifúndio».

E recordou-se:

«A Reforma Agrária está consagrada na Constituição da República como uma conquista irreversível do povo português e constitui um importante pilar do regime democrático saído da Revolução de Abril. A direita — PSD e CDS — não tem força suficiente para rever a Constituição».

Neste quadro, «se o PS persistir nos entendimentos com a direita assumirá uma grave responsabilidade que os trabalhadores, o povo, não esquecerão». E sublinha-se: «Aos trabalhadores da Reforma Agrária, em unidade com todos os outros trabalhadores, cabe um importante papel na luta em defesa da Constituição e das conquistas fundamentais que a mesma consagra».

Por tudo isto, os presentes na Reunião consideraram que «lutar contra a aplicação da lei do latifúndio Cavaco Silva/PSD, lutar em defesa das UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária, não é só um caminho justo, legítimo e indispensável à defesa dos interesses dos trabalhadores, mas também um acto patriótico em defesa dos interesses da região e do País».

O que é necessário

Impõe-se, assim, a unidade e a luta, pelo que:

«É necessário ultrapassar

as pequenas dificuldades e diferenças do dia-a-dia e cerrar fileiras em defesa das UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária;

«É necessário combater os boatos e tentativas de alienamento dos agrários, para que os trabalhadores abandonem as terras, gados, máquinas e instalações;

«É necessário prosseguir as sementeiras e trabalhar para consolidar a terra nas mãos dos trabalhadores;

«É necessário defender os

bens dos trabalhadores UCP's/Cooperativas, não permitindo que estes caiam nas mãos dos agrários, nem cedendo a tentações precipitadas de liquidação e distribuição dos mesmos;

«É necessário intensificar um largo trabalho de informação através de comunicados e da Comunicação Social para esclarecer e denunciar a gravidade da ofensiva, as situações concretas que se venham a registar e das

novas e graves condições criadas com a lei do latifúndio».

E termina-se sublinhando que «só reforçando a unidade entre todos os trabalhadores, a solidariedade entre todas as UCP's/Cooperativas e prosseguindo a luta com firmeza e determinação poderemos derrotar os planos de destruição do Governo Cavaco/PSD».

III Encontro Extraordinário da REFORMA AGRÁRIA

Montemor-o-Novo / 1.º Outubro 1988

- Defender as Ucp's/Cooperativas Agrícolas
- Reforçar a Solidariedade
- Continuar a Reforma Agrária

Nacional

Açores e Madeira

O voto na CDU é o voto indispensável

Dia 9 de Outubro vão realizar-se eleições para as assembleias regionais dos Açores e da Madeira. Aqui, a campanha eleitoral iniciou-se oficialmente ontem, no arquipélago açoriano isso sucedeu na passada sexta-feira, dia 23.

Em todas as ilhas prossegue até às 24 horas do dia 7 uma intensa campanha de esclarecimento e mobilização para o voto na Coligação Democrática Unitária.

Como afirma a Comissão Política do CC do PCP numa nota que publicamos nestas páginas, «o voto na CDU é o voto indispensável». E esta certeza dá ainda mais entusiasmo aos comunistas e seus aliados para levarem avante esta tarefa.

Os governos regionais, aproveitando-se do poder que detêm, intensificam entretanto a sua campanha demagógica, prometendo benesses e distribuindo dinheiros num afã que deve dar que pensar aos eleitores mais atentos.

Um bom arranque nos Açores

As notícias que vêm dos Açores dão conta de uma campanha muito forte e bom ambiente nos contactos directos com os eleitores. Isto é especialmente notado nas ilhas de S. Miguel, Santa Maria, Terceira, Faial, Pico e Flores.

Em Ponta Delgada a Coligação Democrática Unitária foi a única força que fez frente ao PSD logo desde o início da campanha eleitoral, espalhando por toda a cidade inúmeros cartazes e pendões apelando ao voto nos comunistas, independentes e «verdes» que integram as suas listas.

A CDU efectuou ainda vários «porta-a-porta» e sessões públicas; o gabinete de imprensa da Coligação destaca a participação que a juventude e a candidata jovem

da CDU, Luciana Lopes, têm tido nesta campanha.

Além dos contactos nas localidades, tem havido também reuniões de activistas para planificar o trabalho e distribuir as tarefas. Estão a realizar-se ainda visitas de candidatos a diversas empresas, nomeadamente da comunicação social; foram muito bem sucedidas, por exemplo, as visitas de anteontem às delegações da RTP e da RDP na Horta.

«Por todo o lado a CDU deparou com a simpatia e acolhimento favorável por parte da população micaelense» — afirmava o gabinete de imprensa num balanço do primeiro dia de campanha na ilha de S. Miguel e que se viria a confirmar noutros dias e na maior parte das ilhas.

Abaixo-assinado

Ainda antes da abertura oficial da campanha foi posto a circular um abaixo-assinado de apoio à CDU, subscrito inicialmente por trinta prestigiados açorianos residentes na ilha do Faial, muitos dos quais não têm qualquer vínculo com a CDU.

Estes cidadãos têm acompanhado «com atenção e in-

teresse» a actividade do deputado regional do PCP, José Decq Mota, e consideram que o seu mandato «concorreu para o prestígio da mais alta instituição autónoma dos Açores». Afirmam ainda que a eleição em 9 de Outubro do Dr. Luís Mota (cabeça de lista da CDU) «confirmará a referida prática política e introduzirá um factor de maior equilíbrio político na ilha do Faial».

No dia 20 de Setembro o abaixo-assinado contava com quase duas centenas de subscritores.

Madeira

Na Região Autónoma da Madeira a campanha eleitoral iniciou-se oficialmente on-



Ponta Delgada — marginal junto ao porto (foto de arquivo)

tem. Na véspera a CDU deu uma conferência de imprensa para divulgar o seu programa. Quanto à campanha em si, poucas mais notícias podemos dar neste número.

No entanto, pelo que contamos noutro local, teve muitas atribulações a pré-campanha, com Jardim a não querer que cresça a flor da democracia para os que têm a coragem de se opôr à sua política.

Houve atribulações, mas isso não impediu o trabalho

dos comunistas e seus aliados.

Um exemplo vem do Funchal, concelho onde se reuniram no passado dia 17 activistas e candidatos da Coligação Democrática Unitária para debater o trabalho a desenvolver até 7 de Outubro.

O plenário — segundo o comunicado que foi distribuído à imprensa — «tomou medidas para desenvolver uma campanha dinâmica de esclarecimento e mobilização dos democratas para o voto

na CDU» e «exigiu que o PSD e as autoridades regionais cumpram a legislação em vigor, garantindo na prática a igualdade de oportunidades às diversas forças políticas».

Só para o concelho do Funchal foi na altura decidido realizar, até ao final da campanha 30 «porta-a-porta», 70 acções de distribuição de documentos, 20 jornadas de colocação de propaganda e 12 reuniões e sessões diversas.

Defender com vigor as liberdades democráticas

É necessário muito vigor para defender as liberdades democráticas que os governos regionais unicolores de Mota Amaral e Alberto João Jardim põem todos os dias em causa nos Açores e na Madeira; e é assim que têm actuado os candidatos e activistas da CDU, não se vergando a toda a espécie de pressões e combatendo firmemente as frequentes agressões à legalidade democrática por parte do PSD e dos seus apoiantes.

Vejamos algumas histórias que têm a ver já com as eleições regionais de 9 de Outubro e que se passaram na Região Autónoma da Madeira.

Carlos Abrantes

Em Janeiro de 1986 a secretaria regional dos Assuntos Sociais/Direcção Regional de Saúde colocou o médico Carlos Abrantes no centro de saúde do Curral das Freiras (concelho de Câmara de Lobos); também por proposta destas entidades, o Conselho do Governo, reconhecendo a importância do trabalho desenvolvido pelo Dr. Carlos Abrantes, decidiu em Setembro de 1987 conceder-lhe o regime de dedicação exclusiva, situação única a nível dos clínicos gerais na Região.

Até ao passado dia 8 de Agosto tudo estava bem. Mas no dia 9 a Direcção Regional de Saúde Pública, sem que houvesse da parte da população da freguesia do Curral das Freiras qualquer queixa, entendeu que o Dr. Carlos Abrantes deixava de ser necessário no centro de saúde e que deixava também de ter condições para manter a dedicação exclusiva.

oficial para tal decisão. Daí a firme denúncia imediatamente feita pela CDU/Madeira: «Não houve quaisquer razões de serviço, mas apenas razões políticas, para o afastamento do Dr. Carlos Abrantes do centro de saúde do Curral das Freiras».

A Comissão Coordenadora da CDU/Madeira também respondeu à letra às afirmações da secretaria regional dos Assuntos Sociais. Dois dos parágrafos mais contundentes aqui ficam:

• «A CDU/Madeira e o Dr. Carlos Abrantes sabem perfeitamente que o Curral das Freiras pertence ao concelho de Câmara de Lobos, enquanto o Governo Regional parece esquecer-se que a freguesia pertence à ilha da

Madeira, pois votou-a ao mais completo abandono, não tendo a freguesia qualquer ligação rodoviária à sede do concelho.»

• «Não ignoramos os poderes do director regional de saúde pública, mas não os confundimos com o abuso de funções e a utilização presentória de arbitrários saneamentos políticos ou com o poder de tratar as liberdades constitucionais garantidas a qualquer cidadão como se fossem meras questões de serviços administrativos.»

A Comissão Nacional de Eleições, a quem a CDU apresentou queixa relativamente a este caso, participou em 21 de Setembro que o Dr. Carlos Abrantes deve ser reintegrado no



A pesca é uma das principais actividades da população dos Açores (foto) e da Madeira

Próximas iniciativas

Até terça-feira à tarde estavam já marcadas para os próximos dias, entre outras, as seguintes iniciativas integradas na campanha eleitoral da CDU/Açores:

Sexta-feira à noite, na Horta, sessão pública com José Decq Mota e espectáculo;

Sábado, a partir das 15 horas, no Campo de S. Francisco, em Ponta Delgada, **convívio jovem**:

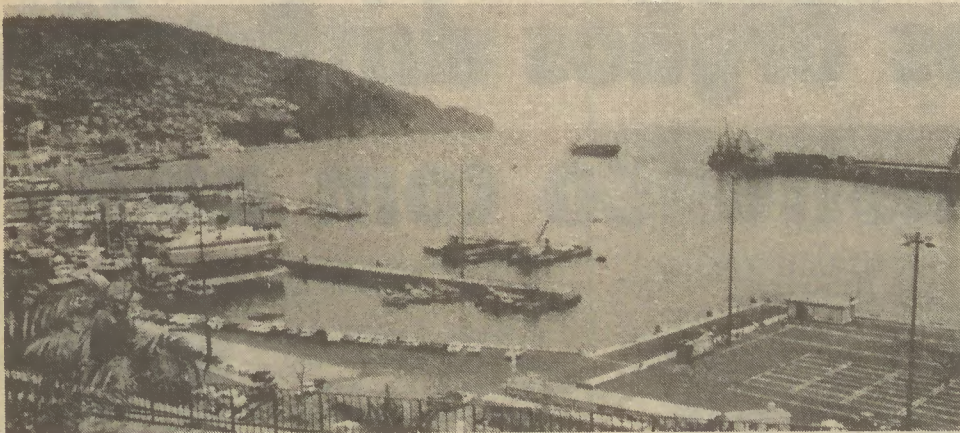
dia 5 (feriado), na Fanfarra Operária de Angra do Heroísmo, sessão pública com Decq Mota e espectáculo com Fernando Tordo e Edmundo Silva;

Dia 6 (quinta-feira), no Auditório de Ponta Delgada, sessão pública e espectáculo, também com Fernando Tordo e Edmundo Silva.

Na Madeira também estão previstas várias iniciativas de esclarecimento e contacto dos candidatos e activistas da CDU com a população. Acontecimentos de maior relevo serão divulgados proximamente, prevendo-se a realização de, pelo menos, duas sessões com espectáculo, no Funchal e no Curral das Freiras.

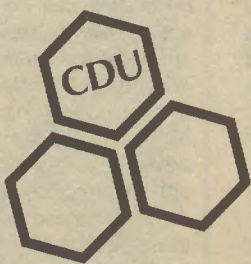
Nacional

Açores e Madeira



A Madeira não é do Jardim nem do PSD e a política que estes têm levado a cabo encontra cada vez mais oposição

**vota
CDU**



serviço que ocupava e em regime de dedicação exclusiva, repondo a situação que se verificava até ser anunciada a sua candidatura.

Cabe agora ao Governo Regional dar cumprimento a esta decisão da CNE. No entanto, a CDU apresentou igualmente queixa-crime ao delegado do Procurador da República no Tribunal do Funchal. A população do Curral das Freiras manifestou também o seu protesto contra o saneamento de Carlos Abrantes, nomeadamente num abaixo-assinado que recolheu centenas de nomes.

«Os tribunais julgarão, mas os eleitores do Curral das Freiras também terão uma palavra a dizer no próximo dia 9 de Outubro» — salienta a CDU/Madeira.

Lugares públicos disponíveis

A Comissão Nacional de Eleições tomou posição relativamente à pretensão do Governo Regional e da Câmara Municipal do Funchal de limitar a realização de sessões e comícios ao pavilhão da escola Jaime Moniz e ao jardim público municipal.

A CDU pedira oportunamente ao Ministro da República que requisitasse outras salas e recintos para iniciativas das forças concorrentes às eleições regionais. Mas, face às dificuldades levantadas, foi necessário recorrer à CNE.

Esta afirma na sua deliberação, divulgada dia 21, que «o Ministro da República, o Governo Regional e as câmaras municipais devem assegurar aos partidos políticos e às coligações concorrentes às eleições para a Assembleia Regional da Madeira, em condições de igualdade, os lugares públicos necessários à efectivação das respectivas campanhas eleitorais».

Mais esclarece a CNE que «não são admissíveis limi-

tes impostos por interdição de utilização de espaços públicos ou por fixação de um local predeterminado com consequente exclusão de todos os outros».

Vandalismo e «confronto»

A sede da CDU no Funchal foi, na noite de 20 para 21 de Setembro, alvo de um «acto de vandalismo» — como o classificou a coordenadora da Coligação Democrática Unitária no comunicado em que revela que «um bando de energúmenos investiu contra a fachada da sede da CDU, atirando tintas que degradaram, não só a instalação da CDU, mas também propriedades e automóveis alheios aos elementos desta força política».

A comissão coordenadora da CDU considera tal procedimento como «um acto reprovável e que, na sua essência, é também um atentado à liberdade, à democracia e à autonomia»; mas, acrescenta a CDU, tais factos «somente são possíveis pelas atitudes de confronto e intolerância do poder para com a oposição, a fazer recordar os acontecimentos e anos de terror que esta Região já viveu».

João Jardim, contudo, acha que as coisas não se passam assim e, como que a defender às claras o que outros fizeram escondidos pela noite, veio dizer na sua coluna diária — chamada até de «Confronto» — no «Jornal da Madeira», que quem atirou as tintas foram os apoiantes da CDU! Nem mais!

Para a CDU actos como o da noite de 20 para 21 de Setembro «não são meras acções isoladas e, embora feitas clandestinamente, vêm na sequência da actuação da própria autoridade municipal, que manda arrancar e destruir os cartazes de propaganda da CDU, como aconteceu no próprio dia 20, pelas 15 horas, na Rua 31 de Janeiro», na capital madeirense.

Nota da Comissão Política

As eleições regionais vão ter lugar em 9 de Outubro próximo

1. Estão marcadas para 9 de Outubro próximo as eleições para as Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira.

A permanência, há longos anos, em ambas as Regiões Autónomas, de Governos Regionais do PSD, que desrespeitam as liberdades democráticas, os direitos dos trabalhadores, as conquistas e os valores de Abril, torna muito difícil a acção esclarecedora e mobilizadora dos comunistas e de outros sectores progressistas e conduz a um grande afastamento dos resultados eleitorais em relação às verdadeiras aspirações e interesses das respectivas populações.

Apesar disso, apesar da abstenção atingir normalmente nestas eleições percentagens muito elevadas, as eleições assumem um grande relevo à escala regional e vão ter repercussão em todo o País.

2. Nas últimas eleições para a Assembleia Regional dos Açores, em 1984, foi eleito, pela primeira vez, um deputado do PCP, nessa altura apresentado nas listas da APU.

Apesar das ilegalidades, então cometidas, para impedir tal eleição — o próprio Presidente do Governo Mota Amaral afirmou que era esse um dos objectivos centrais do PSD — as forças de direita não conseguiram contrariar a vontade popular que levou àquela importante vitória democrática.

Na Região Autónoma da Madeira, onde o domínio do Presidente do Governo Alberto Jardim não é menos afrontoso para com os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, também a preocupação de impedir que nas próximas eleições fosse eleito, de novo, um deputado comunista, levou o PSD a pretender, sem êxito, a modificação da lei eleitoral.

Nestas circunstâncias, é natural que o primeiro objectivo a defender nas próximas eleições regionais seja o de manter o lugar que já foi conquistado, quer na Madeira, em 1980, quer nos Açores, em 1984.

3. A Autonomia Regional é uma característica político-administrativa essencial dos dois Arquipélagos. Essa importante conquista de Abril é, no entanto, falsamente respeitada e defendida pelos actuais Governos Regionais, que conduzem não só uma política antidemocrática como governamentalizadora, centralizadora e, não poucas vezes, de cariz separatista.

O que está consagrado na Constituição é exactamente o contrário de tal política. A Autonomia Regional tem como principais objectivos a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico-social e a promoção e defesa dos interesses regionais e o reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses.

A participação directa de eleitos comunistas nas Assembleias Regionais permitiu que nessas Assembleias, que são constitucionalmente os principais órgãos de governo próprio, passasse a ouvir-se uma voz consequente e firme em defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações, da democracia, do desenvolvimento económico regional (incluindo os problemas que se levantam com a integração na CEE), do progresso social, da autonomia democrática e da unidade nacional.

O aumento da votação na Coligação Democrática Unitária (CDU), de que o PCP faz parte, bem como a eleição de mais deputados, são objectivos muito importantes, pois significarão mais força para lutar pela consolidação da autonomia regional e a sua defesa contra perversões quer de natureza centralista, quer de cariz separatista; mais força para lutar pela adopção de políticas integradas de desenvolvimento que permitam ultrapassar os graves estrangulamentos e a crise de perspectivas em que, após 12 anos de governos do PSD, mergulharam as economias regionais; mais força para lutar pela salvaguarda dos interesses açorianos e madeirenses no contexto da adesão à CEE; mais força para lutar contra a expansão das injustiças sociais provocada pela política do PSD e pela sua acção governativa, tanto no Governo da República, como nos Governos Regionais.

A eleição de novos deputados da CDU, sejam membros do PCP, do Partido «Os Verdes», da Intervenção Democrática (ID) ou independentes, representará um reforço muito importante para a acção esclarecedora e mobilizadora que tem sido realizada na Região Autónoma dos Açores e na Região Autónoma da Madeira.

4. A convergência das diversas correntes democráticas é um imperativo indispensável para se caminhar para uma alternativa progressista à actual situação nos Açores e na Madeira.

Entretanto, uma política de oposição pouco consequente da parte do PS e a sua pretensão de ser, só ele, uma alternativa ao PSD têm impossibilitado avançar-se no sentido de uma convergência e têm dificultado a própria consciencialização do descontentamento existente e o combate à desmotivação e à abstenção.

Sem deixarem de defender a necessidade de uma convergência das forças democráticas e lutarem por ela, os comunistas têm procurado, nas duas Regiões Autónomas, fortalecer e alargar a CDU, quer pelo reforço dos partidos que formam a coligação e da ID, quer pela inclusão, nos aderentes e apoiantes da CDU, de um leque muito e mais variado de democratas.

Dar à CDU, na Madeira e nos Açores, uma dimensão diferente, capaz de vencer muitos preconceitos e hesitações e de ganhar a participação responsável de elementos distantes mas unidos na base da defesa de uma posição convergente — é uma orientação que se tem concretizado em passos positivos importantes.

Os objectivos gerais de alcançar mais votos e mais deputados têm de contar forçosamente com o alargamento da influência da CDU nos diversos sectores da população das Regiões Autónomas.

5. Há que prestar também à organização partidária, em qualquer dos Arquipélagos, uma grande atenção.

É necessário que todos os membros do Partido sejam mobilizados para contrariar a abstenção e realizar um amplo esclarecimento, através das células e dos muitos contactos existentes e a promover, de modo a atingir um maior número de operários, de empregados, de intelectuais, de lavradores e agricultores, de pessoas de muito diversas camadas sociais que sentem os prejuízos de uma política que simplesmente serve os interesses de um punhado de exploradores e suas clientelas.

É através da organização, seja ela formada por membros do PCP, seja assente em outros parceiros da CDU, que é possível efectuar um grande trabalho de consciencialização e de captação de votos.

O voto na CDU é o voto indispensável. É o voto que interessa para a defesa consequente da autonomia democrática. É o voto que corresponde ao desenvolvimento regional e aos interesses das populações. É o voto que mais claramente demonstra a oposição à política dos actuais Governos Regionais. É o voto que pode criar melhores condições de luta nas Assembleias Regionais, ampliando e desenvolvendo o papel altamente positivo que tem sido desempenhado, em cada uma delas, pelo deputado eleito.

6. Apesar das dificuldades que o PCP e a CDU encontram na sua actividade política em qualquer das Regiões Autónomas, das ilegalidades que têm sido cometidas no período pré-eleitoral e que vão continuar, as organizações do PCP, bem como todos aqueles que apoiam, de qualquer forma, a CDU, saberão levar por diante uma luta firme e tenaz quer por condições de liberdade e democracia para as eleições, quer pela obtenção de um maior número de votos e de um maior número de deputados eleitos.

26 de Setembro de 1988

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português.

PCP

Aveiro Conclusões da Comissão Distrital

«A Comissão Distrital de Aveiro do PCP condena veementemente a atitude do conselho de gerência da CP, que, sob as ordens do governo PSD/Cavaco Silva, procura dar a machadada final na linha do Vale do Vouga, que serve os interesses das populações mais desfavorecidas, e ainda o encerramento, sem alternativa, de várias passagens de nível na linha do Norte, como por exemplo na zona de Estarreja, o que prejudica as populações e em particular os agricultores que diariamente necessitam de as utilizar».

Reunida no passado dia 24, a Distrital de Aveiro do PCP divulgou uma breve nota de conclusões. A preparação do XII Congresso e a situação social e política no distrito foram temas em destaque nesta reunião.

29 assembleias

No que se refere ao XII Congresso do PCP a CDA fez uma primeira apreciação dos projectos do novo Programa e de alteração aos Estatutos, organizou e aprovou um vasto plano de trabalho, de reuniões de organismos e de 29 assembleias plenárias das organizações para o debate dos materiais do Congresso e eleição de delegados.

Foram distribuídos pelas organizações ou agrupamentos de organizações do Partido no distrito os delegados a que, nos termos regulamentares e de acordo com a respectiva representatividade, têm direito.

A CDA apela à participação dos comunistas do distrito em toda esta fase preparatória do Congresso, contribuindo com intervenções e propostas para o seu êxito.

Quanto aos aspectos da situação social e política, a CDA constatou a situação preocupante da agricultura do distrito. Com efeito, mais de dois meses depois do mau tempo que causou enormes prejuízos nas principais culturas, afectando milhares de agricultores, nem os serviços oficiais regionais nem o Governo tomaram qualquer medida para proceder à avaliação dos prejuízos e, consequentemente, prestarem as prometidas ajudas aos agricultores atingidos.

Lutas nas empresas

Foi igualmente abordada a situação laboral sendo registados testemunhos sobre o agravamento dos problemas do trabalho precário, repressão, incumprimento da legislação laboral, desemprego e exploração da mão-de-obra infantil. Nestas circunstâncias observa-se uma crescente degradação das relações de trabalho e o correspondente agravar de conflitos, bem como o desenvolvimento de formas de luta diversas como são exemplo a empresa Fontes em Espinho, a A. Paulo Amorim e a Manuel Lima, na Feira, a Arrancar em Águeda ou a F. Ramada em Ovar.

A CDA verificou os problemas relativos à abertura do ano escolar e os problemas do ensino tendo considerado o agravamento da situação de muitas escolas do distrito, obrigadas a funcionar completamente superlotadas, com turmas excessivamente numerosas, e o combate ao insucesso escolar não atingiu, no distrito, como no resto do País, resultados significativos, tal como reconhece o próprio Ministério.

Por último concluiu-se ser significativo, como confirmação de alteração da correlação de forças no plano eleitoral, os resultados extraordinários que a CDU alcançou em pouco mais de um mês nas eleições intercalares para as Assembleias de Freguesia de Maceda e Arões, nas quais obteve amplo crescimento percentual e absoluto, com o melhor resultado de sempre.



Algarve DORAL do PCP propõe eleições para os órgãos da Região Administrativa em simultâneo com as autárquicas

Através da Direcção Regional do Algarve (DORAL), os comunistas propõem desde já às outras forças políticas da região e às instituições com competência ou interessadas no processo, que se fixe como objectivo a realização das primeiras eleições para os órgãos da Região Administrativa do Algarve simultaneamente com as eleições para os órgãos autárquicos de Dezembro de 1989.

Ao avançar esta proposta, a DORAL do PCP acompanha-a de um apelo a todas as forças políticas democráticas, deputados, personalidades da região, órgãos do Poder Local, movimentos sociais e culturais, para que em conjunto e sob diversas formas lutem e desenvolvam as acções necessárias pela concretização de tão importante objectivo.

Nesse sentido, a organização do PCP no Algarve manifesta a sua inteira disponibilidade para, através do Grupo Parlamentar comunista na Assembleia da República, e em diálogo com as forças políticas, sociais e culturais da região, discutir, aprofundar e concretizar as várias acções que terão de ser levadas a cabo.

Numa tomada de posição que fez chegar aos órgãos de comunicação social, a DORAL sublinha que a Região Administrativa do Algarve é uma aspiração e uma exigência. A sua concretização tem de ultrapassar a fase das promessas dema-

gógicas em períodos eleitorais, para passar para o terreno da sua instituição em concreto. Que cada um assuma as suas responsabilidades.

A única resposta capaz

Esta velha aspiração, lembram os comunistas, radica-se na realidade objectiva de que o Algarve constitui uma identidade geográfica incontroversa, e que a esta realidade se associam factores de ordem económica, histórica, cultural e social que lhe conferem a característica de uma Região Plano.

A crescenta a DORAL do PCP: «A braços com profundas distorções e assimetrias que marcam desde há muito, e rigorosamente, a economia e a qualidade de vida da população, o Algarve tem vivido ao sabor do oportunismo e da irresponsabilidade, vítima da especulação e da corrida ao lucro fácil, contribuindo tudo isto para a delapidação de

recursos e para o abandono e desaproveitamento de outros.

A política marcadamente centralizadora que tem sido implementada pelos sucessivos governos, expressa no reforço da actuação das estruturas do Poder Central instaladas na região, tem contribuído para o acentuar de dificuldades na resolução dos problemas, pela complexa malha burocrática em que actuam, pelo distanciamento e desconhecimento dos problemas reais que revelam e ainda pelo favorecimento de um quadro onde a arbitrariedade, o compadrio e o favoritismo político têm largo campo de actuação.

Nas recentes medidas tomadas pelo Governo do PSD/Cavaco Silva, a que determina a elaboração de um Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve é disso também um exemplo.

O Ordenamento do Algarve é uma reivindicação há muito reclamada pelo PCP e por largos sectores da população. Entretanto o antiquado conceito do planeamento pretendido, a ausência da noção de tratamento integrado dos elementos do Plano e da perspetivação deste no sentido do desenvolvimento como meta, a composição da comissão, na qual os órgãos de Poder Local estão subal-



Algarve: todas as condições para Região Administrativa com eleições já em 1989. Os comunistas lançam a proposta. Quem se pronuncia?

ternizados e as limitações que são colocadas desde logo à sua actuação, surgem como mais uma incapaz e grosseira intromissão do Poder Central nos problemas do Algarve e revelam o cariz marcadamente centralizador em que assenta a política do actual Governo.

Neste quadro e na encruzilhada, perto da ruptura, em que o Algarve se encontra, a

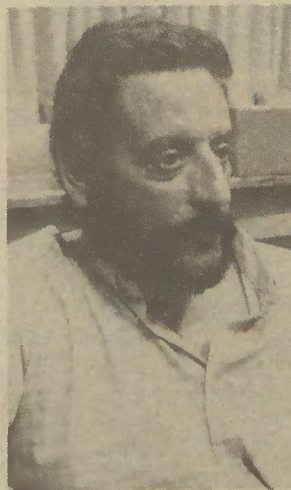
instituição da Região Administrativa confirma-se como a única resposta capaz de criar os instrumentos para resolver correcta e eficazmente os graves problemas que a região enfrenta.

Com a revisão da Constituição a decorrer, bem como a consulta às Assembleias Municipais, sobre os vários projectos de criação das Regiões Administrativas, é de

extraordinária importância que o processo do Algarve avance e se clarifiquem posições.

Vidigal Amaro leva Timor-Leste à União Interparlamentar

«O direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e independência é inquestionável» — afirmou o deputado do PCP Vidigal Amaro ao intervir na semana passada na Assembleia da União Interparlamentar, que reuniu em Sófia representantes de parlamentos de mais de cem países.



O deputado comunista Vidigal Amaro

O deputado sublinhou que «Portugal é reconhecido internacionalmente como potência administrante e, por isso, cabe especialmente a nós, parlamentares portugueses, denunciar a situação que se vive em Timor-Leste e alertar a opinião pública internacional para a violação no território dos mais ele-

mentares direitos, incluindo o direito à vida».

O acto de agressão da Indonésia — recordou Vidigal Amaro — «foi rejeitado pelo povo timorense, que resistiu e continua a lutar contra as forças invasoras».

O deputado do PCP lembrou aos parlamentares presentes na Assembleia da UIP que o genocídio da Indonésia em Timor-Leste se salda já por mais de 200 mil mortos, ou seja, o número de pessoas assassinadas pelos invasores representa cerca de um terço da população timorense.

Além disso, acrescentou o deputado português, «são constantes as violações dos mais elementares direitos humanos: prisões, torturas, execuções, deportações, violações domiciliárias, proibição dos direitos de reunião e expressão, violação de correspondência e restrição à circulação de pessoas e bens são práticas diárias da Indonésia no território ocupado de Timor».

Contudo, a política indonésia do facto consumado «não pode ser aceite» — afirmou Vidigal Amaro a concluir — «A Indonésia deverá ser condenada pela violação do direito internacional» e «a retirada das forças de ocupação tem de ser uma exigência da comunidade internacional».

Assembleia da República

PCP activo no reinício dos trabalhos

A proposta do Grupo Parlamentar do PCP para a convocação urgente e extraordinária do plenário da AR antes do início da 2.ª sessão legislativa deverá, muito provavelmente, ser analisada na reunião de hoje da Comissão Permanente da Assembleia da República. Hoje deve realizar-se também a reunião de emergência da Comissão de Agricultura e Mar, proposta pelos comunistas na semana passada.

O PCP decidiu pedir a convocação do plenário da AR ainda antes de 15 de Outubro (data do início da sessão, embora falte ainda definir a data da primeira reunião plenária, possivelmente dia 18) depois de o PSD ter impedido que o ministro das Finanças comparecesse perante a Comissão Permanente do parlamento, numa atitude que o Grupo Parlamentar comunista considerou em comunicado como «inadmissível».

Os deputados do PCP pretendem que o ministro Cadilhe e o Governo informem a Assembleia sobre a política de rendimentos e preços, a derrapagem da taxa de inflação e o estudo da execução orçamental em 1988.

A convocação extraordinária do plenário da AR pela

que levaram mesmo à perda quase total de algumas das produções e investimentos — «justificam plenamente que a Assembleia da República, através da Comissão Permanente, proponha medidas para minorar e reparar as perdas verificadas, proceda à audição das organizações representativas da lavoura e dos agricultores e acompanhe a execução das medidas anunciadas pelo Governo» — como se afirma num comunicado do Secretariado do Grupo Parlamentar do PCP.

Chiado

O PSD «foi lento a compreender a importância da Assembleia da República e vago na proposta que apresentou» — afirmou Carlos Brito ao comentar o atraso com que a Comissão Permanente da AR decidiu convocar uma reunião extraordinária da Comissão de Administração do Território, Poder Local e Ambiente para debater as questões relacionadas com o incêndio de 25 de Agosto na baixa lisboeta.



Distrito de Coimbra: 142 reuniões e 33 assembleias plenárias desde já programadas para o debate preparatório do XII Congresso do PCP

Coimbra Preparação do XII Congresso

Segundo um balanço recentemente divulgado pela SIP da Comissão Distrital de Coimbra do PCP, estão marcadas pelas diversas organizações do Partido nesse distrito 142 reuniões e 33 assembleias plenárias para eleição de delegados, no âmbito das actividades preparatórias do XII Congresso, marcado para Dezembro próximo na cidade do Porto.

No último sábado teve lu-

gar no Centro de Trabalho do PCP em Coimbra uma reunião distrital de quadros para discussão de vários aspectos relacionados com esta fase preparatória, e dela saiu um reforçado apelo a todos os militantes para que estudem atentamente a documentação, participem e intervenham nos debates do Congresso, expondo as suas ideias e avançando as suas propostas.

Os comunistas, contudo, manifestaram publicamente a sua satisfação com a decisão de reunir a Comissão Parlamentar tomada dia 22: logo na primeira reunião da Comissão Permanente o PCP apresentou, aliás, uma proposta nesse sentido.

Até ao fecho desta edição ainda não era conhecida a data da reunião da Comissão Parlamentar, que tem por objectivo acompanhar todas as questões que decorrem do incêndio do Chiado.

O Grupo comunista, no entanto, anunciou já que «face à ineficiência das medidas governamentais, vai propor, no âmbito dos trabalhos da Comissão, a melhoria das condições em que estão a ser atribuídos subsídios aos trabalhadores que deixaram de receber salários, designadamente alargando o limite temporal de aplicação» — que, recordamos, deverá terminar em Dezembro próximo. Os trabalhadores e as suas organizações, nomeadamente o CESL, exigem que as remunerações sejam garantidas até que seja retomada a laboração.

Nacional**Imagens de uma luta que vai continuar****Populações da zona de Viseu contra o encerramento da linha ferroviária do Dão**

Tal como a Comissão Distrital de Viseu do PCP já previa e alertara, a gerência da CP e o Governo acabaram por anular a circulação das automotoras da linha do Dão, numa clara afronta às necessidades económicas e sociais desta região do interior do País.

Única força política a tomar posição inequívoca neste grave problema regional, o PCP, na sequência de múltiplas chamadas de atenção (uma das últimas em comunicado divulgado à Imprensa, que publicámos na semana passada), contactou de novo

os órgãos de Comunicação Social nos últimos dias e as populações afectadas, registando-se mesmo — como a Distrital do PCP havia prometido anteriormente — a presença de um deputado comunista (Fernando Gomes) nesses contactos com as gentes de Viseu directamente atingidas pela supressão do serviço ferroviário.

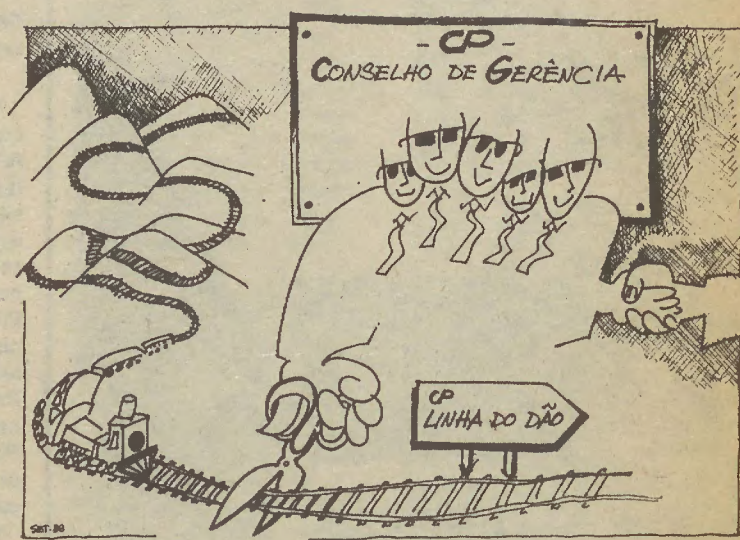
Face à gravidade da situação, o PCP convocou para Viseu, na passada semana (quinta-feira), uma reunião com a presença de eleitos das Juntas de Freguesia, da Federação sindical dos ferro-

viários e outras estruturas.

Oportuna e extremamente útil, essa reunião foi o ponto de partida para a mobilização popular. Respondendo ao apelo de várias JFs, dezenas de pessoas estiveram na madrugada de sábado para domingo na estação da CP em Viseu, onde durante bastante tempo impediram a partida do autocarro que a gerência da CP pretende impor como alternativa à circulação ferroviária. Para além de outros inconvenientes, os autocarros obrigam muitos passageiros a longas deslocações a pé — estamos já

a citar uma nota do departamento de Informação da União dos Sindicatos de Viseu — e não asseguram o despacho de mercadorias. Refira-se, entretanto, que estes alternativos são provisórios, «pois é intenção da CP e do Ministério dos Transportes entregar o serviço de passageiros desta linha a empresas privadas»...

Voltando ao episódio da madrugada de sábado para domingo: iniciando a sua viagem só depois de confirmada a continuação do processo de luta e protesto para esta semana, nomeadamente com contactos junto do Governo Civil, o autocarro começou o seu percurso, que viria a ser interrompido a escassos 10 km da capital



A automotora Viseu-Santa Comba já não seguiu, como habitualmente, na última noite de sábado para domingo. Em vez disso, a CP apresentou o alternativo rodoviário, que, nitidamente, não serve os interesses da região e das populações. Na foto, elementos das JFs falam aos jornalistas



Populares junto do autocarro da CP na noite do passado sábado. Alertados por Juntas de Freguesia da zona de Viseu, bloquearam a partida do autocarro. Pouco depois, os sinos tocaram a rebate numa freguesia próxima e a viatura acabaria por não realizar o itinerário previsto



O autocarro alternativo, em Viseu, foi impedido durante uma hora e meia de começar o seu percurso

QUEREMOS O NOSSO COMBÓIO!
VAMOS TODOS BUSCÁ-LO À ESTAÇÃO DE VISEU
HOJE, SABÃO, ÀS 11 HORAS DA NOITE!
 ACOMPANHA A TUA JUNTA DE FREGUESIA



Em Viseu, uma luta justa contra uma medida que não serve a região. O dedo acusador volta-se contra a gerência da CP mas também contra o Governo Cavaco. Primeiro, a destruição do serviço ferroviário. Depois, alternativos que não satisfazem. «Amanhã», a entrega de mão beijada às privadas...



O PCP junto das populações para um (importante) trabalho de esclarecimento e mobilização: à esquerda, Carlos Fraião (membro da Distrital de Viseu, suplente do CC); ao meio o deputado comunista Fernando Gomes

do distrito, em Farminhão, freguesia que, noite dentro, tocou os sinos a rebate; a população impediu a passagem da viatura, imobilizada durante cerca de uma hora, e acabando por não cumprir o itinerário previsto.

Novos desenvolvimentos terão ocorrido, entretanto. Oportunamente, daremos aos nossos leitores mais pormenores desta justa luta dada a conhecer também aos órgãos de soberania pelos telegramas enviados pelas Juntas de S. Cipriano, Couto de Cima, Couto de Baixo, Farminhão, Torreda, Orgens e Boaldeia.

Trabalhadores

Comércio em Moscovo

Segundo nota emitida no passado dia 20, a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços esteve representada em Moscovo na Conferência Profissional Internacional dos Trabalhadores do Comércio, iniciativa que reuniu representantes de 86 países e que a FEPCES considera «a maior conferência internacional de sindicatos de comércio».

Na verdade, o total das organizações presentes foi de 122 sendo duas internacionais (OIT e FSM) e foi de 210 o número de delegados presentes. A FEPCES, que emitiu no dia 20 do corrente um comunicado sobre o assunto, assinado pela delegação que esteve em Moscovo entre 14 e 18 deste mês, refere ainda outros números sobre a conferência, destacando o total de organizações a nível nacional (107) e as regionais/sectoriais que foram 13.

A FEPCES, que como se sabe não tem qualquer filiação internacional, participou como convidada na Conferência de Moscovo, no âmbito da qual esteve presente no Encontro das Organizações Sindicais por Continente, e «fez uma comunicação na sessão plenária» da Conferência, abordando

«os problemas dos trabalhadores do comércio de Portugal».

No âmbito do continente europeu, «sugeriu algumas propostas de alteração ao documento principal», no sentido de defender «a necessidade de um estreitamento da cooperação e da convergência da unidade na acção entre todos os sindicatos europeus, na base da defesa dos interesses concretos dos trabalhadores».

Na Conferência foram aprovados dois Encontros principais.

Encontro da Europa capitalista

Em princípio, segundo a delegação da FEPCES, o Encontro dos sindicatos dos

países da Europa capitalista, decidido na Conferência, deve realizar-se em Lisboa, durante o próximo ano. A decisão sobre o Encontro foi tomada no quadro da Conferência de Moscovo, mas cabe particularmente às organizações sindicais dos trabalhadores do comércio da Europa levar a cabo essa iniciativa.

O outro Encontro principal a efectuar no próximo ano é o dos países socialistas. De acordo com a mesma delegação da FEPCES este segundo Encontro deve efectuar-se, em princípio, na cidade de Budapeste.

A nota à Imprensa emitida pela delegação portuguesa sublinha que os delegados da FEPCES apoiaram «a realização do Encontro de todos os sindicatos do comércio da Europa capitalista, aberto à participação de todas as organizações sindicais europeias».

A delegação, que destaca ainda o facto de ter tido a oportunidade de contactar com sindicatos e trabalhadores do comércio soviéticos e de visitar a cidade de Zagorsk, «onde se situa o Pa-

triarcado da Igreja Ortodoxa Russa», sublinha, por outro lado, que o documento principal da Conferência, bem como a resolução de solidariedade, foram aprovados por unanimidade, após sofrerem «importantes modificações» no decorrer dos debates.

Resposta comum

A delegação portuguesa à Conferência de Moscovo, composta por Manuel Guerreiro e Manuel Feliciano, essa «resposta comum» deve ser dirigida e organizada contra «a ofensiva patronal e governamental» no nosso país. Segundo os mesmos sindicalistas dirigentes da FEPCES, que comentaram vários aspectos da Conferência de Moscovo, é de destacar o volume da participação (elevado número de organizações representadas); o «debate vivo e transparente dos problemas que hoje afectam e preocupam os trabalhadores de todo o mundo; a unanimidade alcançada à volta das questões fundamentais em discussão — emprego, salários, horários, introdução de novas tecnologias, segurança social, saúde, higiene e segurança (no trabalho), negociação colectiva, direitos sindicais e democráticos, paz, cooperação e solidariedade». Esses assuntos tratados «revelam a enorme vontade das organizações que, embora perfilhando opiniões e tendo filiações internacionais diversas, convergem na necessidade de cooperar e de de-

integração (na CEE) e ao Acto Único Europeu».

Segundo Manuel Guerreiro e Manuel Feliciano, essa «resposta comum» deve ser dirigida e organizada contra «a ofensiva patronal e governamental» no nosso país.

Segundo os mesmos sindicalistas dirigentes da FEPCES, que comentaram vários aspectos da Conferência de Moscovo, é de destacar o volume da participação (elevado número de organizações representadas); o «debate vivo e transparente dos problemas que hoje afectam e preocupam os trabalhadores de todo o mundo; a unanimidade alcançada à volta das questões fundamentais em discussão — emprego, salários, horários, introdução de novas tecnologias, segurança social, saúde, higiene e segurança (no trabalho), negociação colectiva, direitos sindicais e democráticos, paz, cooperação e solidariedade». Esses assuntos tratados «revelam a enorme vontade das organizações que, embora perfilhando opiniões e tendo filiações internacionais diversas, convergem na necessidade de cooperar e de de-

envolver acções comuns».

Para os delegados portugueses da FEPCES, esse tipo de acções, além de comum, deve ser «convergente e (ou) coincidente na defesa dos interesses concretos dos trabalhadores do comércio, escritórios e serviços».

As organizações filiadas, que estiveram em Moscovo na Conferência de 14 a 18 do corrente, elegeram os órgãos da União Internacional dos Sindicatos do Comércio, que tem em Praga a sua sede. Por não ser filiada em qualquer organização internacional, como se disse, a FEPCES não participou nessa votação e manteve a sua qualidade de convidada da Conferência Profissional Internacional dos Trabalhadores do Comércio.

Segundo os dados sobre a Conferência divulgados pela delegação da FEPCES no passado dia 20, foram eleitos para presidente e secretário-geral da União (UISC), respectivamente, Janos Vaz, da Hungria, e Alvaro Villamarin, da Colômbia.

O secretário eleito na Conferência de Moscovo visitará Portugal em Novembro, informou a delegação.

Sumário sindical

SINDICATO DOS JORNALISTAS • AGOSTO/88

USA — A União dos Sindicatos de Aveiro acaba de tornar público um forte protesto dos trabalhadores da Fiação Arancar em Águeda, onde os patrões aproveitaram as férias do pessoal para alterar os horários, passando-os de fixos a rotativos sem ouvir os principais interessados nem a sua comissão sindical. A USA invoca com razão a cláusula 63, n.º 2 do contrato colectivo dos lanifícios, que dispõe precisamente o contrário da atitude patronal, e dispôs-se, principalmente através da direcção do Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil de Aveiro, a tudo fazer para solucionar a questão pela via do diálogo e recorrendo à Inspecção do Trabalho.

CGTP-IN — A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional, que participou recentemente no III Congresso da CUT-Brasil (Central Única de Trabalhadores), esteve representada também, a convite da UNTA — União Nacional dos Trabalhadores Angolanos —, através de uma delegação conduzida pelo coordenador nacional Manuel Carvalho da Silva, em visita à República Popular de Angola, onde, entre outras reuniões, se avistou com responsáveis políticos e com o secretariado geral da UNTA. A Inter, que esteve representada no III Congresso da CUT-Brasil por José Luís Judas, membro da comissão executiva e secretário das relações internacionais da Central, fez deslocar à RPA, além do coordenador da comissão executiva, Carvalho da Silva, Carlos Carvalho e Antenor de Barros, membros respectivamente do conselho nacional e do departamento internacional da CGTP-IN.

USC — A União dos Sindicatos de Coimbra, que reuniu o seu conselho nacional no passado dia 20, incluiu numa extensa agenda de trabalhos, várias iniciativas das quais se destaca, além da participação no 18.º aniversário da CGTP, um debate sobre trabalho precário a efectuar em Coimbra no próximo dia 14 e, seis dias depois, a conferência nacional da Inter sobre «Segurança no Emprego, Direitos dos Trabalhadores, Revisão da Constituição». É ainda a USC que, referindo-se à actualização dos salários deste ano, «perante o falhanço do Governo nas

suas metas de inflação», salienta os casos das empresas Cerâmica Arganilense e Cerâmica da Carriça (sector do barro vermelho), onde acabam de ser entregues propostas de actualização salarial de «sete por cento desde Janeiro e subsídio de refeição».

FSTT — A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal acaba de entregar às respectivas associações patronais as propostas de revisão das convenções colectivas de trabalho para os lanifícios, vestuário, cordoaria e redes. Para um leque salarial de 9/10 categorias profissionais, os salários variam (mais ou menos: valores ilíquidos) entre 35 e 72 contos mensais. Recorde-se que as associações patronais dispõem, de acordo com a lei, de um prazo máximo de trinta dias para apresentarem as contrapropostas de revisão salarial.

CES-SUL — O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul, com sede em Setúbal, distribuiu um comunicado na segunda semana deste mês onde se afirma que a administração do Pingo Doce, depois de não ter cumprido na íntegra as disposições do contrato colectivo de trabalho e as normas de medicina no trabalho, higiene e segurança, acabou por reconhecer «a falta, comprometendo-se no mais curto espaço de tempo a actualizar as diuturnidades, assim como a pagar os respectivos retroactivos; a pagar os subsídios devidos aos trabalhadores (almoco, nocturno, e de pão para os da panificação); dar cumprimento total ao gozo de férias para os trabalhadores contratados a prazo; atribuir o vencimento em diversas categorias profissionais de acordo com o CCTV (contrato de trabalho colectivo vertical) aplicável; respeitar os horários diários dos trabalhadores, mantendo, no entanto, a recusa da atribuição das folgas, rotativamente, de segunda a sábado».

STADE — O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora, ao distribuir pelos seus associados extensa informação sobre o novo CCT (contrato colectivo de trabalho) lembra que «os jo-

vens agrícolas e as mulheres» dispõem de «direitos especiais» naquela regulamentação de trabalho, e faz um apelo à sindicalização, pois «estar sindicalizado e pagar regularmente a quotização é um dever e um direito de todos os trabalhadores».

FCT — A Federação Nacional dos Sindicatos das Comunidades no boletim VD, que distribuiu em Agosto, protesta pormenorizadamente contra «o desmembramento dos CTT como empresa única» e, em determinada altura, alude a declarações do ministro dos Transportes e Comunicações para acrescentar que «o Governo pretende», designadamente, «separar o Correio das Telecomunicações, criando empresas autónomas (não se sabe ainda bem o número delas, mas quantas mais, mais tachos nas administrações» e, numa enunciação de objectivos em três pontos, conclui que o Governo pretende «entregar as partes rentáveis ao capital privado».

SJ — O Sindicato dos Jornalistas, com sede em Lisboa, assinala no seu boletim — «Jornalismo» — de Agosto, quanto à proposta de revisão do CCT (contrato colectivo de trabalho), que «os patrões estão cada vez mais na mesma», que os «Jornalistas de Língua Portuguesa reúnem-se em Lisboa» e que a Língua Portuguesa já é idioma oficial da OIJ — Organização Internacional dos Jornalistas. Entre outras matérias de interesse, destaque-se uma prosa sobre a «nova lei da rádio» que, segundo o órgão do SJ, está «cheia de buracos».

FENPROF — A Federação Nacional dos Professores distribuiu o seu «Jornal» de Setembro destacando na primeira página o Estatuto da Carreira Docente — um seu projecto — e o debate nas escolas, assunto que trata nas páginas centrais. O «Jornal da Fenprof» dá ainda relevo a um «Comentário ao projecto de estatuto do pessoal docente do ensino não superior e a outros materiais de interesse relevante para todos os professores».

FNSFP — A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública considera «urgente» a revisão salarial intercalar. O assunto é destacado na primeira página



PROPOSTA DE REVISÃO DO C

do seu boletim de Setembro. As carreiras técnicas e outras matérias são também incluídas na primeira página de «O Trabalhador da Função Pública», cuja proposta reivindicativa para 1989 está em discussão até 30 de Setembro.

USL — A União dos Sindicatos de Lisboa, ao recordar que o «18.º aniversário da CGTP integra o objectivo da Paz», assinala que no comício de Lisboa, marcado para a tarde de 1 de Outubro no Pavilhão Carlos Lopes, «o objectivo da paz e do desarmamento estará presente e será objecto de intervenções no referido comício». Numa «nota sobre Lisboa», este ano declarada, como se sabe, «mensageira da Paz», a USL acusa o presidente da Câmara, Krus Abecassis, de principal responsável pelo não cumprimento do «programa de melhoria das condições sociais dos cidadãos para 1987, aprovado pela Assembleia Municipal». Desse programa constavam, segundo a USL, novas escolas que «ficaram no papel». Esses estabelecimentos escolares são, de acordo com a mesma fonte, um jardim de infância na Quinta da Bela Flor, uma escola pré-primária, na Quinta do Morgado, nove creches (Bairro das Furnas, N.º S.ª de Fátima, S. Francisco Xavier, Bairro da Boavista, Santa Maria de Belém, Prazeres, e três na zona de Chelas) e a ampliação do jardim infantil do Casal Pinto — tudo no concelho de Lisboa.

Trabalhadores

Salários na Petrogal

Nem quatro nem quarenta

De «cinismo e hipocrisia» e de «mirabolantes orientações governamentais» fala a Federação da Química ao referir-se ao bloqueio das negociações salariais na Petrogal, onde perante aumentos de 4,5 por cento, os delegados sindicais se propunham no princípio deste mês analisar formas de luta.

Apresentada em Julho a proposta dos 4 e meio mereceu da Federação da Química (FSTIQF) um comentário de «manifesta má-fé e ausência de sentido de responsabilidade» por parte do conselho de gerência e do Governo naquela empresa

pública.

Contra os 4 e meio da gerência a FSTIQF propunha em 1 deste mês «três por cento de compensação sobre as tabelas actuais» e 11,8 por cento para vigorem entre Outubro próximo e Setembro do ano que vem.

Sem quererem nem oito nem oitenta, os trabalhadores da Petrogal e os seus representantes sindicais baseiam aquelas reivindicações em dados estatísticos comprovados, quanto ao crescimento da inflação entre Outubro de 1987 e Setembro do ano corrente. Por outro lado, pretendem que se tenha em

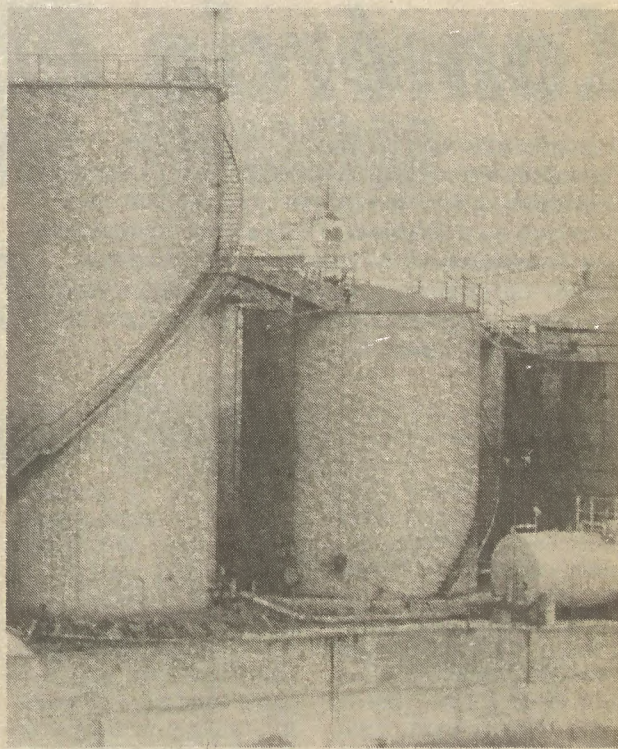
conta, muito justamente, o «poder de compra perdido na actual vigência da tabela».

Essas reivindicações têm deparado, acrescenta a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Química e Farmacêutica, com a «intransigência» dos gestores da Petrogal, que se escudam em posições aparentemente ultrapassadas pelo próprio Governo.

Afirma a Federação (FSTIQF), que faz parte da CNS (comissão negociadora sindical) da mesma empresa, que «o próprio ministro das Finanças, na sua ânsia de

apontar os «bodes expiatórios», acusou recentemente os patrões de estarem a arrecadar chorudos lucros e de serem eles os principais culpados — são palavras da CNS — do tropeção inflacionista».

As propaladas intenções do Governo, que aparentemente os gestores da Petrogal aceitam como boas, são rejeitadas pelos sindicatos da Petrogal, que convocaram dois plenários de delegados sindicais (este mês: 22 em Lisboa e 26 no Porto) para «debater e perspectivar formas de luta na empresa», conclui a CNS da FSTIQF.



Salários da Função Pública

A intercalar exigida é de 2,5%

Num decidido apelo a todos os trabalhadores e sindicatos do sector, o Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) revelou segunda-feira passada que a revisão intercalar de salários deve ser de 2,5 por cento — «ainda em 1988» — sublinha aquele órgão máximo entre Congressos da FNSFP.

A decisão dos 2,5 por cento foi aprovada pelo CN da Federação no último fim-de-semana em Lisboa e dirige-se ao Governo, «tendo em conta o fracasso governamental na marcação da inflação para 1988».

O Conselho da FNSFP, depois de recordar que, para um aumento salarial este ano de 6,5 por cento, o Governo apresentará uma inflação «superior a 9 por cento», acusa os responsáveis governamentais de não cumprirem os seus compromissos.

Já para este ano, com vista à regulamentação de

1989, a direcção da FNSFP reclama do Governo «um comportamento negocial diferente do adoptado em anos anteriores».

O departamento de informação daquela organização sindical representativa da maioria dos trabalhadores da FP sublinha especialmente a exigência desse «comportamento diferente» e aproveita para constatar publicamente, segundo a resolução aprovada pelo CN, «a convergência de opiniões por parte de trabalhadores com filiação sindical diversa ou sem filiação».

Essa convergência assinalada ao mais alto nível pela FNSFP incide em «questões essenciais, como a revisão salarial intercalar».

Essa mesma atitude incide, ainda segundo o Conselho da Federação da FP na reformulação de sistemas em vigor, como sejam, o das remunerações e o das carreiras.

Para os dirigentes federativos dos TFP está especialmente em causa a «salvaguarda do poder de compra» e a «necessidade de uma lei de bases para a Função Pública».

Um não decidido aos «sectarismos e egoísmos sectoriais»

Ao mesmo tempo que acusa o Governo de não ter mantido os seus compromissos, no que respeita aos índices de inflação, e que o responsabiliza muito justamente pela «precaridade de emprego, a estagnação nas carreiras e o crescimento acelerado das distorções e injustiças salariais», o Con-

selho Nacional da FNSFP manifesta-se totalmente contrário a «sectarismos ou egoísmos sectoriais», pois considera que o que «está em causa é demasiado importante». Por isso, ao insistir numa revisão salarial intercalar de 2,5 por cento, ainda em 1988, o CN da FNSFP decidiu «apelar à unidade de todos os trabalhadores e sindicatos do sector», como sublinha a concluir o departamento de informação da FNSFP junto dos órgãos da comunicação social.

«Linha branca» em perigo

Redução do emprego na Fábrica Portugal

As organizações representativas dos trabalhadores da Fábrica Portugal acusam o Governo de querer entregar a firmas de capital estrangeiro as «empresas de linha branca», incluindo a FP, e acabando com «cerca de 400 postos de trabalho».

As ORTs da Fábrica Portugal, e designadamente o Plenário de Trabalhadores, que efectuou uma reunião no

passado dia 19 no Sabugo, aludem a uma assembleia de credores que se teria efectuado em 21 deste mês e onde os proponentes seriam as empresas H. J. Monteiro, Marloni (uma firma italiana) e a Fundição de Oeiras.

Entre os proponentes as ORTs incluem também o IPE, Investimentos e Participações do Estado, que «dá as mãos à Marloni», sublinham as mesmas organizações.

Os trabalhadores, através dos seus representantes, acentuam que a carteira de

encomendas de que dispõe actualmente a Fábrica Portugal assegura um aumento dos postos de trabalho e não a sua redução.

No entanto, a EDP cortou a energia por dívida, agravando a situação da empresa.

O Plenário de Trabalhadores da FP reclama medidas e responsabiliza o Governo, os ministérios competentes (Indústria e Emprego), bem como o IPE, pela situação a que a empresa chegou; e encaram formas de luta, se a situação não se alterar.

Agricultura

Ano de fome ameaça no Porto

«Milhares de agricultores do distrito correm o risco de enfrentar um ano de fome», foi afirmado no Porto durante uma conferência de imprensa pela APA — Associação dos Agricultores daquele distrito nortenho. A calamidade previsível dar-se-á, afirmaram, «caso não sejam tomadas medidas urgentes pelo Governo».

A situação deve-se ao mau tempo que provocou «grande destruição nas culturas agrícolas, em particular na zona

do Vale do Sousa, Baixo Tâmega e Ribadouro», designadamente na «vinha, batatas, cereais e feijão», bem como no «azeite e legumes em zonas onde são maiores essas produções».

«O ministro da agricultura veio dizer que os prejuízos no Norte não eram grande coisa», disse, a propósito, Horácio Rangel, da APA que acrescentou: «daí efectuarmos reuniões em que participaram 5500 agricultores». A partir daí a direcção da APA (Associação dos Agricultores do

Porto) fez um levantamento exaustivo que resultou na recolha de cerca de 8 mil declarações de prejuízos individuais, na sua maioria autenticadas pelas juntas de freguesia. Foi depois sublinhado «que desapareceu cerca de 80% da produção de vinho verde» e «mais de dois terços das produções de cereais, batata, cebola e azeite foram destruídas». Assim, como foi dito «é de elementar justiça tomar medidas de apoio à agricultura do distrito, ou seja, a atribuição de indemnizações compensadoras a cada agricultor, de acordo com os prejuízos declarados».

A APA solicitou já entrevistas à Direcção Regional de Entre Douro e Minho e ao ministro da Agricultura, para dar conhecimento do levantamento já efectuado e «reclamar o direito dos agricultores do distrito a uma justa indemnização» e continuará «as reuniões de agricultores e outras acções para que a voz da agricultura do distrito seja ouvida».

Horários paralisam F. Ramada de Ovar

Depois de uma greve iniciada no passado dia 9, na secção dos armazéns de aço, os trabalhadores da F. Ramada, de Ovar, paralisaram na passada segunda-feira durante vinte e quatro horas. A paralisação daquela grande empresa do Norte deveu-se ao facto de a administração não ter atendido o protesto dos operários e restante pessoal

contra a alteração dos horários de trabalho. Para essa decisão, os administradores não ouviram previamente os representantes sindicais eleitos. Em 19 do corrente, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, «junto às instalações da empresa, esteve um destacamento da polícia de intervenção, sob o falso pretexto de que haveria traba-

lhadores impedidos de entrar na secção» paralisada — a dos armazéns de aço. Ainda de acordo com o mesmo Sindicato, traiu-se de «uma clara manobra de intimidação», pronta e claramente «repudiada por todos os trabalhadores, incluindo os contratados a prazo». Anteontem, terça-feira, os trabalhadores da F. Ramada tinham marcadas

reuniões sectoriais para decidirem sobre novas formas de luta, se os patrões persistissem na sua decisão de alterar os horários de trabalho, passando trabalhadores do turno da noite para o da manhã e vice-versa. O Sindicato mais representativo na empresa, o dos Metalúrgicos de Aveiro, afirmava, já no passado dia 21, que a «responsabilidade

por este conflito recai inteiramente sobre a administração da empresa, que se recusa ao diálogo com as organizações representativas dos trabalhadores».

É de destacar o apoio solidário manifestado ao pessoal da secção do aço pelos restantes trabalhadores da F. Ramada, de Ovar.

Trabalhadores

Setúbal

Desemprego acentua-se

Mais de oito mil trabalhadores estão ameaçados, a curto prazo, pelo desemprego no distrito de Setúbal. A afirmação é da União distrital dos Sindicatos (USS), que decidiu em reunião recente efectuar em 14 de Outubro próximo um Encontro Distrital sobre Emprego Precário. Entre outras iniciativas, que têm a ver principalmente com as anunciadas «reestruturações» de empresas públicas, em especial a **Setenave, Quimigal, Siderurgia e Rodoviária**, o secretariado do Conselho Distrital da USS anuncia várias diligências importantes num comunicado em quatro pontos que passamos a transcrever:

«1. O Conselho Distrital da União dos Sindicatos de Setúbal reuniu ontem, fazendo a análise da situação político-sindical, discutindo e definindo as principais linhas de ac-

ção sindical e as tarefas a desenvolver no âmbito do distrito.

«2. Tendo analisado exaustivamente o quadro de evolução da política económica e

social do Governo e os seus efeitos, em particular na região de Setúbal, o Conselho constatou o avolumar constante do desemprego, com milhares de trabalhadores despedidos ou na iminência do despedimento, sob a capa dos processos de rescisão por «mútuo acordo».

Destacam-se, em especial, com esta situação, os casos da Setenave, Quimigal, SN e Rodoviária Nacional, bem como na Administração Pública onde se preparam já listas de excedentários e reformas prematuras.

«3. Segundo os projectos do Governo, só na Setenave, Quimigal, Siderurgia Nacional e Rodoviária Nacional seriam atirados para o desemprego mais de 8000 trabalhadores a curto prazo; enquanto se aceleram os processos de «reestruturação», que apontam invariavelmente para o desmembramento e desarticulação das empresas públicas, preparando a sua alienação a favor dos interesses privados.

«4. De outras conclusões e decisões da reunião mereceram destaque:

— a realização a 14 de Outubro de um Encontro Distrital sobre o Emprego Precário;

— a realização de um colóquio sobre a revisão da Constituição e os direitos dos trabalhadores, com convite aos partidos políticos com assento na AR;

— a solicitação de reuniões com as forças políticas para abordar entre outras questões, o processo de revisão da Constituição e a situação social dos trabalhadores do distrito;

— o empenhamento na criação de uma comissão cívica de democratas para a defesa da Constituição, que integre o maior número possível de deputados e ex-deputados à Assembleia Constituinte.»

Intervém a Federação dos Metalúrgicos

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal (FSMMMP) anunciava, entretanto para hoje, 29, uma conferência de Imprensa na sede da CGTP em Lisboa, a fim de anunciar medidas contra a ameaça crescente ao emprego no mesmo distrito de Setúbal, com principal incidência na **Setenave e na Siderurgia Nacional**.

No encontro com os jornalistas participarão também as ORT's (organizações representativas dos trabalhadores) dessas empresas, onde o emprego está directamente ameaçado pelas «reestruturações» governamentais.



Rosa Mota

O Conselho Nacional da CGTP, ao saudar justificadamente uma vitória nacional, emitiu em 23 do corrente uma nota à imprensa, que a seguir se transcreve:

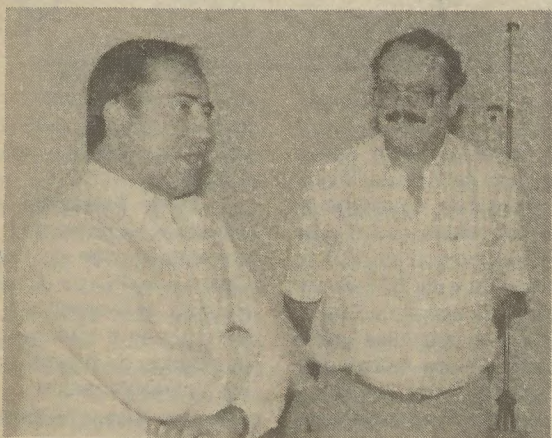
«Congratulando-se com a vitória categórica de Rosa Mota na Maratona Olímpica de Seul, a CGTP-IN enviou um telegrama de felicitações à atleta, que passamos a transcrever na íntegra:

«Cara amiga

«A CGTP-IN endereça-lhe os parabéns sinceros pela categórica vitória alcançada e manifesta-lhe a nossa grande admiração e a nossa merecida homenagem a uma atleta de eleição que mais uma vez soube prestigiar Portugal e encher de orgulho o coração dos portugueses.

«Com os votos sinceros de continuação dos maiores êxitos aceite, Rosa, o protesto da nossa mais elevada consideração e estima».

O texto é assinado pelo Conselho Nacional da CGTP-IN e foi distribuído pelo departamento de informação da Central.



Vasco Lourenço e Joaquim Labaredas

Cooperação

De acordo com um protocolo recentemente assinado por Vasco Lourenço, na sua qualidade de presidente da Associação 25 de Abril, e Joaquim Labaredas, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa (CESL), as duas organizações passam a cooperar «no âmbito das actividades recreativo-culturais». Segundo o departamento de informação do CESL, que nos fez chegar um serviço de Imprensa do passado dia 22, aquelas entidades reconhecem «a importância do intercâmbio cultural» e, de acordo com os respectivos estatutos, CESL e A25Abril «acordam no estabelecimento de formas de apoio recíproco». O protocolo agora assinado permite à Associação 25 de Abril a utilização do «espaço CESL» nas suas iniciativas culturais.

USP/CGTP

Comício-festa no Porto

Analisar a situação social e laboral, a política de rendimentos, o crescimento do emprego precário e o processo de revisão da Constituição fo-

ram temas abordados pelo Conselho Distrital da União de Sindicatos do Porto que deliberou ainda na reunião assinalar o 18.º Aniversário da

CGTP-IN, que se comemora no próximo dia 1 de Outubro, com diversas iniciativas no distrito do Porto.

O ponto alto dessas cele-

brações é um comício-festa que decorrerá, no dia 30 de Setembro, às 21 e 30 horas, no Cinema Júlio Dinis, da cidade do Porto.

Iniciativas em Évora

Com cerca de quatro mil desempregados a mais do que em 1986, a União dos Sindicatos de Évora «exorta todo o movimento sindical, os trabalhadores e a população em geral» a participarem depois de amanhã, sábado, dia 1, no **III Encontro Extraordinário da Reforma Agrária**, a efectuar em Montemor-o-Novo.

O Conselho Distrital da USDE, que se reuniu no passado dia 22, verificou que no distrito de Évora o desemprego evoluiu como segue nos últimos três anos, a partir de 1986:

1986 — 10 976 desempregados — 12%;
5097 subsidiados — 47%
1987 — 12 654 desempregados — 14%;
5548 subsidiados — 44%
1988 — 14 237 desempregados — 16%;
3872 subsidiados — 27%.

Depois de chamar a atenção das populações do distrito para «as medidas aprovadas pelo Governo e pelo PSD», para esse «grave sintoma das condições de vida» que é o desemprego, o Conselho Distrital da USDE/CGTP-IN manifesta a sua natural preocupação pelo que se passa, e acentua a recente aprovação da **lei do latifúndio** e outras perigosas medidas do Governo, como a autorização legislativa para o pacote laboral, pelo que aprovou uma série de iniciativas sindicais para os próximos seis meses, pretendendo com elas empenhar todo o movimento sindical do distrito «na mobilização e esclarecimento dos trabalhadores», a fim de se conse-

guir enfrentar «a ofensiva desencadeada pelo Governo de Cavaco Silva.

Segue-se o programa das iniciativas, tal como foi aprovado pelo Conselho Distrital da União dos Sindicatos de Évora:

1 de Outubro: comemorações do 18.º aniversário da CGTP; comício em Montemor-o-Novo de solidariedade com a Reforma Agrária, antecedido de um plenário de trabalhadores na EDP, a efectuar amanhã; **8 de Outubro: Encontro Distrital de Quadros do Sector Empresarial do Estado; 15 de Outubro:** Seminário sobre a revisão da Constituição e os direitos dos trabalhadores; **12 de Novembro:** Reunião de quadros sindicais jovens; **19 de Novembro:** Encontro distrital sobre organização sindical; **10 de Dezembro:** Encontro distrital de mulheres dirigentes e delegadas sindicais.

Para o começo do ano que vem, a USDE «apontou as seguintes iniciativas»:

Encontro distrital de jovens; encontro distrital de quadros sobre Saúde e Segurança Social; encontro distrital sobre ocupação de tempos livres.

O Conselho Distrital da USDE/CGTP-IN, que destaca na sua análise político-sindical «a perda do poder de compra dos salários por via do aumento dos preços», baseia o quadro estatístico dos desempregados no distrito em dados oficiais publicados pelo IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional) e pelo INE — Instituto Nacional de Estatística nos últimos três anos.

CIDS

Direitos sindicais

O Centro Internacional para os Direitos Sindicais (CIDS) divulgou anteontem em Lisboa os objectivos do Colóquio Internacional sobre os Direitos do Homem e os Direitos Sindicais.

A iniciativa, cujo principal responsável é Rui Encarna-

ção, dirigente nacional da CGTP e correspondente em Portugal do CIDS, efectua-se em Lisboa em 8 e 9 do corrente. Segundo um convite dirigido à Comunicação Social, participam naquela iniciativa «várias organizações internacionais e outras de países do continente euro-

peu». Além de diversas individualidades portuguesas e estrangeiras, estarão presentes no Colóquio outras organizações dos continentes africano e americano, refere ainda o convite para a conferência de Imprensa, efectuada em Lisboa no passado dia 27.

Jornalistas em Português

Uma visita à UCP Torre dos Coelhoos no distrito de Évora, a convite do secretariado das UCPs/Cooperativas, é uma das numerosas iniciativas que fazem parte do I Encontro dos Jornalistas de Língua Portuguesa, que se inicia amanhã, 30, e se prolonga até ao próximo dia 2.

Segundo a comissão organizadora, de que fazem parte

os jornalistas Augusto de Carvalho, Carlos Pinto dos Santos e Ribeiro Cardoso, este último vice-presidente da direcção do Sindicato português (SJ), participam na iniciativa vinte jornalistas dos países africanos de língua oficial portuguesa e vinte e cinco do Brasil.

Patrocinado por várias entidades oficiais e privadas, o I Encontro de Jornalistas de

Língua Portuguesa efectuará os seus trabalhos no Forum Picoas em Lisboa.

A matéria do Encontro reside sobretudo em comunicações, cuja entrega terminou no passado dia 26.

A comissão organizadora, de que é coordenador Augusto de Carvalho, conta com o apoio do Sindicato dos Jornalistas, com sede em Lisboa, e dispõe de um orçamento de dez mil contos.

Internacional

Nagorni-Karabakh**A aposta no trabalho ideológico e na resolução dos problemas**

Dia 21 foi declarado o estado de emergência na região de Nagorni-Karabakh. Nos confrontos entretanto registados, algumas dezenas de pessoas ficaram feridas e houve mesmo um morto. Desenvolve-se entretanto o movimento grevista. Também em Erevan, capital da Arménia, um movimento de greve geral reivindica a anexação de Nagorni-Karabakh à Arménia. Prossegue a emigração dos azerbaijenses da Arménia para a República do Azerbaijão. Claro que os factos assim expostos a seco não nos dão o quadro da realidade.

Traduzem muito a gravidade da situação. Mas nada indicam das suas raízes e das razões porque tais acções se mantêm vivazes, apesar dos múltiplos esforços desenvolvidos para lhes dar resposta.

E naturalmente nada dizem da angústia, da perplexidade até, reflectida na imprensa soviética, de povos e populações, incluindo os arménios e os azerbaijenses, de facto habituados a uma convivência multinacional — em cada colectivo de trabalho, e no seio das famílias — para além de erros e problemas que a diminuíam.

Das causas

Falando das causas do que se está a passar em Nagorni-Karabakh, numa reunião do Presidium do Soviete Supremo da URSS realizada em Julho passado, e especialmente dedicada a este candente problema, Gorbachov salientou: «Analisando as causas do que se está a passar, temos de constatar que o Azerbaijão e a Arménia enfrentam inúmeros problemas agravados que preocupam há muito os trabalhadores das duas repúblicas. Entre eles incluem-se graves deficiências no desenvolvimento económico e social, o grande problema ecológico, grosseiros erros na política de quadros, o menosprezo pelo trabalho ideológico, a degradação da formação internacionalista, consideráveis violações dos princípios da moral socialista. Não faltam manifestações disso. Nas duas repúblicas prosperam o proteccionismo, a corrupção, a economia clandestina. A perestroika põe tudo isto a descoberto, tornando-se evidentemente inaceitável a certas pessoas destas repúblicas, onde se formaram clãs empenhados em comandar todas as principais esferas da vida. Mas a perestroika exige outra coisa: coloca no cenário político os trabalhadores como força principal e decisiva.» E Gorbachov sublinha ainda que «a situação de Nagorni-Karabakh foi aproveitada pelos dois lados para incitar os sentimentos nacionais de modo a fazer redundá-los no nacionalismo, a fim de disfarçar os problemas verdadeiramente difíceis e gritantes».

Deste aproveitamento de problemas reais para atizar acções de nacionalismo que põem em causa objectivamente os interesses dos ou-

tros povos e a sua necessária unidade — há indícios claros.

Logo após a importante reunião do Presidium do Soviete Supremo, do passado mês de Julho, a agência soviética Tass divulga uma informação em que nomeadamente se fala da divulgação

de folhetos, pelo comité «Karabakh», de que o conteúdo recua até aos anos 20, época dos nacionalistas burgueses.

«O conselho económico do comité «Karabakh» procura minuciosamente os pontos mais vulneráveis da economia arménia», denuncia ainda a Tass, sublinhando que isso é feito no momento em que se trabalha intensamente de modo a que os soviéticos sintam, o mais rapidamente possível, os efeitos positivos e reais da perestroika.

Reportando-se aos prejuízos causados à economia da República em virtude das greves sucessivas, a Tass adianta que, além dos 70 milhões de rublos de danos di-

rectos, em Erevan, não foram construídos cerca de 400 apartamentos, escolas para 300 alunos, jardins de infância para 200 crianças e clínicas para 150 doentes.

De Julho a Setembro

As resoluções do Azerbaijão e da Arménia «excluem-se reciprocamente, sem proporcionar bases para uma solução coordenada, levando-nos, em termos gerais, a um beco sem saída. Apesar de toda a complexidade e dessas posições contrárias, temos que encontrar uma solução que não prejudique o povo azerbaijense nem o arménio, nem os interesses de todo o nosso povo soviético» — são ainda pala-



bras do discurso de Gorbachov.

É neste contexto que o Presidium do Soviete Supremo «considera impossível alterar as fronteiras e a divisão territorial-nacional da RSS do Azerbaijão e da RSS da Arménia», ao abrigo da Constituição que determina que o território de uma república federada não pode ser alterado sem o seu consentimento.

Esta decisão é acompanhada de novos esforços no sentido de resolver problemas socioeconómicos e culturais.

Uma comissão especial, criada pelo Soviete das nacionalidades, foi encarregada pelo Presidium de estudar os problemas e as sugestões entretanto avançadas para lhes dar resposta. É nomeado um representante especial do Soviete Supremo, encarregado de organizar e coordenar o trabalho das organizações do partido, dos soviets e dos organismos económicos do Azerbaijão, Arménia e Nagorni-Karabakh, com vista ao cumprimento das medidas decididas pelo Soviete Supremo.

A resolução do Presidium, aprovada por unanimidade, condenou ainda especialmente os que atizam hostili-

dades entre nações e utilizam «os direitos democráticos com objectivos antedemocráticos».

A 13 de Setembro, realizou-se em Erevan uma importante reunião do Comité Central do PC da Arménia. Reunião de balanço em que naturalmente são também apreciados os passos positivos entretanto dados.

Nestes dias, arquitectos e especialistas na restauração de monumentos estão a braços com a reconstrução de velhas igrejas e monumentos. Carregamentos de livros em língua arménia são dirigidos para Stepanakert, a cidade principal da região. Cerca de duas centenas de jovens de Nagorni-Karabakh entraram nos Institutos Superiores de Erevan, capital da Arménia. As rádios e televisão da Arménia já são captadas em toda a região autónoma.

Na reunião dos comunistas da Arménia, particular atenção foi dedicada ao trabalho ideológico. O actual primeiro-secretário do PC da Arménia, Aroutiounian lançou um apelo para que especial atenção seja dedicada ao trabalho ideológico e à educação «patriótica e internacionalista».



Uma manifestação na Arménia Soviética

O FMI e a fome

«Devemos deixar morrer à fome as nossas crianças para pagarmos as dívidas?», a pergunta tem já alguns anos, e foi então formulada pelo presidente tanzaniano Julius Nyerere, agora citado pelo director executivo do Fundo de Apoio às Crianças das Nações Unidas (UNICEF), James Grant. E a resposta é: Sim.

Resposta terrível, que em números significa que nos últimos 10 anos morreu mais de um milhão de crianças só em África. Isto porque, ainda nas palavras de Grant, quando um país destina um terço ou metade das suas divisas estrangeiras para amortizar a dívida externa, isso significa que os medicamentos não podem ser importados, que não pode ser paga a previdência aos trabalhadores, que o sistema de abasteci-

mento de água e saneamento carece de reparações, que as escolas não chegam a ser construídas.

Perspectivas? Não as poderemos procurar nas reuniões do FMI e do Banco Mundial. É verdade que o Banco Mundial irá conceder um volume de empréstimos recorde aos países subdesenvolvidos em 1988/89. Mas que significado concreto tem esta medida? No exercício passado, que findou em Junho, foram os países devedores a reembolsar ao Banco Mundial um montante superior àquele que puderam beneficiar por parte daquela organização.

Quem financia quem? E ao preço de quantas vidas?

Esta a questão levantada nestes dias pelas dezenas de milhar de manifestantes que em Berlim-Oeste desce-

ram às ruas para protestar contra a política do FMI em relação aos países subdesenvolvidos. Fidel Castro enviou uma mensagem a reu-

niões de protesto organizadas na cidade, sublinhando que a única solução é instaurar uma nova ordem económica mundial.

PCP, notícias**Saudação do CC do PCP ao Partido da Esquerda — os Comunistas da Suécia**

Comunistas Portugueses saúdam e regozijam-se vossos resultados eleitorais. Fazem votos novos êxitos.

PCP na Festa do «Unità»

O PCP esteve representado na Festa do «Unità» por Jerónimo de Sousa, membro suplente do Comité Central do PCP. A Festa do «Unità» realizou-se na cidade de Florença.



Internacional

Gorbatchov em Krasnoiarsk

Balanço da Perestroika

«Camaradas, a perestroika é um processo profundo e radical, extensivo a todos os aspectos da vida nacional, implica um trabalho deveras sério com vista à transformação de toda a sociedade soviética. Se é assim, não há lugar para ilusões. Tínhamos disso plena consciência logo na fase inicial da perestroika. Agora apercebemo-nos perfeitamente de que os próximos anos serão os mais difíceis.» São palavras de Gorbatchov em Krasnoiarsk, na Sibéria Ocidental, o ponto escolhido para o início da nova temporada política.

Sibéria, território imenso a unir Europa e Ásia, e que hoje assegura dois terços da extracção de petróleo e gás natural da URSS, mais de 40 por cento da de carvão, 20 por cento da produção nacional de energia eléctrica, 37 por cento da de madeira comercial.

Na Sibéria se falou das preocupações e expectativas que são comuns a todo o país. «As pessoas compreendem que a resolução dos grandes problemas exigirá algum tempo, novos recursos e esforços — sublinhou Gorbatchov — no entanto, durante os encontros comigo as pessoas dividiram as questões globais, cuja resolução exige tempo, e as questões que devem e podem ser resolvidas já na etapa inicial da reestruturação».

Neste profundo e portanto difícil processo que é a perestroika, há já resultados positivos a averbar no plano económico.

Os resultados obtidos no primeiro semestre deste ano indicam ser estes particularmente bons nas empresas que trabalham de acordo

com o novo regime de auto-gestão e autofinanciamento. Um dado importante que se insere num quadro globalmente positivo. A produção industrial cresceu na ordem dos 4,7 por cento e a produtividade do trabalho, 5,5 por cento. Simultaneamente é reforçada a orientação social do desenvolvimento económico. Facto que se traduz em números como o aumento da produção de artigos de amplo consumo ter ultrapassado em 50 por cento o acréscimo de fabrico de meios de produção e o plano de construção habitacional ter sido ultrapassado.

Como ponto negativo: o atraso em relação aos objectivos do desenvolvimento da indústria de construção de máquinas e da renovação da sua base técnico-material, mesmo em ramos prioritários como as indústrias electro-técnica e de construção de máquinas-ferramentas.

Os exemplos da perestroika

«A fábrica de Bútovo da região de Moscovo de mate-



Sibéria, terra de imensas potencialidades, que a perestroika ajuda a concretizar

riais para a construção civil, dava prejuízo de ano para ano. Em princípios deste ano a empresa estava sob a ameaça de ser fechada. Então, o colectivo de trabalhadores resolveu alugá-la por contrato de arrendamento para o prazo de 8 anos. Passados alguns meses sublinho, camaradas, vários meses, os resultados positivos já estão à vista. A produção cresceu 30 por cento exclusivamente mercê do aumento da produtividade do trabalho. Em vez de continuar a acumular dívidas, a empresa obteve lucros no montante de 500 mil rublos, aumentando em 50 rublos o salário mensal médio.»

Um exemplo, que hoje se repete em mais de 270 empresas industriais, de construção civil, de transportes e outros ramos económicos da zona.

E a que Gorbatchov

acrescentou outros.

«Eis outra ilustração da ligação directa entre as mudanças radicais na esfera de produção e o padrão de vida das pessoas. Há três anos que a fábrica de construção de máquinas Frunze, da cidade Súmy, pioneira da iniciativa, aplica o novo regime de gestão. Durante este prazo a produtividade do trabalho cresceu 35%, os lucros aumentaram 60%, o salário médio subiu merecidamente mais de 20% e é agora o mais alto existente no ramo. Os meios ganhos pela empresa apenas no ano passado permitiram construir mais de 30 000 metros quadrados de área habitacional, uma policlínica e uma escola e resolver muitos outros problemas sociais. Mas o colectivo propõe-se aperfeiçoar ainda mais a organização do trabalho e fazer contrato de arrendamento.»

Gorbatchov avança com estes exemplos, para uma vez mais realfirmar o conteúdo social da perestroika.

«Todos devemos compreender com clareza que a mudança das condições de vida das pessoas depende directamente do trabalho prático no contexto da perestroika. As riquezas são resultado do trabalho, a nossa perestroika apenas revela a essência e comprova a justeza deste postulado. A perestroika é indispensável para a concretização dos nossos planos na esfera da política social, que pressupõem mudanças estruturais radicais na economia e a passagem do desenvolvimento extensivo ao desenvolvimento intensivo.»

Este o sentido das transformações. Impensável fora da realidade do socialismo.

Um caminho difícil, em que também se vai aprendendo enquanto se caminha, como é de boa norma, mas em que simultaneamente os objectivos se afirmam de forma bem clara.

«Qualquer extremismo é errado do ponto de vista científico e irresponsável no plano político. Não permitiremos (...) que ninguém nos desvie do caminho escolhido. Fizemos uma opção e devemos segui-la a passo firme, sem ziguezagues nem dúvidas ou vacilações. Sabemos o preço que o povo paga pelos erros políticos e a elevadíssima responsabilidade que sobre nós recai.»

Pequenos extractos de uma importante intervenção, de que optámos por extrair passos muito concretos. Que bem reflectem a amplitude, os problemas, as perspectivas imensas da perestroika.

Kabul, alvo do terrorismo

— Dezenas de pessoas têm morrido, vítimas dos atentados dos bandos terroristas contra a capital afegã. Desde a assinatura dos acordos de Genebra, que entraram em vigor em 15 de Maio, a capital afegã e os arredores foram alvo de quase duas dezenas de atentados. Um comunicado soviético-afegão divulgado dia 22 em Moscovo expressa a preocupação das duas partes pela «actividade ilegal do Paquistão» que viola sistematicamente, desde o primeiro dia, os acordos de Genebra e afirma que a União Soviética e o Afeganistão, nestas circunstâncias, «se reservam o direito de tomar medidas, acordadas em conjunto, conforme a situação criada».

No comunicado a URSS e o Afeganistão sublinham ainda a importância da assinatura dos acordos de Genebra e assinalam que o processo diplomático está a produzir efeitos sensíveis no Golfo Pérsico, na África Austral, na Nicarágua e no Kampuchea.

Entretanto, em entrevista ao jornal «Izvestia», o primeiro-ministro do Afeganistão, Mohammad Nassan Shark, salientou que «a guerra não está a ser travada para os afegãos, mas para forças externas interessadas em prolongar a confrontação militar».

EUA, o primeiro debate televisivo antes das eleições de 8 de Novembro

— De acordo com as notícias divulgadas, mais de cem milhões de norte-americanos seguiram pela televisão o debate realizado na Universidade de Wake Forest, no estado da Carolina do Norte, entre os dois candidatos à presidência dos Estados Unidos. Segundo com as sondagens de opinião realizadas a seguir ao debate, a «vitória» pertenceria ao candidato democrático, Michael Dukakis, relativamente a Georges Bush, candidato republicano e actual vice-presidente. De assinalar aqui que Dukakis se pronunciou contra o projecto de «guerra das estrelas».

Turgut Ozal não se demite

— Os resultados do referendo agora realizado na Turquia deram 64,66 por cento ao «não» enquanto o «sim» se ficou pelos 35,33 por cento. A reacção do poder a estes resultados é quase inacreditável. O comentário do primeiro-ministro Turgut Ozal vai certamente ficar para a História como um exemplo de como se fazem malabarismos, a rasar o ridículo, para tentar dar a uma ditadura aparências de democracia.

Ozal disse — «manter-nos-emos no poder mais quatro anos porque os resultados do referendo são bastante satisfatórios para nós». E ainda: «O povo escolheu o desenvolvimento e a estabilidade económica, mantendo a sua escolha em nós, apesar das dificuldades.

Sem comentários.

Polónia, novo primeiro-ministro

— Mieczyslaw Rakowski, membro do Bureau Político do Partido Operário Unificado Polaco (POUP), foi nomeado como candidato ao cargo de primeiro-ministro, durante os trabalhos do 9.º plenário do CC do POUP, que teve início dia 26, em Varsóvia, sob a presidência do camarada Jaruzelski. O plenário deu indicação aos deputados comunistas para apoiarem o seu candidato na votação no parlamento polaco.

Lembremos aqui que a demissão do governo polaco seguiu-se a severas críticas, da parte dos sindicatos e da direcção do POUP, à sua prática política, nomeadamente no domínio de salários e pregos.

Na 8.ª sessão plenária do CC do POUP, realizada a 28-29 de Agosto, o secretário-geral do CC, Jaruzelski, disse, nomeadamente, que «os protestos operários em regra geral surgem das contradições económicas e sociais. São também sinal de erros cometidos pelo poder, do enfraquecimento dos laços com a classe operária e da insuficiente sensibilidade em relação aos problemas dos trabalhadores (...) Os nossos problemas internos, numa perspectiva a longo prazo, não se podem solucionar, nem pela força das greves, nem pela utilização face a elas de meios de coerção».

Jaruzelski referiu como «a questão básica actual», a

«passagem de todo o Partido à ofensiva». Com três objectivos: extinção das tensões, restabelecimento de um sentimento de segurança e de condições para um trabalho normal; dar novo ímpeto à realização da segunda etapa da reforma; a mais ampla unidade e mobilização para a realização das reformas.

Panamá, as bases norte-americanas

— A desmontagem e transferência das bases do Pentágono da zona do canal do Panamá para qualquer outro país da região exigirão muitos milhares de milhões de dólares de despesas e a utilização de grandes recursos humanos e técnicos — disse em entrevista à «Tass» o ministro dos Negócios Estrangeiros do Panamá, Jorge Eduardo Ritter.

Este facto, ligado à dificuldade dos Estados Unidos em conseguirem encontrar um local equivalente no continente, tendo em conta a situação geográfica impar do Panamá, está na base — nas palavras do ministro do Panamá — de os EUA estarem a lançar actualmente contra o seu país todo o poder do seu aparelho do terrorismo de Estado.

Recorde-se que os acordos assinados em 1977 pelos EUA e o Panamá obrigam os Estados Unidos a evacuarem todas as bases do Pentágono no território panamenho até ao fim do século.

Protestos na Coreia do Sul

— Mais de duas dezenas de organizações democráticas da Coreia do Sul protestaram contra a presença de enormes forças militares junto das fronteiras do país.

Encontram-se actualmente na região dois grupos de navios encabeçados pelos porta-aviões «Nimitz» e «Midway», com vectores de armas nucleares a bordo.

Numa declaração destas organizações democráticas manifesta-se preocupação face aos planos do comando das Forças Armadas do Japão de realizar, em breve, manobras marítimas e áreas americano-japonesas na região.

Internacional

África Austral

Esperança em Brazzaville apesar das divergências

A sexta ronda das conversações quadripartidas entre Angola, Cuba, África do Sul e Estados Unidos, que ontem deveria ter terminado em Brazzaville, capital do Congo, saldou-se já por alguns resultados positivos apesar de subsistirem divergências entre as delegações.

Assim, a África do Sul afirmou aceitar o princípio de que o início do processo eleitoral na Namíbia não depende da retirada completa das tropas cubanas estacionadas em Angola, facto que permite continuar a considerar viável a data prevista de 1 de Novembro para o começo da implementação da resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Estas conversações, iniciadas na segunda-feira com encontros bilaterais, são consideradas por muitos observadores como estando na fase mais complexa e decisiva do processo de paz no sudoeste de África (Angola e Namíbia), dado visarem encontrar soluções práticas para a resolução dos dois problemas de fundo em debate: a segurança e a soberania de Angola e a independência da Namíbia.

Recorda-se que Angola e Cuba propõem um calendário de três anos para a retirada cubana, segundo modalidades que os dois países consideram da sua exclusiva competência, enquanto a África do Sul insiste numa relação directa, definida por etapas, entre a retirada sul-africana da Namíbia e a retirada cubana.

A dificultar as negociações está também a persistência sul-africana em se ingerir nas questões internas angolanas, no que diz respeito aos confrontos com a Unita. É sintomático que Pretória, logo na segunda-feira, tenha pedido «esclarecimentos» à

delegação angolana sobre as recentes operações das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) contra a Unita.

Em causa está a pretensa ofensiva contra o quartel general da Unita, na Jamba, com a ajuda das tropas cubanas. Desmentindo tais afirmações, o ministro angolano da Defesa, Pedro Maria Tonha «Pedalé», declarou em recente conferência de imprensa que a propaganda da África do Sul sobre o envolvimento das tropas cubanas nas operações de limpeza das FAPLA contra a Unita visa perturbar os compromissos que aquele país tem as-

sumido nas negociações quadripartidas.

Os sul-africanos — disse — como aliados directos da Unita, propagandeiam o envolvimento das forças cubanas nas operações das FAPLA contra os bandidos da Unita para comprometer os compromissos que vêm assumindo nas conversações em curso.

Nós, acrescentou ainda o ministro, não temos qualquer intenção de fazer uma ofensiva contra a Jamba, pois ela desaparecerá por si própria porque chegará a altura em que os bandidos da Unita já não poderão sobreviver.

Salienta-se que esta campanha da África do Sul surgiu logo após as derrotas infligidas pelas FAPLA à Unita na zona de Munhango, o que forçou à sua retirada e dispersão para outras áreas.

Esta controvérsia, que certos sectores da imprensa nacional e estrangeira tanto se empenham em fomentar, não deve desviar as atenções do problema de fundo em causa: qual o direito que assiste à África do Sul em se ingerir nas acções que os legítimos representantes de Angola decidem levar a cabo no seu território?

Embora se ignore, por enquanto, o seguimento dado à questão nas negociações de Brazzaville, é de crer que a manobra sul-africana, a exemplo do que sucedeu anteriormente com a pretensa

chegada de novos contingentes cubanos a Angola, se destine não tanto a inviabilizar a concretização de acordos de paz mas antes a arranjar pretextos para os vir a desrespeitar.

Esperança, apesar de tudo

A inevitabilidade das conversações, reconhecida a impossibilidade real de chegar a quaisquer «soluções» pela via armada — quer devido à situação internacional, quer às consequências internas que a guerra provoca na própria África do Sul — faz no entanto esperar que, apesar de complexas, as conversações quadripartidas venham a chegar a bom termo. O que significa, antes do mais, a resolução do problema da Namíbia e a garantia da segurança de Angola. É oportuno reter que o representante sul-africano às negociações de Brazzaville, Van Heerden fez questão de afirmar, a propósito, que «a data de 1 de Novembro ainda está sobre a mesa».

De realçar ainda que o conselheiro das Nações Unidas para a Namíbia, Marti Arthisari, que acompanhou as negociações anteriores, se mostrou optimista quanto a resultados positivos para a ronda em curso. Também o secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, que a sema-

na passada visitou a África do Sul e Angola, onde manteve conversações ao mais alto nível, se manifestou satisfeito com o curso das conversações, considerando que se está «muito próximo da implementação da resolução 435».

Por seu turno, o chefe de Estado congolês, Denis Sassou Nguesso, afirmou à imprensa no final de uma audiência concedida a Marti Arthisari que «agora estamos numa fase muito encorajadora (das negociações) e quase a ver o fim do túnel». Opinião partilhada ainda pelo subsecretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, Chester Crocker, mediano pelos EUA nas conversações que considera «tarefa difícil e complexa» mas susceptível de levar a um entendimento.

Se se acrescentar, por outro lado, que Perez de Cuellar afirmou em Luanda que «a presença das forças cubanas em Angola é um assunto bilateral, entre Luanda e Havana» e anunciou estar para breve o envio de uma missão técnica da ONU à África do Sul e à Namíbia para avaliar as necessidades das forças de manutenção de paz da ONU para a Namíbia, parece legítimo poder concluir-se que as negociações em curso — malgrado as manobras de diversão sul-africanas — não 'ardarão a dar os seus frutos.

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Instalado num forte antigo, coberto de terra, o Reduto Norte do Forte de Caxias fica bem escondido aos olhos de quem passa na estrada. Para os mais atentos apenas se mostram umas janelas que propositadamente não deixam ver as grossas grades instaladas por dentro.

Ao longo dos corredores compridos e cortados a meio por gradões de ferro ficam as pesadas portas das salas onde os presos e presas antifascistas passam 23 horas de cada dia e donde não saem nem para comer.

Através destas portas ecoam os gritos e gemidos dos que estão a ser torturados, dos presos que ficaram com o corpo negro dos espancamentos e dos que são levado em braços para novos interrogatórios.

Mas para os presos na incomunicabilidade as salas teriam conforto a mais; para esses estão-lhes reservadas as furnas, as casamatas e os segredos. As furnas são autênticos buracos onde a luz e o ar se escoam por pequenas frestas. Foi para aqui que a PIDE atirou os patriotas da revolta de Beja e das manifestações do 1.º de Maio, selvaticamente torturados, alguns com ferimentos, outros com tímpanos furados, perturbações nervosas e mentais. Para os castigados por qualquer motivo (até por cantar!), para os que estão ainda na fase de interrogatórios, abrem-se as portas gradeadas ou chapeadas dos segredos, antros imundos, subterrâneos, sem qualquer luz natural, sem ar e com a humidade escorrendo das paredes e fazendo poças no chão. Dentro do segredo tudo se estraga em poucas horas — alimentos, tabaco, fósforos. No entanto, continua aqui a heroica resistência dos antifascistas aos seus carrascos. Gravados na parede há incitamentos à luta e à firmeza; a um canto uma quadra:

Um homem só no segredo
Sabe um segredo profundo
Nunca está só nem tem medo
Quem ama os homens e o mundo.

Em Caxias vive-se um ambiente de arbitrariedades que vão desde as restrições à correspondência e à entrada de livros e revistas até às visitas de meia hora nos célebres parlamentos, com os presos medidos em cubículos e separados da família por um corredor com um metro de largura, por uma rede e uma chapa de plástico. Os castigos sucedem-se com qualquer pretexto, a vigilância intensifica-se. Uma força de 70 homens da GNR armados de metralhadora com baioneta calada, sabre e capacete monta guarda em redor do forte.

É neste ambiente de tensão que vivem muitas centenas de presos e presas políticos encarcerados por amarem o seu país e lutarem pela sua libertação do jugo fascista. Nesta cadeia encontram-se neste momento sem recreio e num regime de vigilância excepcional os destacados militantes do Partido, Octávio Pato, Joaquim Pires Jorge e Júlio Martins, assim como o dirigente da JOC, Manuel Serra. Numerosas mulheres (entre as quais Maria Alda Nogueira e Sofia Ferreira) encontram-se aqui encarceradas em péssimas condições.

Estes homens e mulheres esperam a ajuda de todos nós.

(«O Forte de Caxias» — «Avante!», VI Série, n.º 321, Setembro 1962)

Chile Não a Pinochet!

«Não, até vencer!» é a palavra de ordem dos democratas chilenos que através das mais diversas manifestações se preparam para no próximo dia 5 de Outubro expressar nas urnas o seu Não a Pinochet.

No sábado passado, mais uma importante jornada pelo «não» se realizou nos arredores de Santiago do Chile, mobilizando uma multidão calculada em 200 mil pessoas. Também no sábado, chegou ao Chile Hortensia Bussi, viúva de Salvador Allen-

de, após 15 anos de exílio forçado.

Não tenho sentimentos de ódio ou de vingança, quero apenas contribuir para a reconstrução da democracia — afirmou Hortensia Bussi, agora com 74 anos e que, tal como os restantes exilados

que têm estado a regressar ao Chile, vai poder exercer o seu direito de voto.

Recorde-se que o ditador Pinochet, numa evidente manobra para mascarar o seu regime ditatorial, levantou a interdição de viver no país imposta a centenas de patriotas chilenos, mas sem lhes reconhecer o direito à plena cidadania, pretendendo mantê-los como estrangeiros na sua própria pátria.

As forças democráticas chilenas, denunciando esta operação cosmética de Pinochet, consideram que o regresso dos exilados políticos é uma vitória da luta contra a ditadura, tanto a nível interno como externo, e que a esses patriotas cabe um importante papel na batalha em curso no país.

Uma batalha que passa pela unidade de todos os que se opõem a Pinochet e ao seu regime e que mais do que tudo assusta o velho ditador. Por isso mesmo é que o governo chileno lançou uma nova campanha contra o Partido Comunista do Chile, a quem acusa de «contribuir para o confronto entre os chilenos». Estas acusações surgem na sequência de uma proposta do PCCh de formação de um governo provisório em que estejam representadas todas as forças da oposição, encarregado de criar as condições necessárias para a restauração da democracia plena.

Prossegue entretanto no Chile a «Marcha da Alegria», iniciativa da oposição desencadeada na quinta-feira passada, com partidas em simultâneo das cidades de Arica, no Norte do país, e Puerto Mont, no Sul.

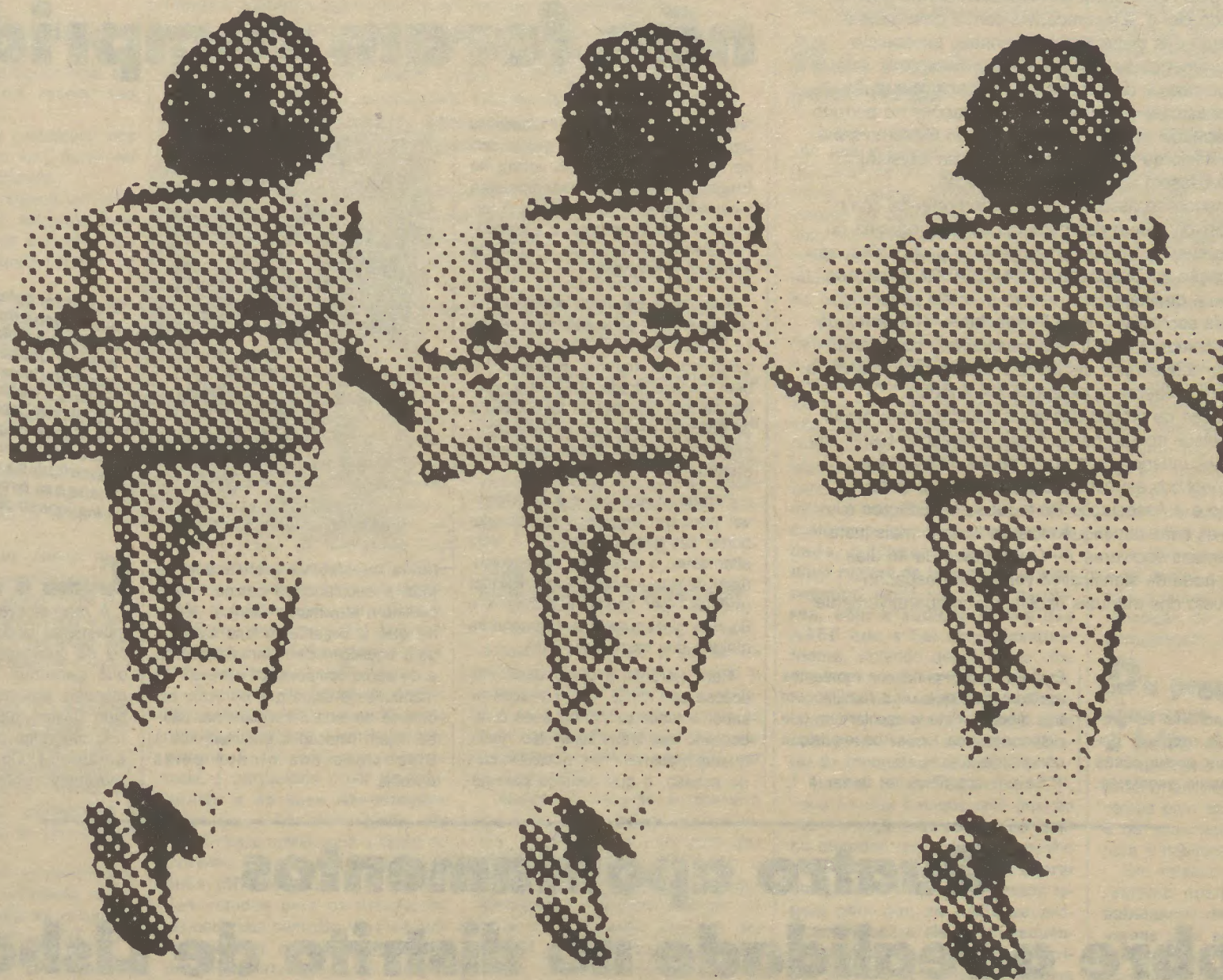
Os organizadores estimam que a iniciativa mobilizará cerca de dois milhões de chilenos que, por turnos, percorrerão mais de três mil quilómetros. A chegada da «Marcha da Alegria» a Santiago do Chile está prevista para sábado, altura em que a oposição encerrará a campanha eleitoral, com um grandioso comício.

De salientar que o início da Marcha, em Arica, foi precedido por um comício em que participaram representantes de diversos partidos, incluindo o presidente do Partido pela Democracia (PPD) e o vice-presidente da Democracia Cristã (DC).

À medida que se aproxima a data do plebiscito, que a oposição está certa de ganhar se realizado com lisura, aumentam as ameaças por parte da ditadura e as tentativas de chantagem sobre o eleitorado. Pinochet, disposto a continuar no poder mesmo que os resultados do referendo lhe sejam negativos, poderá mesmo recorrer ao aumento da repressão. Mas a luta de massas ganhou já no Chile uma tal dimensão que não será possível contê-la. A luta pela democracia será Não a Pinochet, até vencer!



O novo ano escolar



Ministério descobriu o «ovo de Colombo»

...mas os problemas continuam

O novo ano lectivo está a começar. Desta vez, como disse o ministro Roberto Carneiro, sem «o campeonato dos números» quanto às escolas que abrem ou não as suas portas na data

oficialmente prevista. Para este ano, a equipa do Ministério da 5 de Outubro descobriu o «ovo de Colombo». Acena-se com a «autonomia» das unidades escolares, dá-se um prazo entre 19 e 30 de Setembro para o começo das actividades e em torno disto desenvolve-se uma monumental propaganda. Muda o estilo, sem dúvida. E os problemas?

Uma breve ronda por algumas escolas do País, contactos com estruturas sindicais do pessoal docente, conversas com encarregados de educação e alunos depressa nos dão uma ideia da situação que realmente marca mais um ano escolar, que o Ministério diz que abriu bem embora não explique em que condições. De novo surgiram as injustiças nos concursos de professores. E os atrasos também (veja-se o

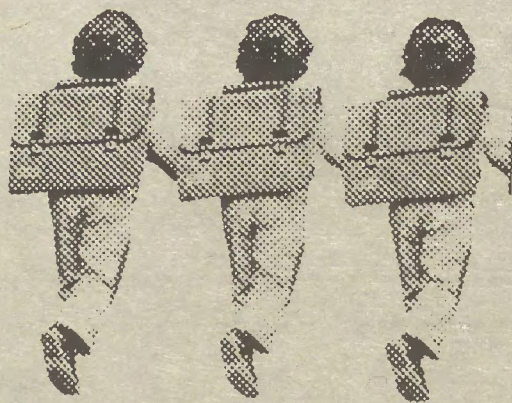
caso do antigo mini-concurso: os professores já estão nas escolas?). Questões fundamentais da valorização profissional dos docentes continuam na lista de espera. De tal modo que no decurso da passada semana, a FENPROF anunciava a possível convocação de uma greve nacional para 28 de Outubro, caso não chegue a acordo com o ME sobre o estatuto da carreira docente e a revalorização material da profissão. Para o efeito, aquela Federação aprovou uma «plataforma reivindicativa imediata» para negociação com o Ministério.

De novo, num ano escolar também marcado pela excessiva demagogia oficial em torno do combate ao insucesso escolar, os problemas com as condições de trabalho nas escolas. Obras por fazer. Salas e equipamentos em degradação. Falta de segurança. Ginásios e instalações desportivas a ficarem de fora, com o desporto escolar (não será aí que começam os campeões que temos visto na TV?) cada vez mais marginalizado e desprezado.

E assistência social na escola? E a colocação de pessoal administrativo e auxiliar?

As lacunas são muitas. As falhas persistem. Muda o discurso, continuam os problemas.

O apontamento com a abordagem geral, e necessariamente incompleta, aqui fica. Pegando em matérias mais concretas, desde já chamamos a atenção dos nossos leitores para os artigos que publicamos nas próximas duas páginas deste EM FOCO: por um lado, um apontamento sobre a realidade dos problemas no distrito de Lisboa e outro sobre os manuais escolares, a partir de levantamentos da União dos Sindicatos/CGTP-IN; por outro lado, as ideias fundamentais de uma conferência de Imprensa realizada pela Juventude Comunista Portuguesa (JCP) sobre alguns temas de flagrante actualidade na vida juvenil, incluindo, naturalmente, problemas do ensino.



Manuais escolares

Também neste caso as promessas não foram cumpridas

Na campanha eleitoral o partido do Governo afirmou demagogicamente que o direito ao ensino, à educação e à cultura iria ser um facto, através do incremento de políticas que garantissem o acesso dos jovens aos diferentes níveis do saber. O programa do Governo aprovado pela Assembleia da República afirma que «a Educação, no sentido pleno, é incompatível com a passividade perante o alargamento das disparidades regionais, pessoais e sociais, com o alastramento da injustiça social ou com o distanciamento entre ricos e pobres, seja no espaço português, seja na ordem internacional». Com aquelas afirmações no período eleitoral e com a «aposta» contida no programa do Governo seria de esperar que, no início do segundo ano lectivo da legislatura, pelo menos se esboçassem as anunciadas políticas. Se o combate ao insucesso escolar poderia interpretar-se como anunciador do desenvolvimento das medidas que o programa do Governo permite antever, outro tanto, nas devidas proporções, se aguardaria da aplicação do Despacho n.º 14/SERE/87, publicado na II série do «DR», 4 de Novembro relativo à «nova política de adopção de manuais escolares». Este Despacho — que pretende (e bem) garantir — comenta a USL — a estabilidade dos manuais escolares, assegurar a qualidade científica e pedagógica, manter o princípio da diversidade/liberdade de escolha e adoptar mecanismos de fixação de preços dos livros escolares em níveis aceitáveis — estabelece no seu ponto 4 que a Direcção-Geral dos Ensinos Básico e Secundário «num prazo de 40 dias após a publicação do Despacho e em contacto com o Ministério do Comércio e Turismo e a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, estudará as suas consequências na fixação mais justa dos preços dos manuais escolares...». Ora o prazo de 40 dias expirou há muito e nada de significativo verteu do despacho relativamente ao custo dos manuais escolares, comparativamente a anos anteriores.

Um exemplo

De facto o despacho e as promessas não vieram resolver nenhum problema aos portugueses que comprem manuais escolares.

Evidenciamos apenas os montantes aproximados que uma família com três filhos em idade escolar tem que dispende, em livros, de aquisição obrigatória.

Se um dos filhos for iniciar o 1.º

ano, 1.ª fase (antiga 1.ª classe) o agregado familiar terá de gastar cerca de 1500\$00, se outro estiver no Ensino Preparatório desembolsará mais 6000\$00 a 7000\$00, se o terceiro já estiver no Ensino Secundário Unificado terá de dispor de 7000\$00 a 8500\$00.

A despesa em livros poderá estar compreendida para este ano, entre 14 500\$00 e 17 000\$00. Se acrescentarmos o material escolar, também ele exageradamente caro, esta família terá que investir 25 000\$00 a 30 000\$00 para que o prosseguimento de estudos possa estar assegurado.

Porque muitas vezes é incompatível para um agregado familiar suportar tais gastos a solução é, sem alternativa, o abandono da escolaridade, já que a Acção Social Escolar (índices «per capita»/escalões A e B) não salvaguarda a esmagadora maioria dos casos existentes.

Para garantir o pleno direito de acesso aos níveis mais elevados do saber a todos os portugueses é necessário que todos sejam tão iguais, quanto possível, nas possibilidades de acesso, o que começa pela ga-



Capa dum boletim de propaganda do ME sobre o sucesso escolar. Jovens a praticar desporto, rostos felizes, computadores ao serviço do ensino... Belas imagens para consumo publicitário. É esta a realidade do panorama educativo em Portugal? Será distribuindo uns pacotinhos de leite nas escolas que o insucesso escolar vai terminar?

rantia da efectiva gratuitidade de toda a escolaridade básica. Neste sentido o Movimento Sindical defende que o orçamento das Escolas para aquisição de material didáctico e de apoio comporte os necessários montantes e exige que os livros escolares de toda a escolaridade básica sejam colocados gratuitamente à disposição dos alunos pelas escolas.

Como é na CEE?

A reivindicação apresentada pelo movimento sindical sobre a exigência da publicação dos meios legais que garantam a gratuitidade dos manuais escolares para todo o Ensino Básico interpreta afinal o próprio programa do Governo (vide 2.º parágrafo). Com esta proposta o movimento sindical procura igualizar

Quatro apontamentos sobre a realidade no distrito de Lisboa

1. Pré-escolar: 56 000 de fora

A rede de estabelecimentos de educação pré-escolar continua a não responder às necessidades do distrito. A taxa de cobertura pouco excede os 30% (cerca de 20% pertencem à rede pública), deixando de fora quase 70% das crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos.

Neste domínio é flagrante a contradição entre as afirmações do Governo e a realidade, tão afastada

afinal do que prevê a Lei de Bases do Sistema Educativo nesta matéria.

2. Primário: os velhos problemas

A maioria das escolas do distrito vão continuar a funcionar em regime de desdobramento, o que implica sobrecarga para os alunos, visto que terão concentradas nos turnos da manhã ou da tarde as matérias que, em regime normal de utilização das instalações escolares, seriam

geridas num horário mais compatível com o nível etário dos alunos e com uma mais correcta gestão pedagógica no processo de ensino-aprendizagem.

Para além da sobrelotação das escolas, que exige a construção de novos estabelecimentos de ensino, outros e graves problemas continuam por resolver. Destacamos, a título de exemplo, o das cantinas escolares, o distrito de Lisboa tem 8,1% das escolas do 1.º ciclo de todo o País, isto é, tem 778 escolas, sendo irrisório o número das que têm cantina escolar em funcionamento.

Também a educação física e desportiva é praticamente inexistente, porque são raras as escolas que dispõem de instalações adequadas.

Aos três problemas enunciados — sobrelotação das escolas, não funcionamento das cantinas escolares e falta de condições para a prática da educação física e desportiva — junta-se a impossibilidade de garantir o preenchimento dos tempos livres das crianças, mesmo nas escolas que funcionam em regime normal, por insuficiência ou ausência de condições apenas possíveis quando os investimentos na educação privilegiam a aquisição do material necessário.

betização. Se assim acontecer terá que concluir-se que mais de 97% dos actuais analfabetos assim continuarão.

Também com base nas estatísticas do ME se conclui que é no distrito de Lisboa que mais são procurados os cursos de alfabetização (cerca de 14% do total nacional, cerca de 3000 alunos/ano). O número reduzido de pessoas ganhas para a alfabetização implica a necessidade do incremento de políticas que sensibilizem as populações para o ataque ao analfabetismo e que criem as condições para a sua realização.

3. Analfabetismo

Portugal possui a mais elevada taxa de analfabetismo literal da Europa (cerca de 7,5%), a que correspondem 750 000 pessoas que não sabem ler e escrever.

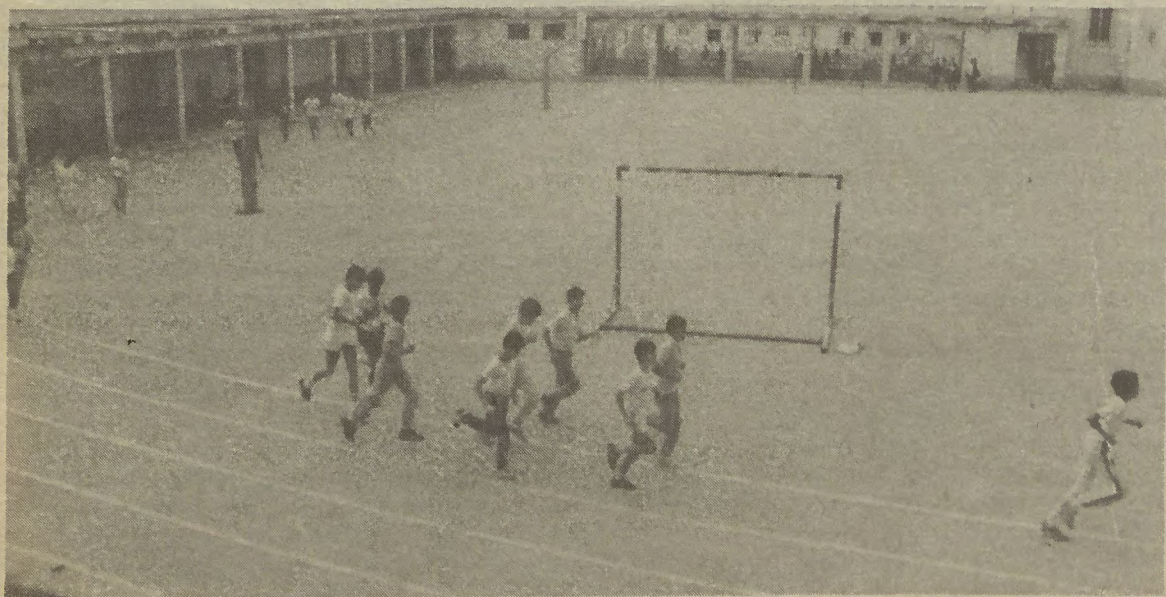
Seria de esperar que o Governo cumprisse no 2.º ano lectivo do seu mandato a primeira aposta do seu Programa em matéria de educação «... reforço das oportunidades de educação de adultos e formação recorrente...», criando as condições institucionais conducentes à resolução progressiva deste problema. Como tal não aconteceu é provável, se considerarmos as estatísticas da Direcção Geral de Apoio e Extensão Educativa/ME, que apenas cerca de 20 000 frequentem cursos de alfa-

4. Preparatório e Secundário

Também nos Ensinos Preparatório e Secundário se verificam anomalias não resolvidas que estão a afectar a abertura das aulas e o funcionamento do ano lectivo, de acordo com o levantamento feito pelo movimento sindical.

Das 175 escolas do distrito muitas iniciarão o ano lectivo entre 19 e 6 de Outubro, com excesso de alunos (cerca de 27%), insuficiência de pessoal auxiliar de apoio (± 54%) e de pessoal administrativo (± 18,5%).

Boa parte do parque escolar continua degradado, grande número das escolas continuam sem instalações ginodesportivas e na maior parte não funcionam cantinas escolares. ■



Construir escolas pré-fabricadas de péssima qualidade e sem instalações desportivas — uma opção da política governamental. Entretanto, o País vai apreciando as façanhas dos campeões nos Jogos Olímpicos...

Em conferência de Imprensa da JCP

Jovens acusam um Governo sem crédito

oportunidades de acesso e de progressão aos jovens que frequentam o Ensino Básico e garantir um efectivo paralelismo com o que, sobre a matéria em causa, se pratica na comunidade internacional e em particular na Comunidade Económica Europeia, como a seguir se demonstra:

- Na **Bélgica** os manuais de ensino primário são gratuitos;
- Na **Dinamarca** os manuais escolares e o material escolar são gratuitos;
- Em **França** a gratuidade dos manuais escolares está garantida até à 3.ª classe, inclusive;
- Em **Itália** é entregue um valor ao encarregado de educação para aquisição dos livros escolares em qualquer livraria, sendo portanto de aquisição gratuita;
- No **Luxemburgo** os manuais escolares para o Ensino Primário são também distribuídos gratuitamente aos alunos;
- Nos **Países Baixos** o Estado paga os manuais escolares e todo o material escolar utilizado no Ensino Primário;
- No **Reino Unido** os alunos dos Ensinos Primário e Secundário recebem gratuitamente os livros escolares.

Em muitos destes países, os livros são, depois de utilizados, devolvidos à Escola, sendo o seu custo, fixado, quase sempre ano a ano, relativamente baixo e em todos eles suportado pelos Estados respectivos.

O poder de compra dos portugueses e sobretudo das classes trabalhadoras não se compara com o dos países referidos, sendo imperioso que em Portugal se adoptem rapidamente políticas conducentes à efectiva gratuidade da escolaridade básica.

A reivindicação do movimento sindical é, pois, uma exigência nacional e tem em conta as recomendações da UNESCO — OIT sobre esta matéria. ■

Com a presença de **António Filipe**, **Rogério Moreira** e **Carlos Rabaçal**, todos do Secretariado da Direcção Nacional da JCP, realizou-se na passada semana na sede de Lisboa desta organização juvenil uma conferência de Imprensa que apresentou alguns comentários e propostas sobre questões «decorrentes da política do Governo em áreas de específico interesse juvenil». E foram (são) várias, essas questões, desde o aumento substancial das propinas à suspensão do «crédito jovem» para a habitação, passando pela política de regulamentação e apoio à edição de manuais escolares, ao novo regime de «acesso» ao ensino superior, à certidão de óbito passada pelo Governo ao desporto escolar ou ainda à urgência do aumento da transferência de verbas para as associações juvenis. Com tanto «crédito jovem» o Governo acabou ficando sem crédito...

Na oportunidade a JCP anunciou também que «procederá a uma análise circunstanciada da situação juvenil na reunião da sua Direcção Nacional que decorrerá nos próximos dias 1 e 2 de Outubro em Lisboa». Serão então debatidas e divulgadas um conjunto de iniciativas políticas que a JCP levará a efeito nos próximos meses com vista à preparação de um Congresso, que se realizará, como já foi anunciado, no primeiro semestre de 1989.

Começando por comentar a atitude do ministro da Educação de, nas últimas semanas, proclamar com particular insistência a sua intenção de aumentar substancialmente as propinas dos estudantes do ensino superior com o objectivo — argumenta ele — de as aproximar dos «custos reais» da frequência dos respectivos cursos (enquanto, simultaneamente, afirma que será modificado o actual regime de apoios financeiros aos estudantes carenciados, sem contudo caracterizar como e de que forma), a JCP afirma:

«O ministro da Educação pretende apresentar este assunto como uma inevitabilidade e um facto consumado. A JCP alerta que, antes de mais, é obrigatório ouvir os estudantes e as suas Associações coisa que o Ministério ainda não fez. É nossa opinião que a lógica do Governo, se aplicada, conduziria a mais dificuldades na frequência dos estudos para os estudantes oriundos das camadas de mais baixos recursos, a mais dependência da generalidade dos estudantes face às suas famílias e ao desvirtuamento dos Serviços Sociais Universitários. A intenção governamental em nada servirá os estudantes e apenas pode interessar aos donos das Universidades Privadas.»

«Enquanto o ministro ainda obcecado pelo aumento das propinas continua a fazer vista grossa às vergonhosas condições em que as bolsas são hoje atribuídas. A JCP anuncia desde já que

vai apresentar na Assembleia da República, através dos deputados da juventude no Grupo Parlamentar do PCP, um Projecto-lei de alteração do regime de apoio social aos estudantes do ensino superior, designadamente sobre bolsas e captações».

Manuais escolares

As questões da política de regulamentação e apoio à edição de manuais escolares, bem como a aplicação da Lei 33/87 de 11 de Julho que garante e atribui direitos às Associações de Estudantes, motivam também firmes posições por parte da JCP.

Assim, em relação ao primeiro assunto, a JCP insiste que se impõe «igualmente, e com particular relevo neste início de ano lectivo, a adopção de uma política de regulamentação e apoios à edição de manuais escolares. Segundo dados de entidades oficiais o preço destes manuais sofreu de novo este ano significativos aumentos que chegam a atingir, no caso do 11.º ano mais de 17%», recorda-se. Além disso, «ao continuar sem adoptar medidas sérias nesta área, o Governo finge ignorar que o elevado preço dos livros e dos materiais escolares, associado à ausência de um apoio social digno, constituirá um factor de insucesso e abandono escolar precoce», pelo que «a JCP considera inadiável a

aplicação de medidas urgentes nesta área, designadamente pela definição de manuais escolares recomendados disciplina a disciplina, pelo apoio material à edição permitindo a baixa substancial dos preços e pela garantia de períodos mínimos de vigência dos programas de ensino e livros escolares».

Haja respeito pelas AAEE!

Quanto à forma como o Governo «se tem subtraído à aplicação da Lei 33/97 de 11 de Julho, que garante e atribui direitos às Associações de Estudantes (o que mais uma vez demonstra como este executivo nem a sua própria legislação respeita), foi assim comentada pelos dirigentes da JCP:

«Primeiro, o Governo nega às Associações de Estudantes o direito a isenções fiscais, ao apoio à imprensa associativa e a outros direitos previstos na Lei, devido à sua não regulamentação. Segundo, o Governo não adoptou medidas com eficácia em tempo útil para envolver as AAEE no debate sobre a reforma educativa. Terceiro, e que destacamos pela sua especial gravidade, o Governo aprovou um novo regime de acesso ao ensino superior, ainda em férias escolares, sem a audição prévia das AAEE que a Lei exige taxativamente, violando dessa forma uma disposição legal aprovada por unanimidade na Assembleia da República. Por estas razões, este acto estará em nosso entender, viciado de inconstitucionalidade».

Nestas circunstâncias, a JCP, «que há dias divulgou uma posição sobre o regime de acesso ao ensino superior aprovado em Conselho de Ministros, exige que seja aberto um período dentro dos prazos legais para que as AAEE se pronunciem sobre ele e, consequentemente, a sua não entrada em vigor até ao apuramento dessas opiniões».

A certidão de óbito do desporto escolar

De seguida foi chamada a atenção para a irónica coincidência de o Governo ter passado a «certidão de óbito» ao desporto escolar no preciso ano de realização dos Jogos Olímpicos, já que a política desporti-

va do Governo — contestada pela maioria dos dirigentes federativos em Seul, como foi recordado — tem, na situação do Desporto Escolar, uma das suas expressões mais negativas. E explica-se:

«Por iniciativa do Governo PSD foi abolido o desporto escolar. Também por iniciativa do Governo PSD e já com Roberto Carneiro na pasta da Educação, com o despacho 4/ME/88 (de conteúdo contestável), decidiu repor o dito desporto com a promessa da aprovação ainda em 87/88 de um plano de actividades e criação de um grupo de trabalho para apresentar um plano para 88/89.

«Da sua concretização nada se sabe. Apenas é evidente que este ano lectivo o desporto enquanto complemento do processo educativo está sem apoio oficial. Que as iniciativas e realizações que ainda existem resultam da boa vontade de professores e alunos.»

Deste modo a Juventude Comunista Portuguesa «exige a alteração desta situação, a assumpção pelo Governo das suas responsabilidades em relação ao desporto escolar, uma das componentes essenciais para a formação educativa e desportiva dos jovens.

A JCP desenvolverá os contactos e irá tomar as iniciativas institucionais e outras, indispensáveis para a reposição do desporto nas escolas portuguesas», acrescenta-se.

Da propaganda «jovem» à falta de crédito

Finalmente foram abordados os problemas das transferências de verbas para as associações juvenis e da suspensão do crédito jovem para a habitação.

Em relação ao primeiro, a JCP reclama desde já um aumento substancial das transferências de verbas para as associações juvenis na preparação da proposta de Orçamento de Estado para o próximo ano, e define:

O orçamento para a juventude não pode ser o orçamento do ministro da Juventude para as acções e programas do ministro ou para a sua propaganda junto dos jovens, mas antes um orçamento de apoio às actividades definidas pelas próprias associações juvenis com toda a sua independência e autonomia.

Os deputados jovens do GP do PCP vão iniciar, no quadro da preparação do debate orçamental, uma série de audições às organizações de jovens, designadamente associações de estudantes e associações juvenis de base local.

Quanto à suspensão desde há vários meses, por parte de instituições de crédito, do «crédito-jovem» para aquisição de habitação própria — que resulta em dificuldades acrescidas para muitos jovens — a JCP «teve, ainda recentemente, oportunidade de colocar este problema em reunião com o ministro-adjunto e da Juventude que, contudo e mais uma vez, optou pelo silêncio comprometedor». Aqui a JCP, «ao mesmo tempo que exige o fim imediato da suspensão ao crédito jovem, propõe ao Movimento Associativo Juvenil um movimento de debate profundo e reclamação em torno das questões da habitação, designadamente do acesso ao crédito, e entende que também o CNJ devia, neste terreno, tomar iniciativas concretas.» ■



Acesso à Universidade, um dos temas analisados pela Juventude Comunista Portuguesa em encontro com os jornalistas

■ Jorge Montez

Comunicação social visita o concelho

SANTIAGO DO CACÉM A população é que ganha

A Câmara Municipal de Santiago do Cacém convidou este fim-de-semana os órgãos de comunicação social para três dias de visita ao concelho. Uma iniciativa que teve por objectivo dar a conhecer a realidade do município e as realizações dos seus órgãos autárquicos.

No final desta maratona, a opinião (nossa) de que quem está a ganhar são os cerca de 18 mil habitantes do concelho.

Não é uma reportagem exaustiva o que pretendemos que leiam a seguir. São, antes, algumas impressões de viagem; apontamentos saídos das notas tiradas ao longo destes três dias e das muitas conversas que então se estabeleceram. Tudo o mais informal possível, como informal foi o contacto que se estabeleceu com as gentes da Câmara Municipal, edis, funcionários e colaboradores.

Esta é já uma nota de reportagem, porque informalidade não foi sinónimo de menor preparação. Há profundo conhecimento do concelho, vontade de resolver os problemas, imaginação nas soluções encontradas, bom contacto com a população e consciência das limitações.

Para a Câmara Municipal, a nota é alta.

Mas falemos então do que nos foi dado ver. Dia a dia, por uma questão de sistematização, que os assuntos focados foram bem diversos.

Primeiro dia (Sexta-feira)

Este é um dia passado todo ele no interior do concelho. Se há paragens em várias localidades, a impressão dominante é a das estradas. Por todo o lado se andou, tendo-se percorrido mais de cem quilómetros por estradas nacionais, estradas municipais e outras em construção.

Não é acaso ter sido esta a impressão dominante. A rede viária é um dos problemas da população de Santiago do Cacém, nomeadamente do interior do município. A existente não permite uma rápida circulação de pessoas e mercadorias. Como tal, a rede viária é um dos vectores mais importantes da actuação da edilidade que, neste momento, está a construir dez novas estradas.

Pontos de paragem neste percurso foram São Bartolomeu, Abela, Ermidas-Sado, Alvalade e São Domingos da Serra.

Em todos eles, a afirmação por parte dos responsáveis da autarquia, de que as freguesias estão em expansão. «Conseguimos — afirma o presidente da Câmara, Sérgio Martins — estancar o processo de desertificação populacional. Se dermos condições para que a população viva aqui na sua terra, ela fica».

Condições que passam pela construção de toda uma série de equipamento social e pela criação das infra-estruturas básicas.

Neste último campo, o trabalho está quase concluído, com a população a ser abastecida de electricidade, água canalizada e rede de esgotos, na sua quase totalidade.

Para que esta cobertura possa chegar à totalidade da população, torna-se necessário lutar contra a sua dispersão. Trata-se de uma luta que está em curso, nomeadamente através da criação de loteamentos municipais destinados à autoconstrução.

Durante a visita foi possível visitar um desses loteamentos, em São Bartolomeu. Ai, a oportunidade para uma conversa com Heleodoro Gonçalves — proprietário de uma das habitações em construção —, para apontarmos a sua pergunta: «como

é que uma casa com três salas para além da cozinha e da zona do forno, se pagaria com apenas três mil contos?», e para conhecermos a resposta.

A autoconstrução é o processo utilizado. A Câmara Municipal ou arrenda o terreno em direito de superfície ou o vende, oferecendo o projecto da habitação, e materiais e ainda pondo à disposição a sua maquinaria por um período de quatro horas.

Segundo dia (Sábado)

Dia todo ele passado em Santiago do Cacém e sessão nos Paços do Concelho. Uma sessão onde se fala do Plano Director Municipal que agora vai entrar em discussão pública.

«É necessário que haja uma co-responsabilização de todos os agentes intervenientes no concelho. A discussão tem de trazer resposta a estas questões: o que vamos fazer, o que queremos ser, que desenvolvimento quer a população para o seu concelho.»

mas também no interior — e o da indústria, nomeadamente na indústria ligeira.

Aqui, espaço para referir a existência do Parque de Indústria Ligeira de Santiago do Cacém. Um parque que «tem uma organização flexível que permite a sua adaptação a qualquer indústria. Um parque, finalmente, que em termos teóricos tem a sua capacidade já esgotada, com os pedidos de ocupação dos lotes por parte de industriais. Um dado curioso, todos esses industriais são oriundos do concelho, à excepção da metalomecânica ligeira.



Ao longo de três dias, a oportunidade a cerca de duas dezenas de jornalistas para conhecerem e darem a conhecer o concelho. (Na foto, Sérgio Martins, presidente da Câmara, em conversa com os jornalistas)

As palavras são de Sérgio Martins, que nos diz ainda ser a dependência do concelho de Sines um dos grandes problemas do concelho.

«O concelho é um corredor de escoamento do Complexo de Sines e não queremos ver os comboios nem os camiões TIR a passar. Queremos aproveitar o que de útil este Complexo tem, e temos condições para conseguirmos um desenvolvimento harmonioso».

Neste quadro, o sector primário da economia apresenta uma importância fundamental. «A nossa base económica é a agricultura. Estamos com áreas cultivadas muito aquém das possibilidades, temos uma produtividade muito aquém das possibilidades.»

«Queremos criar uma série de condições para reactivar a agricultura. No entanto, um problema com que esbarramos é o grande envelhecimento da população agrícola e o índice de analfabetismo, que é da ordem dos 33 por cento.»

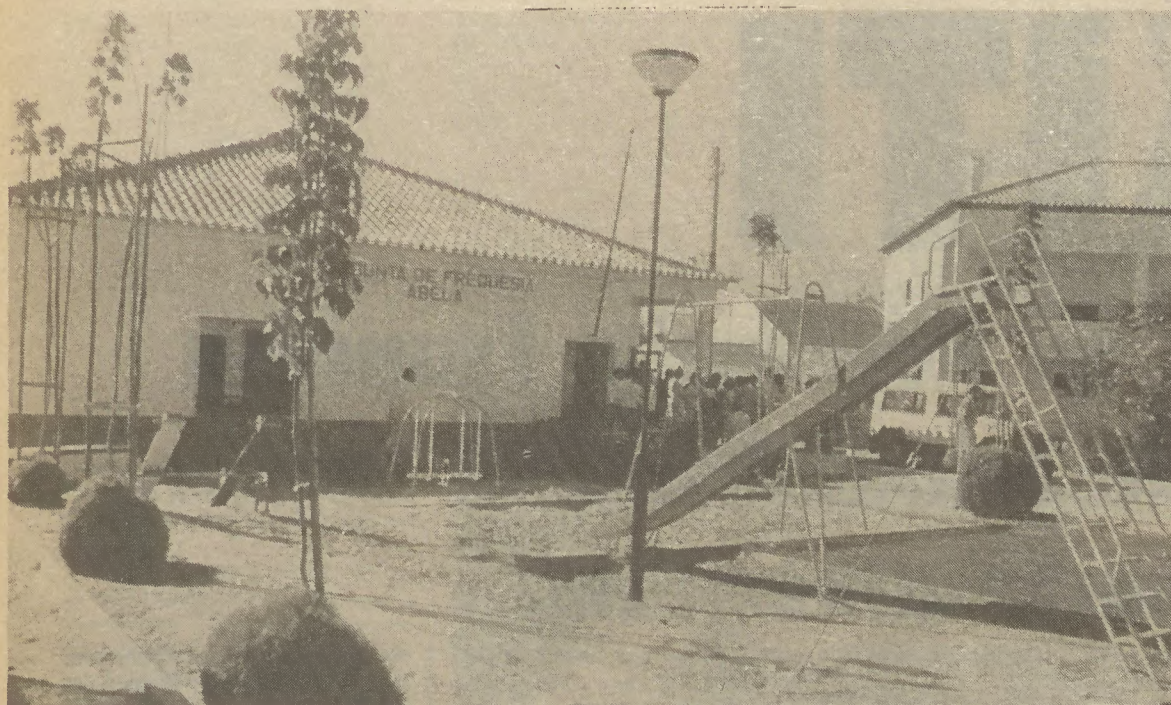
Mas o desenvolvimento concelhio não passa exclusivamente pela agricultura. Sectores a apostar, são os do turismo — não apenas na costa,



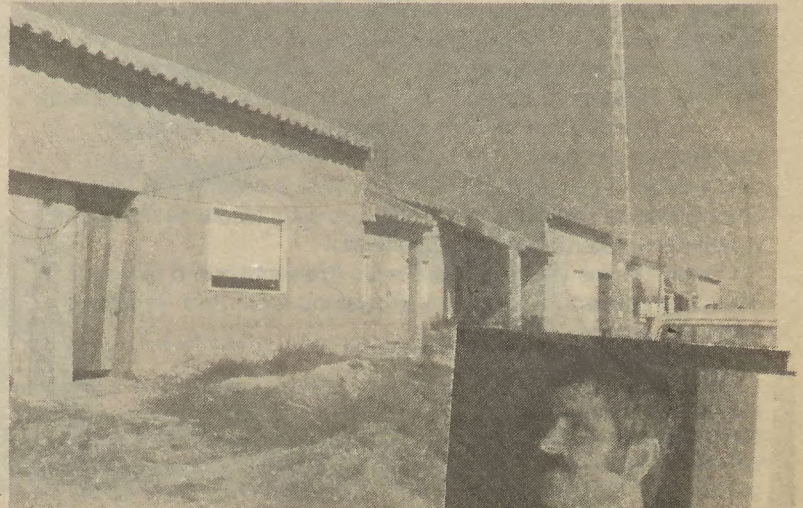
«A defesa do património enquanto fonte de valorização e de projecção para o desenvolvimento» é uma preocupação da Câmara Municipal de Santiago do Cacém. (Na foto, trabalho de restauro da Igreja de São Bartolomeu, na freguesia de São Bartolomeu. Um monumento construído em 1500)



As ruínas de Miróbriga, importante cidade romana, vão ter um melhor aproveitamento. A Câmara Municipal melhora os acessos, o Instituto Português do Património Cultural torna mais fácil a visita. Santiago só tem a ganhar. Santiago e todos quantos gostem de coisas belas



As juntas de freguesia não se limitam a passar atestados. «As pessoas habituaram-se a ir até à sua Junta de Freguesia sempre que têm um problema. Muitas das obras em curso no concelho estão a ser realizadas por administração directa das Juntas com o apoio da Câmara Municipal». (Nas fotos, os edifícios da Junta de Freguesia de Abela e da Junta de Freguesia de Santiago, este em construção)



A autoconstrução é um processo estimulado pela Câmara Municipal. O lote não é caro, o projecto é oferecido, são dadas facilidades. Pergunta Heleodoro Gonçalves «como é que uma casa com três salas para além da cozinha e da zona do forno se pagaria com apenas três mil contos». Dizem os responsáveis pela autarquia que «há que criar as condições para que a população se fixe»

A rede viária chama a si a parte de leão do orçamento da Câmara Municipal (25,8 por cento). Existem 500 quilómetros de estradas municipais e mais de dez estradas estão em construção. Outros 150 quilómetros de estrada ficarão da responsabilidade da Câmara, devido à lei de transferências. O investimento total neste sector é de mais de 55 mil contos. (Em baixo)

Terceiro dia (Domingo)

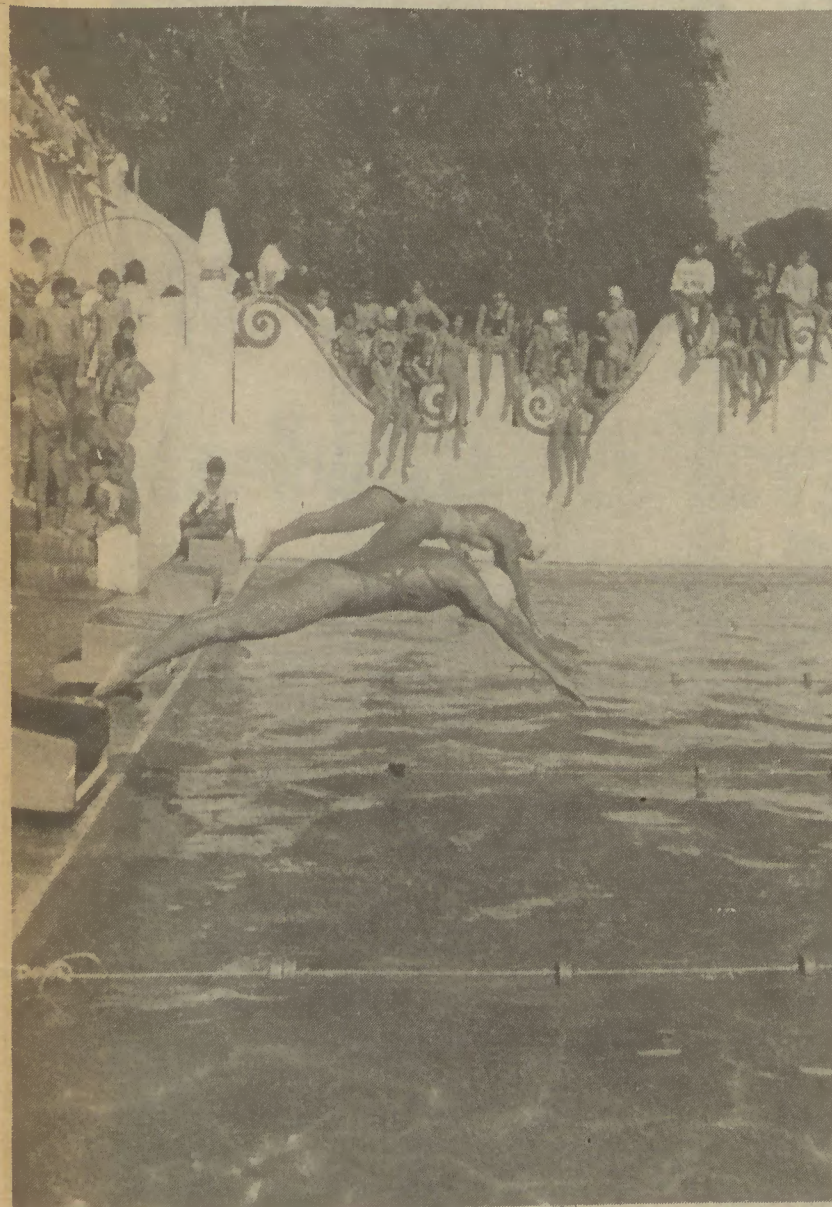
O dia começa com uma visita às ruínas da cidade romana de Miróbriga, mas o seu ponto alto é a deslocação ao Centro Urbano de Santo André. Um centro construído para albergar os operários do Complexo de Sines.

Aqui, é a total falta de condições de habitabilidade com que nos deparamos. É uma cidade construída para uma população de quinze mil pessoas, onde vivem de facto 10 500.

Apenas com quinze anos, a degradação das habitações é por demais evidente. Depois, não há equipamento, não há árvores nas largas ruas, não havia correio! O Centro Urbano foi rasgado no pinheiral, e assim ficou, como uma ferida.

Quando se está num processo de transferência da gestão do Centro Urbano do Gabinete da Área de Sines para a Câmara Municipal, as infra-estruturas vão aparecendo, mercê dos esforços da edilidade. Mercê, também, da organização dos moradores, que ao fim de muitos anos, começam a sentir o Centro Urbano como sendo a sua terra.

Duas componentes que encontramos ao longo dos três dias. Por um lado o esforço da população, por outro, o das autarquias. Quando conjugados, temos obra! ■



Os tempos livres em Santiago são uma preocupação presente. Com a construção do parque da Baixa do Pinheiro, com as suas zonas verdes e as piscinas, é o revalido do campo de futebol Miróbriga e a construção do ginásio desportivo, uma obra de vulto dimensionada para a prática de todas as modalidades desportivas de recinto fechado. Depois, ao lado, será a piscina coberta



O Centro Urbano de Santo André nasceu torto. Só há pouco tempo, e por iniciativa da Câmara, a população começou a ter distribuição de correio ao domicílio. A degradação dos edifícios é evidente. No entanto, o problema mais premente é o da escola preparatória. Esta escola está instalada num edifício programado para o ensino primário. São 530 alunos a trabalhar onde deveriam estar apenas 250 e de um outro grau de ensino. Uma situação que levou já à total rotura desta escola, das escolas primárias e também da secundária. Um problema que urge resolver. Também o centro de saúde tem que se lhe diga. Dimensionado para ter consultas de especialidade, funciona apenas com quatro clínicos gerais (para uma população de 10 500 pessoas) e falta-lhe material básico. Faltam-lhe pensos rápidos!

■ **Anabela Fino**

HAITI

Dos ideais da Revolução Francesa ao colonialismo norte-americano

Reza a história que a ilha foi descoberta nos finais do século XV por Cristóvão Colombo, que a baptizou de Hispaníola; duzentos anos depois, pelo Tratado de Ryswick, a Espanha cedeu à França a parte ocidental da ilha e, cerca de cem anos depois, pelo Tratado de

Basileia, a outra parte.

Corria então o ano de 1795, a França vivia a experiência empolgante da Revolução de 1789 e os seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade corriam mundo.

Foi inspirado nos ideais da Revolução Francesa que o ex-escravo Toussaint Louverture, em 1804, proclamou a primeira República negra do mundo — o Haiti.

Desde esses tempos remotos até aos dias de hoje a história haitiana passou por períodos conturbados de revoltas, golpes de Estado, longos anos de ditadura, a que não faltou nunca muito sangue derramado.

Mas o espírito de liberdade, esse, tantas vezes reprimido, permanece vivo.

Situado na parte ocidental das Grandes Antilhas, o Haiti vive paredes meias com a República Dominicana que após o domínio espanhol, francês e de novo espanhol, se tornou independente em 1844.

Se a divisão da ilha não parece ter exercido influência de monta na evolução dos dois países, o mesmo não se poderá dizer da colonização, predominantemente espanhola no caso da República Dominicana e essencialmente francesa no caso do Haiti.

Importa salientar que o jugo francês no Haiti, que chegou a ser uma das mais ricas colónias europeias na América Latina, foi particularmente cruel. A maioria da sua população, negra, descendente de africanos, não era sequer considerada humana, condição reconhecida apenas aos poucos milhares de mestiços afrancesados («affranchis»). Não é pois de estranhar que ao ser proclamada a independência a primeira preocupação fosse cortar pela base o sistema colonial, expulsando ou exterminando os colonizadores franceses.

Mas o período que se segue está longe de ser pacífico. Apesar de possuir grandes riquezas naturais, o Haiti sofre as consequências naturais do obscurantismo gerado pela escravatura, da falta de um modelo

socio-político-económico capaz de se impor.

O que o deixa, desde logo, à mercê de conflitos internos, agravados pelo racismo existente entre a população de raiz africana e os «afranchis». A hostilidade das potências europeias e o desprezo dos Estados Unidos, que classificam o Haiti de «império selvagem», chegam a levar o governo de Alexandre Pétion a apoiar activamente a luta libertadora de Simon Bolívar, na

convicção de que apenas a independência de todo o continente latino-americano garantiria a do Haiti, mas as dificuldades internas acabam por colocar o país nas mãos da «ajuda» estrangeira.

Os «amigos» americanos

Os principais credores são norte-americanos. Quando o Haiti deixa

de conseguir honrar os compromissos assumidos, os «marines» invadem o país.

Foi em 28 de Julho de 1915. O cruzador «Washington», comandado pelo almirante William Caperton, desembarca em Port-au-Prince as tropas de ocupação, que permanecem no Haiti até 1934. A invasão mergulha o país num mar de sangue; a resistência haitiana, comandada pelo Exército Revolucionário de Charlemagne Peralte, e composta



Haiti — país da América Central, banhado pelo mar das Caraíbas. Ocupa a parte ocidental da ilha «Hispaníola», a segunda em extensão das Grandes Antilhas, fazendo fronteira com a República Dominicana.

Capital — Port-au-Prince, com uma população de cerca de meio milhão de habitantes.

População — 5 200 000 habitantes em 1982, dos quais a maioria (cerca de 95%) descendente de africanos, sendo os restantes mestiços com europeus.

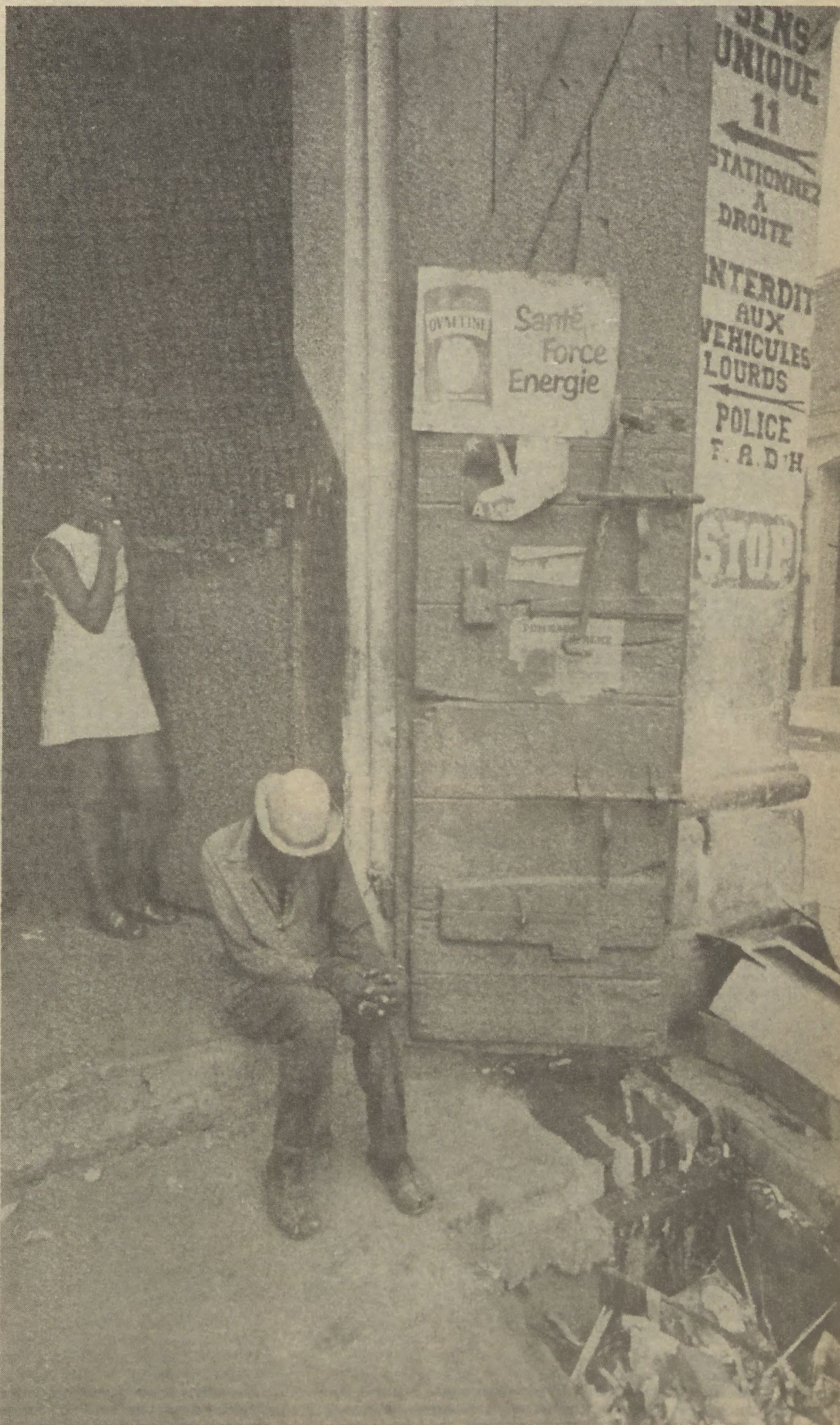
Idioma — a língua oficial é o francês, mas a maioria fala creole, dialecto local com elementos africanos, espanhóis, ingleses e francês antigo.

Religião — a religião oficial é a católica, embora no interior predomine o vudu, de influência africana, que «Papa Doc» utilizou como fonte de magia negra associada ao terrorismo exercido pelos seus tonton-macoute (espécie de esquadrões da morte).

Economia — a maioria da população, mais de 70%, vive da agricultura; os principais produtos de exportação são o café, a bauxite, a cana-do-açúcar e o cacau. A moeda nacional é o gourde.

Educação — no princípio dos anos 80, cerca de 78% da população era analfabeta.

Saúde — em 1982, a mortalidade infantil era de 120,9 por mil, sendo a esperança de vida de 49 anos para os homens e de 52 para as mulheres. ■



O Haiti é o único país da América Latina a fazer parte dos 25 países mais pobres do mundo

essencialmente por camponeses do norte, luta até à morte. Peralte acaba por ser assassinado à traição em 1919.

Começou então o reinado do terror implantado pelos EUA, com o objectivo de reforçar o poder dos monopólios americanos no país, que se transforma num protectorado militar, político e económico norte-americano.

Em 6 de Agosto de 1934, por decisão de Franklin Roosevelt, as tropas de ocupação retiram do Haiti. No seu lugar, deixam no poder homens de confiança, da elite «afranchis» e um bem montado esquema de controlo indirecto.

É neste contexto que François Duvalier, «Papa Doc», chega ao poder em 1957, impondo o reinado da família Duvalier durante mais de um quarto de século. Durante esse longo período, a par da mais brutal repressão interna em que se destacam os tenebrosos «tonton-macoute», o Haiti transformou-se de rico produtor de café e açúcar no único país latino-americano a figurar entre os 25 mais pobres do mundo.

Em Janeiro de 1986, o «Washington Post» escrevia, comentando o crescimento das manifestações de protesto no Haiti: «Quanto mais depressa a ditadura for desalojada do poder, melhor será para o Haiti. No hemisfério ocidental não há governo mais cruel e corrompido e que com a sua cupidez e incompetência conduza o país a uma situação de pobreza tão degradante e desesperada».

A 7 de Fevereiro desse ano, Jean-Claude Duvalier, que havia tomado o lugar do pai após a morte deste em 1971, foge do Haiti a bordo de um avião das Forças Aéreas americanas.

A dinastia Duvalier tinha acabado, mas muitos sonhavam (e sonham) com um duvalierismo sem Duvalier, a começar pelos próprios EUA, apostados em mudar a fachada sem alterar a essência do regime.

A luta pela democracia no Haiti está longe de ter chegado ao fim. ■



Testemunho do massacre das malogradas eleições de Novembro do ano passado

Os amigos americanos

A «ajuda» dos EUA ao Haiti tem sido uma constante ao longo da história deste país.

Entre 1847 e 1915, data da invasão, a marinha de guerra norte-americana esteve mais de 20 vezes ao largo da costa haitiana, sempre pronta a exercer uma convincente pressão para a imposição dos seus interesses. Em nome, como é evidente, da defesa da «civilização e da liberdade».

Como sucedeu, por exemplo, em 1891, quando os navios de guerra norte-americanos bloquearam o litoral do Haiti a fim de conseguirem a cedência do golfo de Mole-Saint-Nicola para a instalação de uma base dos EUA; ou em 1914, quando as tropas norte-americanas assaltaram um banco em Port-au-Prince; ou em 1915 quando desembarcaram no Haiti para impedir a tomada de posse do presidente Rosalvo Bobo, conhecido pelas suas posições anti-americanas, e por lá ficaram quase vinte anos.

A «ajuda» dos EUA ao Haiti foi tão longe que exigiram a revogação da disposição da Constituição haitiana que proibia a compra de terras por estrangeiros, dissolvendo para

tal duas assembleias legislativas consecutivas e organizando um «plebiscito» que lhes deu o resultado pretendido.

A «ajuda» não esqueceu mesmo a imposição dos trabalhos forçados aos haitianos na construção de caminhos que os norte-americanos considerassem essenciais; a apropriação das melhores plantações de açúcar; a repressão das insurreições populares (dados dos EUA apontam para 12 975 mortos).

A famigerada «ajuda» chegou ao cúmulo de, no acordo imposto após a invasão, constar um artigo, o XIV, que diz textualmente: «Em caso de necessidade, os EUA prestarão uma ajuda eficaz para assegurar a independência do Haiti e manter no poder um governo capaz de defender a vida, propriedade e liberdade dos cidadãos».

O artigo não especifica de que «cidadãos» se trata.

Mas a avaliar pelo «presente» Duvalier, não há margem para dúvidas de que os tais cidadãos não tinham nada que ver com a maioria do povo haitiano.

François Duvalier, «Papa Doc», foi um amigo dilecto dos EUA. Entre

1932 e 1934 foi médico-chefe-adjunto das tropas invasoras dos EUA; de 1951 a 1954 participou na missão sanitária dos EUA em Port-au-Prince; em 1957 tornou-se presidente do Haiti, com o apoio norte-americano; em 1964 declarou-se «presidente vitalício»; em 1969 introduziu a pena de morte pela «divulgação de ideias marxistas», já depois de ter proibido a acção dos sindicatos e dos partidos políticos.

O filho, «Baby Doc», não foi menos querido dos norte-americanos. Entre 1980 e 1982, Washington dispendeu 687 mil dólares a preparar o exército de Jean-Claude Duvalier e, durante a sua governação, prestou-lhe um auxílio calculado em mais de 625 milhões de dólares.

O jornal francês «La Matin» resumia, em 1982, as relações dos dois países da seguinte forma: «O regime de Duvalier tem um importante trunfo, o apoio dos EUA. Reagan deixa em paz o Haiti»...

No mesmo ano, a revista americana «Newsweek» classificava o envio de conselheiros militares norte-americanos para o Haiti como uma forma de «demonstrar o apoio americano ao regime confuso mas declaradamente anticomunista».

Deixemos o comentário a J. Adolph, antigo catedrático da universidade de Port-au-Prince, logo após a fuga de Duvalier:

A família Duvalier transformou o país num calabouço e tornou o seu povo o mais pobre do hemisfério ocidental. Mas a administração americana não pensou sequer censurar este criminoso regime. Hoje, depois do seu derrubamento, os Estados Unidos, declarando ser fiéis aos princípios de democracia e liberdade, não só ajudaram Duvalier a fugir ao julgamento, como procuram ainda colocar no poder pessoas que continuariam a seguir a esteira da política americana. ■

O futuro incerto

A queda de Jean-Claude Duvalier, numa altura em que a contestação popular assumia proporções cada vez maiores no Haiti, se por um lado abriu perspectivas para a democratização interna, por outro lado correspondeu à necessidade de pôr termo a uma situação de despotismo que ameaçava radicalizar as posições das principais forças que se opunham à ditadura.

Os EUA, principais apoiantes da ditadura de Duvalier, tanto do ponto de vista político como económico, sentiam dificuldades crescentes em manter no poder um aliado internacionalmente condenado, cujo regime se manifestava incapaz, mesmo de modo meramente formal, de se apresentar como defensor da liberdade e da democracia.

Assim, e porque a administração norte-americana não dispunha no Haiti de um substituto aceitável para Duvalier — ou seja, que não pusesse em causa a submissão aos EUA —, o governo do general Henry Namphy foi aceite sem grandes hesitações. Em Novembro de 1986, quando Namphy se deslocou a Washington para garantir a Reagan

a sua incondicionalidade, a Casa Branca aceitou as suas promessas solenes de que no Haiti se iriam realizar eleições livres.

As esperanças de transição para a democracia tiveram a sua compensação em termos económicos: em menos de dois anos, a ajuda internacional canalizou para o Haiti 350 milhões de dólares.

Para que serviu esse dinheiro? Eis a pergunta que não poucos terão feito. As condições de vida da população agravaram-se, nenhum dos grandes projectos prometidos pelo governo militar foi levado a cabo. Mas mais grave do que tudo isso foi o trágico desfecho das prometidas eleições de Novembro de 1987. O massacre cometido com a inequívoca cumplicidade do exército provocou a condenação internacional e até os EUA se viram forçados a reduzir oficialmente a sua ajuda ao Haiti.

Essa ajuda económica, estimada em cerca de 100 milhões de dólares por ano, foi reduzida em dois terços; o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional bloquearam dois créditos previstos, um de 17 e

outro de 20 milhões de dólares, ao mesmo tempo que a Comunidade Económica Europeia suspendia os seus programas de auxílio.

Neste contexto, não deixa de ser curioso assinalar a reviravolta registada, em particular nos EUA, quando em 17 de Janeiro deste ano se cumpriu a mascarada eleitoral conduzida pelo mesmo general Namphy e a sua Junta Militar. **No Haiti — havia dito Namphy à imprensa — o grande eleitor será o exército.**

Não há dúvida de que assim foi. Os massacres de Novembro afastaram das urnas a esmagadora maioria dos eleitores, deixando, em Janeiro, o campo livre aos militares para escolher o seu candidato, Leslie Manigat.

Os EUA não perderam tempo, reconhecendo de imediato o novo governo e o novo presidente.

Daqui resulta a dificuldade manifestada por Washington quando Namphy, poucos meses depois, derruba Manigat e assume de novo a plena liderança do país. Das contradições do processo interno haitiano e do conflito destas com as aspirações norte-americanas de não



«Tonton-macoutes», a imagem do terror que continua a pairar sobre os haitianos

perder o controlo em mais este ponto da América Central, resulta, por outro lado, a crítica pronta de Washington ao recente golpe de Estado, onde um ex-aliado, o general Avril, aparece no poder pela mão de soldados e sargentos.

É ainda demasiado cedo para fazer previsões quanto ao futuro do Haiti, mas parece cada vez mais claro que Washington tem vindo a

subestimar o amadurecimento político das forças democráticas haitianas, que sob a ditadura de Duvalier aprofundaram a sua unidade, num vasto leque que vai desde a esquerda, com o Partido Unificado dos Comunistas Haitianos (PUCH) à cabeça, até aos partidos moderados do centro, e cujos objectivos são bem claros: a democracia e a resolução dos problemas populares. ■

A «opinião popular»

Uma das coisas encantadoras que a imprensa da direita possui — bem assim como os congéneres da rádio e da televisão — é que, volta-não-volta, lá vão eles para a rua «ouvir a opinião popular». E o encanto vem precisamente de encontrarem nas ruas do País uma consonância admirável, uma espantosa harmonia, aqui e ali salpicada pelo raro e contrastante comentário discordante, a dizer que a excepção confirma a regra geral. É assim que, de vez em quando, vemos toda a gente, salvo alguns mal-humorados trabalhadores, a concordar com as medidas do Governo; jovens a concordar com o ministro da Educação ou do Emprego; doentes a acharem a saúde uma beleza. E etc. A última novidade deste estafado método, usa-a «o Diabo». Nem de propósito, pois o encantador costume tem algo de diabólico. Ouvida pelo «diabo», a «opinião popular» debruçou-se sobre o passado... para concluir que «foi um erro» ter mudado o nome à Ponte 25 de Abril! Ainda bem que foram pedir a opinião à «opinião popular». Porque se fossem perguntar às pessoas ainda tinham uma surpresa dos diabos.

Pagar a dobrar

O facto, vindo a público já há largo tempo, de o Governo pretender cobrar no ano que vem um imposto único que irá juntar-se ao habitual imposto complementar, não

surpreendeu certamente senão aqueles que acreditaram nas maravilhas financeiras de Cadilhe ou nas promessas cavaquistas do PSD. Já se sabia que a coisa ia ser dura, pois que os cavaquistas a tinham anunciado tenra. Que se eles haviam anunciado uma inflação baixa, esta iria subir bastante em relação à previsão. Que nada do que o Governo anuncia de bom pode deixar de vir a revelar-se bastante mau. Sobre tudo para os trabalhadores. Apesar da ausência de surpresa, os jornais têm feito o que podem para dramatizar ou desdramatizar a situação que está criada. Alguns anunciam mesmo que o Imposto Único vai ser pago até pelos mortos. Outros, procurando certamente chamar aos partidos que defendem os dividendos políticos que a operação fiscal vai dar — os dividendos propriamente ditos irão para os cofres do Estado inchar por certo a coluna das receitas... —, propagandeiam como podem as propostas suavizadoras de tais medidas. É assim que o «Jornal» veicula a proposta do PS. À sua maneira cordata para com o Executivo do seu colega Cavaco, Constâncio não achou outra melhor do que pedir... perdão... para o Complementar deste ano.

A pressa do... «Tempo»

Com abundância de publicidade, o «Tempo» de Nuno Rocha garante que mudou. A «qualidade» da

Pontos Cardeais

«informação» que as suas páginas continuam a esforçar-se por transmitir, porém, mostra que não é tanto assim. O «Tempo» continua na mesma. Talvez, apenas, com mais alguma pressa.

Este semanário, que se distingue habitualmente do resto da imprensa da direita pelas suas reportagens imaginativas e imaginárias — lembremo-nos das notícias pormenorizadas de reuniões que nunca existiram ou das reportagens a «vol d'oiseau» sobre Timor-Leste —, continua no seu pendor de tratar o tempo com uma «relatividade» que poria em pé os cabelos de Einstein se ele fosse vivo e tivesse tempo e paciência para ler coisas assim. Desta vez, o semanário de Rocha brinda os leitores com um texto futurista, logo apresentado na primeira página com um título sugestivo: «revisão constitucional assinada em Outubro»!

Como aquela publicação saiu a 22 de Setembro, o leitor terá tido um calafrio. Já vamos aí?, terá mesmo perguntado. Ora pois. E o texto, nas páginas interiores, garante mesmo o acordo PS/PSD e a calendarização do mesmo, para o próximo mês. O calafrio, porém, não vem só do facto de transtornar o

tempo. É que, se desta vez fosse mesmo verdade?

O desgosto das leituras

Diz um que, à luz da Constituição, deve demitir já o seu governo. O outro, à luz do mesmo texto, diz que só depois dos resultados eleitorais de 9 de Outubro. Falamos, como se podia adivinhar, das eleições para as Assembleias Regionais da Madeira e dos Açores. E das leituras divergentes que fazem da Lei Fundamental do País os presidentes dos respectivos governos regionais, Alberto João Jardim e João Bosco Mota Amaral.

Sendo ambos do PSD, ambos anticomunistas, ambos com provas dadas no separatismo — quando tal lhes é conveniente —, seria de esperar que a leitura que fazem da Constituição fosse a mesma. Isto apesar dos feitos tão diversos que mostram — um, na Madeira, com pendor para a retumbância e o escândalo político; o outro, nos Açores, com o gesto e a voz seráficos, fazendo-a pela calada. Apesar de todas as diferenças e da leitura diversa que fazem da Constituição, uma coisa é certa — ambos não gostam dela.

Gazetilha

por Ignotus Sum

E basta!

Queixam-se os desportistas que não têm qualquer apoio do Governo. Bem...

Mas quando calha algum ganhar lá fora uma medalha que dão a Portugal mais honra e fama logo o Governo todo se enebria e logo envia um lindo telegrama!

Pistas e aparelhos? Cousas tais são ninharias de que estão falando. Há um telegrama, isso há, de quando em quando. O que é que querem mais?...

As férias dele

Palavra de honra. Eu achei muito estranho tempo tal e tamanho com o doutor Cavaco e sua dentição há tanto fora da televisão.

Vieram-me à cabeça pensamentos ousados. Queriam lá ver, homessa, que a RTP e o Cavaco estão zangados...

Ingénua. Tudo lérias. No algarvio sol que tudo pode estava, sim, de férias a fazer jardinagem, o seu fraco. E quando está de férias, o Cavaco, não gosta que ninguém o incomode...

Ei-lo já na TV tramando as nossas penas. Que pena as férias serem tão pequenas...

Onde eles são bons

Cadilhe acumulou erro após erro. Mas que ferro! Errou, conselheiral? Não faz mal, não faz mal.

Qualquer um, então, em caso assim pedia a demissão e era o fim.

Porém tal não se viu. Como um pobre bebé, ele acha só que, se a inflação subiu, a culpa não é dele: é do Bobó...

Estes ministros (diz uma voz irada fugindo aos meios tons) de governar, e bem, não sabem nada só na demagogia é que são bons...

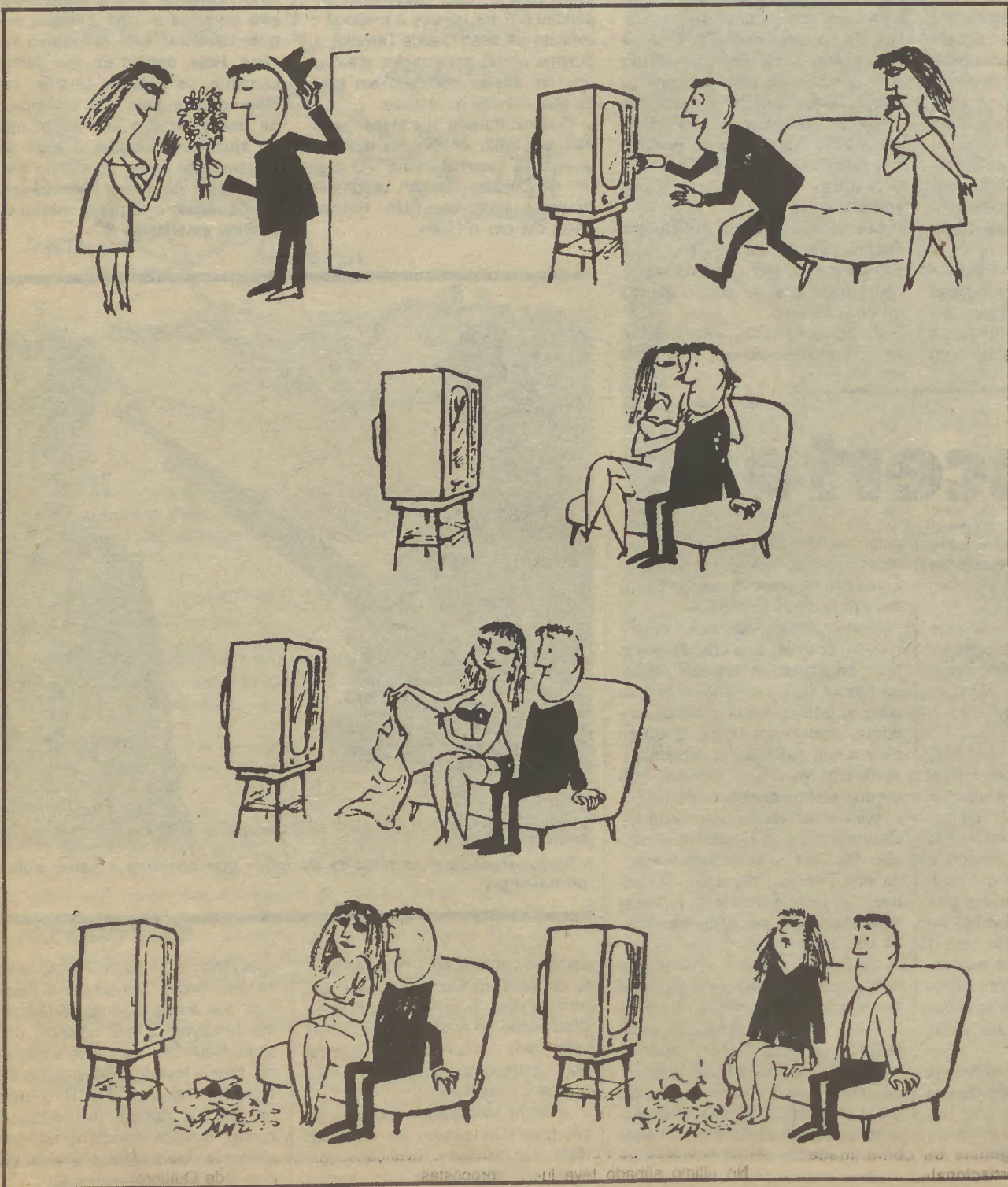
Boleia

Ouvia-se ali perto a voz do Oceano trazida nas palminhas de uma aragem. O Cavaco fazia jardinagem (será que às flores até ele faz dano?)

Mas para cumprimento do seu plano já toma para Lisboa a carruagem retoma a fatiota, a linguagem, a dentadura de feroz bichano.

Circula por diversas regiões e são em barda as inaugurações de benfeitor vestindo a mansa pele.

Eu penso que é uma coisa muito feia tirar assim proveito, ir à boleia dos dinheiros que «dá» e não são dele...



Agenda

Avante!

Ano 58 — Série VII
N.º 770

29 de Setembro de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



PCP

Sexta 30

• CACÉM

Plenário de militantes da freguesia do Cacém, preparatória do XII Congresso, às 21.00 no Centro de Trabalho.

• LEIRIA

1.º plenário conceitual para discussão dos projectos de alterações aos Estatutos e novo Programa do PCP. Às 21.00 no Centro de Trabalho.

Sábado

• PORTO

Reunião plenária da DORP para discussão de 1) Situação política e social e desenvolvimento da luta; 2) XII Congresso. A partir das 09.30 no Centro de Trabalho da Boavista.

• SANTO TIRSO

Reunião plenária da Comissão Concelhia, no CT, às 20.30.

• VALONGO

Reunião de militantes das zonas de Capela, Vinhas, Quinta de Cima, no Centro de Trabalho de Campo. A partir das 21.30.

Domingo 1

• PORTO

Festa da Unidade em S. Vitor-Bonfim, sábado e domingo, com baile no sábado à tarde espectáculos, jogos populares e manhã infantil no domingo. Às 22.30 de sábado intervenção sobre a situação política por Sérgio Teixeira, do CC.

• AVEIRO

Assembleias para discussão dos projectos de Programa e Alterações aos Estatutos: da organização das freguesias de Nogueira da Regedora e Mozelos, na sala do sr. Fernando em Nogueira da Regedora, às 09.30.

Segunda 2

• SINTRA

No quadro da preparação do XII Congresso, plenário da Comissão Concelhia de Sintra. No Centro de Trabalho do Cacém, às 21.00.

• AVEIRO

Assembleia das organizações das freguesias de Vera Cruz e S. Jacinto e do concelho de Oliveira do Bairro: às 10.00 no Centro de Trabalho de Aveiro.

Assembleia das organizações das freguesias de Glória, Aradas, S. Bernardo, Oliveirinha, N. Sra. de Fátima e Santa Joana e das células das empresas destas freguesias: às 15.00 no CT de Aveiro.

Projecto de

Alterações aos Estatutos do PCP

Projecto de

Programa do PCP

Portugal:
uma democracia avançada
no limiar do século XXI

XII
congresso
PCP

(Documento proposto pelo CC
para debate em todas as org.)

XII
congresso
PCP

• Participar
• Intervir
• Propor



TV O Programa

Quinta

29

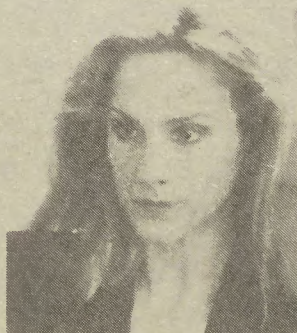
RTP1

08.00 – Notícias
08.05 – Jogos Olímpicos
10.00 – Às Dez
12.20 – Telenovela: «Selva de Pedra» (120.º epis.)
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Série: «Ilha da Fantasia» (13.º epis.)
14.20 – Jogos Olímpicos – 16 Dias de Glória
15.00 – Festival da Canção de S. Remo (Gala Rock – 1.ª parte)
16.00 – Brinca Brincando
17.00 – Ponto Por Ponto
18.00 – Jogos Olímpicos
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.10 – Tempo de Antena da CGTP-IN
20.25 – Série: «O Quarto dos Fundos» (5.º epis.)
20.55 – Primeiro Andamento: Noite de bailado em Seteais, pela Companhia Nacional de Bailado
21.50 – Telemundo
22.20 – Jogos Olímpicos.

RTP2

14.30 – Série: «Filhos e Filhas» (64.º epis.)
14.55 – Série: «Joana» (14.º epis.)
16.00 – Série: «Quem Sai aos Seus...» (14.º epis.)

16.25 – Trinta Minutos Com...
16.55 – Telenovela: «Helena» (62.º epis.)
17.35 – Série: «O Regresso de Antilope» (2.º epis. da 2.ª série)
18.00 – Série: «Equinócio» (13.º epis.)
18.55 – Totally Live
19.30 – Jogos Olímpicos
22.00 – Jornal das Nove
22.30 – Montra de Livros



22.35 – Série: «A Campanha» (últ. epis.)
23.25 – Século XX: «A Herança de Yalta».

Sexta

30

RTP1

08.00 – Notícias
08.05 – Jogos Olímpicos
10.00 – Às Dez



12.20 – Telenovela: «Selva de Pedra»
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Série: «A Herança dos Guldenburgs» (5.º epis.)
14.25 – Imagens da Arte Portuguesa: Sequeira e a pintura neoclássica portuguesa
15.00 – Festival da Canção de S. Remo: (Gala Rock – 2.ª parte)
16.00 – Brinca Brincando
17.00 – Ponto Por Ponto
18.00 – Jogos Olímpicos
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.15 – Série: «O Quarto dos Fundos»
20.55 – Série: «Homens da Segurança» (10.º epis.)
22.10 – Jogos Olímpicos.

RTP2

14.30 – Série: «Filhos e Filhas»
14.55 – Agora, Escolha!
16.25 – Trinta Minutos Com...
16.55 – Telenovela: «Helena»
17.30 – Série: «Os Mistérios da Lua» (3.º epis.)
18.00 – Série: «Basquetebol Americano» (11.º epis.)
19.00 – Totally Live

19.30 – Jogos Olímpicos
22.00 – Jornal das Nove
22.30 – Montra de Livros
22.35 – Clube de Jornalistas
23.10 – Série: «A Demissão» (5.º epis.)
00.10 – Entre Barreiras.

Sábado

RTP1

08.50 – Jogos Olímpicos (inclui a final de futebol)
11.30 – Juventude e Família
13.00 – Notícias
13.10 – Série: «A Evolução dos Transportes em Portugal» (últ. epis.)
14.05 – Parlamento
14.35 – Sereno Variable
15.30 – Sessão da Tarde: «Esperança» (1.ª parte)
17.25 – Série: «Alô, Alô» (12.º e últ. epis.)
18.00 – Jogos Olímpicos
19.20 – Sete Folhas
19.45 – Totoloto
20.00 – Jornal de Sábado
21.15 – Boletim Meteorológico
21.25 – Série: «Alf, Uma Coisa do Outro Mundo» (15.º epis.)
22.20 – Jogos Olímpicos.

RTP2

10.00 – Compacto «Totally Live»
13.05 – Compacto «Selva de Pedra»

16.00 – Bailado: «Cinderela», pela ópera de Paris
18.10 – Série: «Buster Keaton» (últ. epis.)
19.10 – Jogos Olímpicos
22.00 – Série: «Hill Street» (5.º epis.)
22.05 – Cinema da Meia-Noite: «Iniciação Carnal».

Domingo

RTP1

08.50 – Jogos Olímpicos (cerimónia de encerramento)
11.15 – Missa
12.05 – 70x7
12.30 – TV Rural
13.00 – Notícias
13.10 – Série: «Xerxes» (3.º e últ. epis.)
14.00 – Série: «Terra X» (1.º epis.)
14.45 – Primeira Matinée: «Riquezas da Sua Avó»
16.10 – Série: «O Cavalo» (3.º epis.)
16.30 – Clube Amigos Disney
18.00 – Jogos Olímpicos
19.25 – Dream Island
20.00 – Jornal de Domingo
20.30 – Boletim Meteorológico



20.45 – 8.º Festival de Música dos Capuchos: «No Tejo Me Confesso», Carlos do Carmo
22.25 – Jogos Olímpicos
00.50 – Domingo Desportivo.

RTP2

10.00 – Music Box
11.00 – Troféu
12.30 – Caminhos
13.00 – Novos Horizontes
13.30 – Troféu (Grande Prémio de Espanha em Fórmula 1)
17.10 – Ideias & Negócios
18.05 – Série: «A Bela e o Monstro» (7.º epis.)
19.05 – Série: «Quem Sai aos Seus...»
19.30 – Jogos Olímpicos
22.00 – Cineclube: «O Sul».

Segunda

RTP1

10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela: «Selva de Pedra»
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Série: «O Império de Carson»
14.20 – Rotas do Extremo Oriente
14.45 – Concerto
15.50 – Brinca Brincando
17.00 – Ponto Por Ponto
17.50 – Série: «Little Roma» (1.º epis.)
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.15 – Série: «O Quarto dos Fundos» (últ. epis.)
21.15 – Gente de Sucesso
21.45 – «Salute Seul» (programa musical)
22.45 – 24 Horas
23.15 – Remate.

RTP2

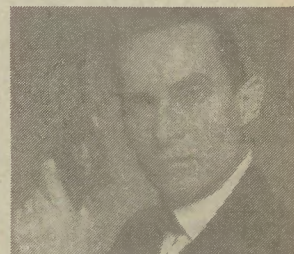
14.30 – Série: «Filhos e Filhas»
14.55 – Agora, Escolha!
16.25 – Trinta Minutos Com...
16.55 – Telenovela: «Helena»
18.00 – Série: «Histórias Amargas»
19.00 – Totaly Live
19.55 – O Fugitivo
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Montra de Livros
22.20 – Barishnikov (coreografias de Cunningham).

Terça

1

RTP1

10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela: «Selva de Pedra»
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Série: «Dallas»
14.10 – A Epopeia Mítica dos Descobrimentos
15.00 – Circo música
15.50 – Brinca Brincando
17.00 – Ponto Por Ponto
17.50 – Série: «Little Roma»
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.15 – Vamos Jogar no Totobola
20.35 – Telenovela: «Passerelle» (1.º epis.)



21.30 – O Regresso de Sherlock Holmes
22.40 – 24 Horas
00.15 – Remate.

RTP2

14.30 – Filhos e Filhas
14.55 – Dois Dedos de Conversa
16.55 – Telenovela: «Helena»
17.30 – Histórias Fantásticas de Ray Bradbury
18.00 – Music Box
19.00 – Totally Live
19.55 – O Fugitivo
21.00 – Jornal das Nove
21.35 – Cinemadois: «Thema».

Quarta

5

RTP1

10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela: «Selva de Pedra»
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Série: «Fama»
14.15 – Missões de Paz
15.00 – Festival Internacional de Knokke
16.00 – Brinca Brincando
17.00 – Ponto Por Ponto
17.50 – Little Roma
19.30 – Telejornal
20.00 – Boletim Meteorológico
20.15 – Telenovela: «Passerelle»



21.30 – Lotação Esgotada: «Os Homens do Presidente», de Alan J. Pakula. Int.: Robert Redford e Dustin Hoffman (EUA/1976)
23.25 – 24 Horas
23.55 – Remate.

RTP2

14.30 – Filhos e Filhas
14.55 – Agora, Escolha!
16.25 – Trinta Minutos Com...
16.55 – Telenovela: «Helena»
17.30 – A Viagem de Mimi
18.00 – Viagem de Noite (últ. epis.)
19.00 – Totally Live
19.55 – O Fugitivo
21.00 – Jornal das Nove
21.35 – Série: «Joana»
22.25 – Clube de Imprensa
23.00 – Fantasia e Realidade.

PORTUGAL E A CEE HOJE

**Documentos
do Encontro Nacional do PCP
sobre a CEE**

Mais um volume da nova colecção «Contribuições para o XII Congresso do PCP». 126 páginas com a principal documentação do Encontro Nacional do PCP sobre a CEE realizado em 18 de Junho de 1988.

Índice:

- Situação actual na CEE, J. Barros Moura.
- Alguns aspectos dos primeiros dois anos e meio de adesão, J. Miranda da Silva.
- Balanço da integração da agricultura portuguesa na CEE, Rogério de Brito.
- Cooperação política europeia e política externa, Albano Nunes.
- Portugal face à realidade alterada – CEE, Carlos Carvalhas.
- Desafio político-ideológico da CEE, C. Aboim Inglês.
- Eleições para o Parlamento Europeu, Luís Sá.
- Sector Empresarial do Estado, J. Pina Moura.
- Gestão do processo de integração pelo Governo Cavaco Silva, Carlos Brito.
- Intervenção de encerramento, Domingos Abrantes.
- Portugal e a CEE hoje. Contribuição para as Teses do XII Congresso do PCP (documento de trabalho).

Cinema

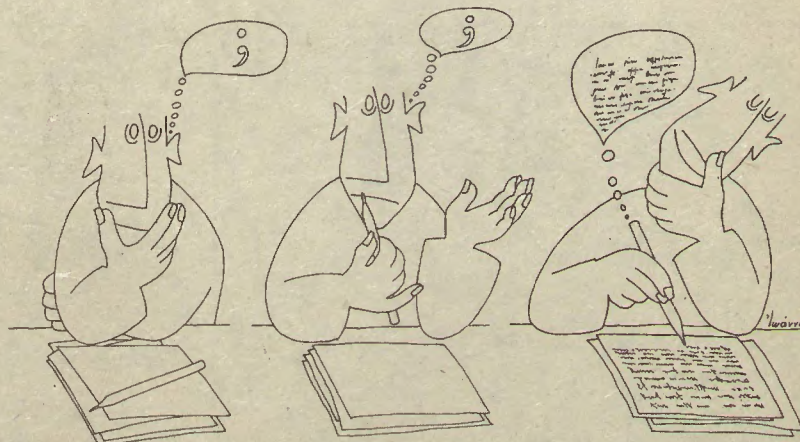
A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Gente de Dublin	—	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
B	Frenético	—	★★★	—	—	★★★★
C	Setembro	—	—	—	★★★★	★★★★

A — Real. John Huston — em Lisboa Amoreiras (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.45, 24.00).

B — Real. Roman Polanski — em Lisboa: Amoreiras (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Quarteto (15.00, 17.00, 19.00, 21.30; sáb. também às 23.30), Tivoli (14.00, 16.30, 19.00, 21.30).

C — Real. Woody Allen — em Lisboa: Hollywood (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 24.00).



Teatro

O Cartaz

• LISBOA

Comuna, Praça de Espanha. De 3.ª a dom. às 21.45. **Maria! Não me Mates que Sou tua Mãe!**, de Camilo Castelo Branco, adapt. e encen. de Fernando Gomes. **Édipo Rei**, de Sófocles, enc. de João Mota (hoje e sábado às 18.30, amanhã às 21.30).

Casa dos Tabuenes, R. Poiais de S. Bento, 75-B, 2.º — 5.ª, 6.ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Lisboa Monumental**, de Fialho de Almeida, enc. Silvana Pereira, pelo Teatro Maizum.

Ritz Club, Rua da Glória, 57. De 3.ª a dom., 22.00. **Off-Broadway: Made in Brazil** (Brasil), espectáculo musical com texto e representação de Luiz Carlos Niño e

com o concurso de 8 músicos.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a 6.ª, às 20.30 e 22.45; sábado e dom. também às 16.00. **Olha a Bolsa ó Zé**, de César de Oliveira/H. Santana/Gonçalves Preto, enc. de Paulo César.

Teatro do Bairro Alto (Rua Tenente Raul Cascais, 1-A; de 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16 horas) — **Auto da Feira**, de Gil Vicente, enc. de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras, 3.ª, 4.ª e 5.ª — 21.30, 6.ª e sáb., às 20.00 e 22.30, dom. às 16.00 e 21.30. **Enfim Sós**, de Carlos Cruz, Mário Zambujal, José Duarte.

Teatro Nacional D. Maria II, Rossio, às 21.30. **Zerlina**, de Hermann Broch, enc. João Perry, interpr. Eunice Muñoz e Alexandre Melo.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos Novos!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, A. Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.

• PORTO

Teatro (Rua do Heroísmo, 86). De 3.ª a

6.ª às 21.30, sáb. às 17.00 e 21.30. **Interlúdio Cómico**, enc. António Capelo.

• ESTORIL

Cine-Teatro do Casino Estoril. 5.ª, 6.ª e sáb. às 21.30, dom. às 17.30. **Obrigado pelo Amor de Você**, de Edgard Neville, encenação de Gracindo Junior.

Teatro Mirita Casimiro. Às 21.30. **D. João no País das Delícias**, de Norberto Ávila, pelo TEC.

• ÉVORA

Teatro Garcia de Resende. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Moderado**, de Adamov, enc. Luís Varela — pelo Centro Cultural de Évora.

Classificação de ★ a ★★★★★



«... há muito tempo que não se reuniam tantas figuras públicas para assistir a um espectáculo musical no nosso país!»

...e ainda

Música, debates, etc.

Danças e cantares da Checoslováquia hoje em Almada

Hoje à noite o grupo Javorníček apresenta danças e cantares checoslovacos na Academia Almadaense. O espectáculo inicia-se às 21.30, a entrada é livre e a organização é da Câmara Municipal de Almada. Ainda integradas na «Quinzena da Música» que decorre desde 25 de Setembro realizam-se outras iniciativas na Academia, no jardim da Cova da Piedade, na SFUAP... Mas o melhor é consultar o programa.

Música

Outubro vem aí e começa com o Dia Mundial da Música. Mas Setembro ainda teve tempo para «fazer a cama» ao mês que o segue. Os Trovante dão hoje à noite o segundo e último concerto no Coliseu do Porto. **Fausto** actua sábado em Mosca, a partir das 21.30, no Jardim, integrado num programa de animação cultural da vila organizado pela CM de Loures. Neste fim-de-semana decorrer o Festival Jovem de Aíhos Vedros, no

Cais do Descarregador. Sábado actua, a partir das 16 horas, os Peace Makers e Francisco Ceia. Domingo é a vez dos UHF, a partir das 17 horas. Atenção, entretanto, ao que se vai passar durante Outubro em Benavente, onde este vai ser o «mês da música», e no Barreiro.

Na Amadora continuam as comemorações do 9.º aniversário do município. Hoje no Parque Central encerra a mostra de escultura ao ar livre e actua um grupo folclórico infantil da Checoslováquia. Sábado há festival de folclore em Alfragide (Polidesportivo) e na Buraca (parque urbano). Dia 4 haverá «Noite de Estrelas» no campo do Estrela da Amadora e dia 5 à tarde realiza-se o Desfile do Município, com concentração às 15.30 junto ao cinema Lido. Mas, pelo sim,

pelo não, veja o programa.

Na Fundação Gulbenkian realiza-se sábado às 17 horas um concerto da «Oficina Musical», com entrada livre; igualmente com entrada gratuita e também a assinalar o Dia Mundial da Música, quatro concertos de bolseiros da Gulbenkian: hoje às 18.30, amanhã às 18.30 e 21.30, sábado às 18.30. A 7 de Outubro inauguram-se as IX Jornadas de Música Antiga.

Cinema

Os cinemas vão-se reanimando, depois de um verão morno. Das sessões especiais fica aqui um apontamento para esta semana. Termina hoje, com a apresentação do filme «O Ladrão» de Valeri Ogorodnikov, a semana do cinema

soviético, que decorreu no Mundial, em Lisboa. Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30.

Na Cinemateca, que comemora os seus 40 anos, passa hoje às 18.30 uma cópia restaurada de «José do Telhado», de Rino Lupo; às 21.30 — «Macbeth», de Orson Welles; também adaptação de Shakespeare pelo mesmo realizador, passa amanhã «Otelo», às 18.30. Dia 1 há shorts de Charlie Chaplin (15.30) e «Conquest» de Clarence Brown, com Greta Garbo e Charles Boyer (18.30). E prossegue pela semana fora, com um programa que inclui ainda ante-estrelas de Paulo Rocha, Jorge Silva Melo e Joaquim Leitão.

No Forum Picoas prosseguem os ciclos de cinema japonês e «Lusomundo». Sábado às 21 horas passa a 1.ª parte do «Padri-

nho», ficando a 2.ª para dia 3, às 19 e 22 horas. Depois de Coppola vem Spielberg, dia 4, às 19 e 22, com «Os Salteadores da Arca Perdida». Spielberg é motivo para o ciclo que promove o Centro Cultural da Tabaqueira (Albarraque), onde passa sábado, às 21 «O Tubarão».

... e ainda

Hoje, com início às 18 horas, Fátima Murta dá na Sociedade Portuguesa de Autores (Av. Duque de Loulé, 31, Lisboa) um recital de poesia intitulado «No Senhorio das Duas Lavadeiras». A entrada é livre.

Na SPA, recordamos, prossegue até 26 de Outubro o ciclo de cinema de opinião depois de Abril, com sessões às quartas-feiras, a partir das 18 horas, e também com entrada livre.

Exposições

• LISBOA

Adão Rodrigues e Laurinda Silveira — Pintura. Gal. Restauração, Av. Guerra Junqueiro, 18-C (até 30/9).

Alberto Carneiro — Escultura recente em madeira. Gal. EMI-Valentim de Carvalho, Rua da Cruz dos Poiais, 11. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 19.00 (até 20/10).

Ana Aragão — Pintura. Palácio dos Coruchéus, Rua Alberto Oliveira. De 2.ª a 6.ª das 14.30 às 17.30; sáb. das 17.00 às 20.00 (até 29/9).

Carlos Medeiros — Fotografia. Aliança Française, Rua Brancagem, 13. De 2.ª a 6.ª feira das 10.00 às 19.00 (até 13/10).

Catarina Baleiras e Pedro Campos Rosa — Escultura. Gal.

Quadrado, Rua Alberto Oliveira, 52. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00; sáb. das 15.00 às 19.00 (até 30/9).

Cindi Sherman — Fotografia. Gal. Cómicos, R. Tenente Raul Cascais, 1B. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.00 (até 22/10).

Colectiva de alunos da António Arroio (ano lectivo 87/88). De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00 (até 7/10).

Colectiva de artes plásticas — Gal. 111 (Campo Grande, 113). De 2.ª a 6.ª das 10 às 13.00 e das 15 às 19.00; sáb. das 10 às 13 (até 15/10).

Colectiva de pintura — Gal. Ditec (av. da Igreja, 46 A), de 2.ª a 6.ª das 14.30 às 19.30 (até 10/10).

Companhia Rey

Colação/Robles Monteiro — no Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

Conceição Pedro — Pintura. Gal. Novo Século (R. O Seculo, 23 A). De 3.ª a sáb. das 14 às 20.00 (até 11/10).

Dora Iva Rita — Pintura. Gal. Altamira, Rua Filipe Folque, 48. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 19.00 (até 11/10).

Escultura Portuguesa do Séc. XIII a XVIII, Museu de Arte Antiga, Janelas Verdes (até Março 89).

Homenagem a Joseph Buys gravuras — na galeria Almada Negreiros (av. da República, 16), de 3.ª a dom., das 10 às 20 (até 30/9).

Jaime Silva pintura, e António José Matos — escultura. Gal. Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00; sáb. e dom. das 15.00 às 19.30.

João Cruz Rosa — Desenho. SNBA/Gal. Arte Moderna (R. Barata Salgueiro, 36). De 3.ª a dom. das 14 às 20.00 (até 8/10).

Luis Pavão — «Tabernas de Lisboa», fotografia. Fotogaleria, Costa do Castelo, 12-A. De 2.ª a sáb. das 9.30 às 13.30 e das 15.00 às 19.30 (até 30/9).

Maluda — retrospectiva da obra gravada. Forum Picoas (até 13/10).

Ourivesaria Portuguesa («Linguagem dos nossos ourives (séc. XII/XIX)» e «Linguagem dos novos materiais»). Galeria do Palácio da Ajuda (até 9/10).

• OUTRAS LOCALIDADES

1.ª Mostra de Escultura ao Ar Livre. Até 30/9, Parque Central — AMADORA.

1.ª Bienal Municipal de Gravura (obras a concurso e artistas convidados) até 30/11, Galeria Municipal/Recreios Desportivos — AMADORA.

Colectiva de pintura e escultura — até 30/9, no Museu Souza Cardoso — AMARANTE.

Guilherme Cardoso «Cascais», fotografia. Galeria JF, Largo Cidade de Victória (até 29/9) — CASCAIS.

Erga — Escultura em cristal. Gal. EC, Alam. Coronel Linhares Lima, 14-B (até 2/10) — Várzea de COLARES.

Gravura Portuguesa Contemporânea Gal. Arcada, Arcadas do Parque. Todos os dias excepto 3.ª, das 11.00 às 13.00 e das 14.00 às 20.00 — ESTORIL (até 9/10).

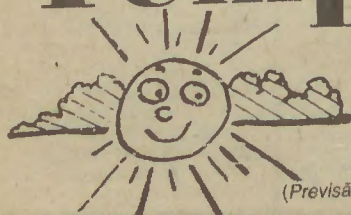
Manuel Baptista — (pintura e desenho) — Até 30/9, na galeria de arte do Espírito Santo — LOULE.

Loures em imagens do passado — A memória das coisas — (recolha fotográfica e etnográfica) — até 10/12, de 3.ª a dom., das 10 às 17 horas, no Museu Municipal/Casa do Adro — LOURES.

Colectiva de artistas da Galeria Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 30/9) — PORTO.

Fotoporto («Dez exemplos de fotografia de autor em Espanha» e «Nouvelles figures/Homenagem a Philippe Chaveau» — até 5 de Outubro, na Cooperativa Árvore (Rua Azevedo de Albuquerque, 1) — PORTO.

Tempo Fim de Semana



Céu pouco nublado ou limpo, vento fraco ou moderado do quadrante nordeste.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

Outubro/88

BARREIRO A CIDADE E A MÚSICA

Comemorações do Dia Mundial da Música

1 21.30 SABADO	2 21.30 DOMINGO	3 21.30 DOMINGO	4 21.30 DOMINGO	5 21.30 DOMINGO	6 21.30 DOMINGO	7 21.30 DOMINGO	8 21.30 DOMINGO	9 21.30 DOMINGO	10 21.30 DOMINGO	11 21.30 DOMINGO	12 21.30 DOMINGO	13 21.30 DOMINGO	14 21.30 DOMINGO	15 21.30 DOMINGO	16 21.30 DOMINGO	17 21.30 DOMINGO	18 21.30 DOMINGO	19 21.30 DOMINGO	20 21.30 DOMINGO	21 21.30 DOMINGO	22 21.30 DOMINGO	23 21.30 DOMINGO	24 21.30 DOMINGO	25 21.30 DOMINGO	26 21.30 DOMINGO	27 21.30 DOMINGO	28 21.30 DOMINGO	29 21.30 DOMINGO	30 21.30 DOMINGO
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

aTV

Uma «campanha» inglesa... e não só...

São imensas as possibilidades do poder capitalista na «lavagem ao cérebro», na manipulação, no «levar ao engano». A campanha anticomunista em curso na imprensa e na televisão, os processos eleitoralistas usados pela gente de Cavaco Silva (a «anfetaminação», ou seja, o «doping» enganador, para usar a expressão de um conhecido economista), a presença diária de Cavaco e outros ministros na televisão (!!!) e às vezes mais do que uma vez por dia — o que quer dizer que, para o PSD, a propaganda eleitoral já começou — eis alguns exemplos tirados da nossa experiência pessoal para mostrar como as forças do dinheiro não recuam diante de nada para fazer vingar os seus interesses.

Corre na televisão uma pequena série intitulada **Campanha**. Um partido lançado na campanha contrata uma agência para cuidar dela...

A agência encontra sérias dificuldades. Primeiro, uma enfermeira escolhida para dizer que não senhor, o ministro da saúde não quer semear o desemprego, de- sistiu de participar quando sabe que ela e as suas camaradas vão ser despedidas...

Depois há um novo sarilho. Um novo escândalo. O primeiro-ministro, por interposta pessoa, está metido em negócios escuros. As provas são levadas a um jornal que se dispõe a publicar. Só que o governo faz valer os seus trunfos no encontro com o director do jornal. E nada feito. Respira-se fundo...

Simplemente, há outro escândalo. Uma empresa de construções que trabalha para o governo (e onde muita gente desta área tem bastos interesses...) foge ao caderno de encargos. Edifícios vêm abaixo. Num deles encontra-se instalado um «lar de veteranos». «Morreram muitos?», pergunta-se. «Só seis...», responde-se.

Este é um acontecimento nefasto, e logo nas vésperas das eleições. A agência de publicidade debate-se com a situação, sem achar saída. Recebem então, chamado pelo director da Agência, a visita de um perito americano. Ouçamo-lo, quando se apresenta: «Diz-se que eu fui o homem que meti Ronnie Reagan na Casa Branca». Sorri. «Exageros...»

Ele acha que, face à extensão do escândalo, há que criar uma «manobra de diversão».

Não há como beber da fonte, porque certas coisas, quando contadas, perdem a graça toda. Representemos por **A**, o perito americano, e por **B** o representante da agência inglesa:

A — Quanto à técnica das manobras de diversão, deixem-me dar-lhe os precedentes.

Antes da invasão de Granada, Ronnie Reagan era o presidente mais impopular desde Harry Truman.

A certa altura, a Casa Branca telefonou para a nossa agência e diz: «Temos um plano. Queremos que vocês façam os textos. Trata-se do seguinte: vamos atacar um pequeno país de merda das Caraíbas, perdoem a expressão».

B — Ficaram entusiasmados com a ideia?

A — De forma alguma. Pessoalmente voto nos democratas. Não acho bem utilizar os marines para matar um bando de pretos nos seus coqueiros.

B — Resultou?

A — Na perfeição.

B — Mas nós não temos tempo para invadir ilhas. As eleições são para já.

A — Nem é preciso. Resolve-se a coisa com uma ameaça comunista. Os comunistas querem uma das nossas ilhas. O governo recusa ceder à chantagem. Mantém-se firme. Patriótico. Damos a história à imprensa e amanhã já estão os jornais a malhar nos cubanos, argelinos e outros que tais. Os jornais adoram uma guerrazita. É o melhor que lhes podem dar.

B — E qual das nossas possessões é que os cubanos atacariam?

A — (Apontando no mapa) Esta ilhazita aqui, que dá pelo nome de Diego Garcia.

B — Mas quem é e onde é Diego Garcia?

A — Uma ilha britânica no Oceano Índico. «Cuba ataca Diego Garcia!» Estão a ver? Com uma história dessas os jornais não se vão preocupar com mais nada...

B — Tudo se virá a saber.

A — Sim, entretanto, as eleições passaram...

Tinha muito para lhes falar hoje. As viagens de propaganda para as autárquicas feitas por Cavaco Silva (qual será a Agência que trata do assunto?), a campanha anticomunista na informação da RTP (deve ser a mesma agência...), etc, etc. Preferi, no entanto, contar o que se passou na série inglesa **A Campanha** — ali onde as situações não são mera coincidência e onde só os nomes aparecem escondidos.

Entendam as razões da minha preferência: estaremos assim mais aptos a conhecer a «liberdade do voto», a «liberdade de imprensa» e outras noções dignas do maior respeito, mas que os grandes interesses transformam em mitos sem sentido...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Doping

«O «doping» acabou com a fortuna do emigrante jamaicano que foi — e não é ainda? — o homem mais rápido do Mundo...»

(«o diário», 28.Set.)

• «Ao entrar na pista sob efeitos de testosterona, Ben Johnson enganou-nos a todos! Roubou o nosso entusiasmo e os nossos aplausos.»

«Os esteróides, que aumentam a massa muscular e as performances dos atletas, têm agora os seus dias contados, mesmo no caso do estazonolol, produto que só há muito pouco passou a ser possível detectar com rigor.»

«Mas se houve a «queda de um anjo» com a descoberta dos vícios privados de Johnson em matéria de «doping», também é verdade que a sua derrota é a maior coroa de glória para os cientistas e médicos recrutados pela organização sul-coreana para combater o «doping».

• «O francês Christian Plaziat, participante no decatlo, declarou: «Isto confirma aquilo que eu pensava. Não se pode correr em 9,79 sem tomar o que ele tomou. Isto mostra que ele é um bato-teiro.»

O treinador de atletismo do Gana, Emmanuel Kodzi, disse: «Há um limite para as capacidades humanas. Pen- sei que fora uma grande corrida e que ele era sobre-humano».

«Preferia ser segundo ou terceiro numa final Olímpica do que ser um atleta dopado», foi a primeira reacção de Carlos Lopes, campeão Olímpico da maratona, ao ter conhecimento da desclassificação do canadiano Ben Johnson.

«Dois meses antes dos Jogos Olímpicos nem sequer tomava vitaminas. O que anda são as pernas», disse Lopes ao enviado da agência Lusa.

«O técnico Moniz Pereira quase nem queria acreditar na notícia: «Estou surpreendido porque me custa a acreditar que um favorito possa tomar «doping», sabendo que iria ao teste.

«Há «doping» e «doping» no atletismo», disse Moniz Pereira que deixou no ar muitas dúvidas sobre os sistemas utilizados para fugir ao controlo ou ser apanhado nas malhas do «doping».

• ««Choque», surpresa, descontentamento e tristeza foram os sentimentos com que os canadianos acolheram a notícia da perda do título Olímpico de Ben Johnson.»

«De resto, atletas do Canadá e de todo o mundo reagiram com incredulidade e amargura à notícia.»

«No aeroporto de Nova Iorque uma centena de pessoas aguardava o «sprinter», que foi recebido aos gritos de «Ben, nós gostamos de ti».

• «A notícia era de tal maneira bombástica que um dos jornais de Seul — «The Korea Herald» — resolveu lançar uma edição extra, de apenas duas páginas, preenchidas com um título, a toda a capacidade humanas — afir-

a largura anunciando o facto e acrescentando que a medalha de ouro seria entregue a Carl Lewis.»

«O jornal sensacionalista inglês «Sun» não hesita em classificar o velocista canadiano como o mentiroso mais rápido do mundo.

Mas se os jornais ontem não pouparam «Speedy» Ben (o «Yomiuri shimbun», diário japonês recordista mundial de tiragens, dedica ao assunto 3/4 da sua 1.ª página), a sua irmã Clara Rodney afirmou-se convencida de que ele foi vítima de um erro humano.»

• «A marca italiana de equipamento desportivo «Diadora», que equipava Ben Johnson, disse já que vai rescindir o contrato por quatro anos que tinha com o atleta, no valor de dois milhões de dólares (mais de trezentos mil contos). «Ele traiu os valores de lealdade e integridade moral e, em consequência, não pode continuar ligado à nossa companhia», disse um comunicado emitido pela firma.

Também a «Valio», firma finlandesa de produtos lácteos, cancelou uma campanha publicitária com Ben Johnson, que ascendia a cerca de um milhão de contos. Terá um prejuízo de muitos milhões de dólares, já que todo o material de distribuição estava pronto.

No Japão os contratos publicitários de Ben Johnson atingiam somas astronómicas, e todos foram «por água abaixo». Marcas de cartões de crédito, de electrodomésticos, de óleos para automóveis, de carros e de ceras para habitação tinham em Johnson a principal figura das suas campanhas publicitárias. Tudo isso se acabou.»

• «O que se passa agora em Seul (bem como no Canadá, na Jamaica, no mundo inteiro) com a súbita inversão do estatuto de um atleta ilustra bem a ambiguidade das exigências impostas no desporto de alta competição. Ben Johnson é um nome maldito, três dias depois de ter sido idolatrado. O excesso da punição, depois do excesso do culto, deveria fazer-nos pensar sobre o sentido real da prática e do próprio ideal olímpico.

É óbvio que teremos de começar por condenar o «doping», o que Johnson terá feito sobre si mesmo como todos os outros, discretos ou revelados. Diremos que é sempre incorrecto forçar a natureza e tentar ganhar corridas pelos atalhos da química, e ainda que, no desporto de competição, este procedimento, além de perigoso, tem o nome de fraude. Mas importa que nessa condenação sejam incluídas, igualmente, as motivações que ficam na linha de partida.

«Há um limite para as capacidades humanas» — afir-

mou o treinador Emmanuel Kodzi, da equipa do Gana; «Pensei que fora uma grande corrida e que ele era sobre-humano.» Mas a queda de Ben Johnson, depois do pecado original do «doping», põe-se em confronto com uma humanidade que o rejeita com a mesma paixão com que o tinha feito semideus.

Citius, altius, fortius — mais depressa, mais alto, com mais força... exige-se dos olímpicos sempre um pouco mais. A este nível de altíssima competição, o desporto deixou de ser prazer, torna-se, em muitos casos, uma forma de tortura física e psicológica. Dizem-nos agora que o sorriso da vitória de Ben Johnson tinha na base um esteróide anabolizante. Mas será de espantar que os semideuses desçam à pequena batota humana, submetidos eles próprios a uma batota anterior e fundamental?

A opinião pública, tão pronta a glorificá-los como a rejeitá-los, tem para com os atletas olímpicos uma atitude que lembra os concursos de beleza feminina, em que o objecto do desejo é visto, medido e avaliado de todos os ângulos, mas se for sabido que a candidata vencedora tinha posado nua para uma revista destinada precisamente ao público **voyeur**, perde o título, as honras e o bom nome.

São significativas as declarações de Carlos Lopes, outro campeão olímpico, bem situado para entender o problema, e que, embora condenando o recurso utilizado por Ben Johnson, disse ao «Diário Popular» que «isto se deve ao facto de haver uma acção muito forte sobre o atleta, uma pressão para que se obtenham grandes marcas; tudo agora no desporto envolve muito dinheiro; os atletas são assim forçados a fazer algo mais do que é natural».

Os Jogos Olímpicos vendem imagens, como grande espectáculo planetário que são: imagens nacionais e imagens multinacionais. Quando o hino toca e a bandeira é içada sobre o pódio, enquanto milhões de compatriotas distantes adoram o rosto cansado do seu herói, é caso para nos interrogarmos sobre que cores são homenageadas como vencedoras, se a bandeira, se as de certas empresas. Porque estas, gigantes em competição permanente numa Olimpíada sem regras, não têm autoridade moral para rejeitarem a outra imagem de si mesmas.»

• «O decatlonista suíço Christian Gugler, preparando-se para começar as suas provas, afirmou: «Enquanto levarem pessoas como Ben Johnson e Carl Lewis a correr por grandes prémios monetários, como o fizeram em Zurique, este tipo de coisas têm de acontecer. Por meio milhão de dólares, possivelmente também o faria».

«Carlos Lopes: «Eu pessoalmente sinto-me traído, como todos os que apreciaram aquela espectacular prova. Enfim, penso que isto se deve ao facto de haver uma acção muito forte sobre o atleta, uma pressão para que se obtenham grandes marcas. Tudo agora no desporto envolve muito dinheiro».

«O poder do dinheiro tomou conta do desporto.»

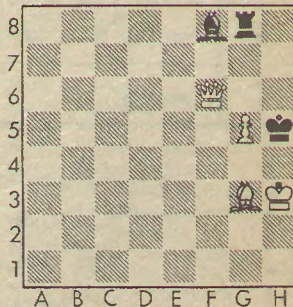
De reportagens e editoriais de todos os diários de Lisboa, 27 e 28 de Set.)

Xadrez

CLXXIII
29 de Setembro
de 1988

Proposição N.º 173
Por: J. A. Schiffmann
«Sgavenska Dagbladet S.p.»,
1929

Pr.: [3]: Bf8-Tg8-Rh5



Br.: [4]: Pg5-Bg3-Df6-Rh3

Mate em dois lances

* *

Jogo N.º 173
55.º Campeonato
da URSS/Moscovo,
Ag. 1988

Br.: A. Karpov
Pr.: A. Yusupov

1. c4,e6; 2. Cc3,d5; 3. d4,Bé7; 4. Cf3,Cf6; 5. c:d5,e:d5; 6. Bg5,c6; 7. Dc2,g6; 8. e4,C:e4; 9. B:e7,R:e7; 10. C:e4,d:e4; 11. D:e4+Bé6; 12. Bc4,Da5+; 13. Rf1,Df5; 14. Dé3,Cd7; 15. Td1,Ta38; 16. d5,c:d5; 17. Bb5,a6; 18. Da3+Rd8; 19. Da5+,Ré7; 20. Db4+,Rf6; 21. Dd4+,Ré7; 22. Bd3,Dh5; 23. h4,Rd8; 24. Cg5,Th8; 25. Bé2,Dh6; 26. Bf3,Tg7; 27. Db4,Cf6; 28. Dd6+,Td7; 29. Df4,Cg8; 30. Bg4,Rc8; 31. B:e6,f:e6; 32. Tc1+,Rd8; 33. C:e6+,Ré7; 34. D:f8+,D:f8; 35. C:f8,R:f8; 36. Th3,C67; 37. h5,Rg7; 38. h6+,Rf6; 39. Tf3+,Ré7; 40. Té1+,Rd6; 41. Tf6+,Rc7; 42. g4,Cg6; 43. Té6,d4 e 0-1.

Solução do N.º 173

Chave: 1. Bf4! blocus!
1. ... Bg7; 2. Df7++
1. ... Tg7; 2. Dh6++
1. ... Th8; 2. Df7++
1. ... B joga diag. a3; 2. Dh6++

A. de M. M.

Damas

CLXXIII — 29 de Setembro de 1988

Proposição N.º 173

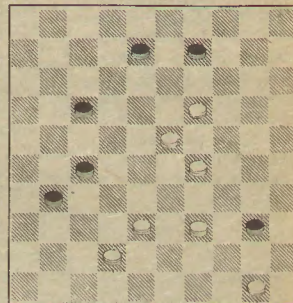
Por: Serge de Groot

«Dame à la une»

N.º 27 Abril/Junho — Bruxelas

Pr.: [6]: 8-9-17-27-31-40

Br.: [7]: 19-23-29-38-39-42-50



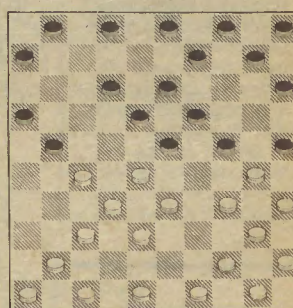
Jogam as brancas e ganham

Golpe N.º 173

Por: Ton Sijbrands (NL)
Numa simultânea no Suriname,
1970

Pr.: [18]: 1-2-3-4-5-6-9-10-12-13-15-16-18-19-21-23-24-25

Br.: [18]: 27-28-30-32-33-34-35-37-38-40-41-44-45-46-47-48-49-50



Jogam as brancas e ganham

Soluções

do N.º CLXXIII
Miniatura N.º 173 (S. de G.): 50-44 (40x49); 29-24 (49x32); 19-14 (32x37); 14x41+

Golpe N.º 173 (T. S.): 27-22 (18x27); 33-29 (24x31); 44-39 (27x38); 41-37 (23x41); 46x8 (3x12); 39-33 (38x29); 34x3 (25x34); 3x26+

A. de M. M.